

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**Telhado de Vidro:**

Uma reflexão sobre os processos de inventário de patrimônio imaterial do IPHAN-RJ a partir do caso do inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição-RJ

Mayra Vaz Carneiro

Rio de Janeiro

2015

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**Telhado de Vidro:**

Uma reflexão sobre os processos de inventário de patrimônio imaterial do IPHAN-RJ a partir do caso do inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição-RJ

Dissertação de Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aluna: Mayra Vaz Carneiro  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Verena Alberti.

Rio de Janeiro

2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Carneiro, Mayra Vaz

Telhado de vidro: uma reflexão sobre os processos de inventário de patrimônio imaterial do IPHAN-RJ a partir do caso do inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição-RJ / Mayra Vaz Carneiro. - 2015.  
198 f.

Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Verena Alberti.

Inclui bibliografia.

1. Patrimônio cultural – Inventários. 2. Imaculada Conceição, Festa da. 3. Morro da Conceição (Rio de Janeiro, RJ). I. Alberti, Verena. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 363.69

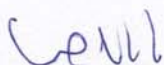
**MAYRA VAZ CARNEIRO**

**TELHADO DE VIDRO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS PROCESSOS DE  
INVENTÁRIO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL DO IPHAN-RJ A PARTIR DO  
CASO DO INVENTÁRIO DA FESTA DE NOSSA SENHORA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e  
Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do  
Brasil para obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais

Data da defesa: 25/03/2015


**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO**



---

**Verena Alberti**

Orientador (a)



---

**Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira**



---

**Myrian Sepúlveda dos Santos**

Para Maria, Francisco, Mariana e Leandro, com todo o meu amor.

## **Agradecimentos**

Um dos momentos mais prazerosos desse trabalho é o do agradecimento. Lembrar o quanto fui ajudada e o quanto tive apoio de pessoas queridas me deixa ainda mais feliz pela etapa cumprida.

Agradeço à minha família: minha mãe, Maria, meu pai, Francisco, e minha irmã, Mariana. Vocês são a minha base, a minha estrutura. Agradeço a Leandro, meu companheiro e esposo, pelo apoio em todas as minhas decisões. Obrigada pela confiança que depositaram e depositam em mim, todos os dias.

Agradeço aos grandes amigos Palmira Margarida e Marcelo Zogovich pelas palavras de animação e conforto, por estarem presentes (ainda que haja a distância física) nos momentos felizes e nos difíceis.

Agradeço à professora Verena Alberti, minha orientadora, pelas suas sugestões, dicas, alertas e pela paciência em responder meus e-mails desesperados. Seus direcionamentos foram essenciais para que o tema fosse repensado e reestruturado com solidez.

Agradeço a todos os moradores do Morro da Conceição que, de uma forma ou de outra, através de conversas sobre o objeto de pesquisa, ou por meio de palavras de apoio, contribuíram para que o trabalho seguisse adiante. A Glória Scherer, Ernani Scherer, Vera Santos e Maria Carolina da Silva por me tirarem as dúvidas quanto à reforma do telhado da capela. Aos pesquisadores Flávia Carolina da Costa, vizinha, e Antônio Agenor Barbosa, ex-morador do Morro da Conceição, e às vizinhas Adrianna Eu e Cristina Rubio, pelas trocas, apoio e informações.

Agradeço às professoras que fizeram parte da minha banca, Myrian Sepúlveda dos Santos, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, e Letícia Ferreira, do Programa de Pós-Graduação em História, Políticas e Bens Culturais do Cpdoc/FGV, pelas dicas preciosas que muito contribuíram para o andamento e enriquecimento do trabalho. Aos professores do Cpdoc/FGV com os quais tive a sorte e o prazer de frequentar suas aulas, que permitiram o fortalecimento de um senso crítico sobre o meu objeto: Paulo Fontes, Mônica Kornis, Lucia Lippi e Luciana Heymann. Agradeço ainda à professoras Maria da Conceição Pires, do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO, pelas discussões na área de cultura e representações; e Marcia Chuva, também do PPGH da UNIRIO, por me passar a

dissertação de mestrado de Julia Herminia Riscado, fonte para meu trabalho. À Andrea Falcão, pelo envio da sua tese de doutorado pelo PPGCS da UERJ e a Leopoldo Pio, pelo acolhimento durante a sua defesa de doutoramento pelo mesmo programa de pós-graduação.

Agradeço ao historiador do IPHAN Bartolomeu d'El-rei que, desde minha posição como sua estagiária em 2005, sempre acreditou no meu trabalho. Aos profissionais do IPHAN-RJ por me auxiliarem no acesso à documentação: Mônica da Costa, Diogo e Maria Luiza. Ao ex-superintendente do IPHAN-RJ Carlos Fernando Andrade, pela concessão de entrevista e pela prontidão em me auxiliar.

Por fim, agradeço à CAPES pela bolsa concedida, sem a qual essa pesquisa teria ocorrido com maiores dificuldades.

## **Resumo**

Esta pesquisa tem como objeto a análise do inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, do Morro da Conceição, Rio de Janeiro, realizado por mim para a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro (IPHAN-RJ) entre julho de 2009 e março de 2010. Através de uma metodologia que envolve pesquisa documental e etnografia, estabeleço uma comparação entre o que é determinado oficialmente para a realização de um inventário de referências culturais e o que, na prática, é feito pelos técnicos e pesquisadores em relação à pesquisa e às demandas das comunidades. O trabalho engloba não apenas a investigação do processo de pesquisa do inventário, mas também os objetivos do referido instituto e as contrapartidas para a comunidade envolvida. Ainda, permite compreender as táticas utilizadas pela comunidade para alcançar seus objetivos frente ao IPHAN-RJ e aos pesquisadores e, em contrapartida, as estratégias desenvolvidas pela instituição e seus representantes para que seus intuits políticos fossem alcançados.

**Palavras-chave:** patrimônio – inventário – INRC - IPHAN – Morro da Conceição – Zona Portuária – Rio de Janeiro.

## **Abstract**

This research analyzes the Inventory of the feast of Our Lady of Conception, at Morro da Conceição, Rio de Janeiro, done by myself for the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional of Rio de Janeiro (IPHAN-RJ) between July 2009 and March 2010. Using a methodology that involves documental and ethnographic research, I establish a comparison between what is officially determined for the development of an inventory of cultural references and what is done by the technicians and researchers to the community's demands. This work covers not only the investigation of the process of researching the inventory, but also the objective of the referred institute and the counterparts for the involved community. Still, it allows to comprehend the tactics used by the community to reach its goals with IPHAN-RJ and its researchers and, in counterpart, the strategies developed by the institution and its representatives to achieve political goals.

**Keywords:** heritage – inventory – INRC – IPHAN – Morro da Conceição – Zona Portuária – Rio de Janeiro.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo I: O patrimônio cultural imaterial no Brasil: passos para o registro. ....</b>	<b>19</b>
1. Passos iniciais. ....	19
1.1.O patrimônio imaterial no cenário internacional: a Unesco. ....	29
2. O registro do patrimônio imaterial .....	35
3. O Inventário Nacional de Referências Culturais .....	37
4. O patrimônio cultural imaterial e a construção de uma identidade nacional. ..	42
<b>Capítulo II: O poder público no Morro da Conceição .....</b>	<b>47</b>
1. Projetos de revitalização e patrimonialização. ....	47
2. História do Morro da Conceição: narrativas. ....	59
2.1.O ProRio .....	59
2.2. A história do Morro da Conceição no Inventário da festa .....	62
2.3. As narrativas de valorização da cultura negra .....	67
3. Moradores: conflitos e interesses frente às intervenções do poder público. ....	71
3.1. Os quilombolas da Pedra do Sal .....	71
3.2. Os moradores da “parte alta” .....	73
3.3. Um projeto de tombamento para o Morro da Conceição. ....	75
4. Breve síntese do capítulo. ....	78
<b>Capítulo III: O processo de inventário. ....</b>	<b>81</b>
1. Análise dos depoimentos: expectativas e discursos. ....	87
2. A pesquisa de inventário expressa nas fichas do INRC. ....	96
3. O “telhado de vidro”: a Salvaguarda .....	117
<b>Considerações Finais. ....</b>	<b>123</b>
<b>Fontes. ....</b>	<b>129</b>
<b>Referências Bibliográficas. ....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO. ....</b>	<b>140</b>

## **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise do projeto de inventário de patrimônio imaterial realizado pelo IPHAN-RJ em 2009 da festa de Nossa Senhora da Conceição, do Morro da Conceição, no qual atuei como pesquisadora. Por meio de um estudo de caso e da etnografia, pretendo refletir sobre as práticas de inventário realizadas pelo instituto e suas relações com as comunidades envolvidas e com outros setores do Estado.

Cursei a faculdade de história na Universidade Federal Fluminense (UFF) entre os anos de 2003 e 2007 e, de 2005 a 2012, trabalhei na Assessoria de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Rio de Janeiro (IPHAN-RJ), primeiramente como estagiária e, a partir de 2008, como pesquisadora contratada, participando assim de diversos projetos de inventário, como o da Feira de São Cristóvão, iniciado em 2008 e finalizado em 2012. Entre os meses de julho de 2009 e março de 2010, fui contratada, através da empresa RMLC (da qual, alguns meses mais tarde, me tornei sócia), para realizar a pesquisa de inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição para o IPHAN-RJ, que ocorre todos os anos no dia 8 de dezembro, no Morro da Conceição, região central da cidade do Rio de Janeiro.

No decorrer da pesquisa, realizada a partir da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais- INRC (à qual retornarei ao longo da dissertação), me deparei com uma distinção entre o que era esperado *pelo* IPHAN e o que era esperado *do* IPHAN por parte da comunidade do morro.

Ao conversar com os moradores participantes da festa, aos poucos fui percebendo que sua intenção era a de auxiliar nas pesquisas para que, ao final delas, pudessem angariar alguma ajuda financeira para a reforma do telhado da capela de Nossa Senhora da Conceição. A capela data do final do século XIX, quando da fundação da irmandade de Nossa Senhora da Conceição, ocorrida no ano de 1892, e se encontrava com rachaduras profundas e problemas na fiação elétrica que ameaçavam a continuidade da festa e das missas dominicais. Ao final de cada entrevista, nos momentos mais descontraídos, quando a equipe era convidada para lanche com o grupo de senhoras que se reunia às quartas-feiras no salão da igreja para produzir trabalhos artesanais, nos declaravam, mais abertamente do que nas entrevistas, que esperavam

que, com a nossa pesquisa finalizada, poderiam finalmente conseguir a tão aguardada reforma do telhado.

De acordo com o Projeto Básico da pesquisa<sup>1</sup> do IPHAN, o motivo para realizar o inventário da festa seria o de que ela ocorre no Morro da Conceição, “local de grande interesse público e [que] está vinculado a fatos memoráveis da história, da religião e da cultura do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, além de possuir excepcional valor histórico, religioso e cultural” (Projeto Básico PTRES6874, p.1<sup>2</sup>). Mas desde o início da pesquisa, os técnicos do IPHAN responsáveis pelo projeto salientaram que o inventário não levaria ao registro da festa, isto é, a seu reconhecimento como patrimônio imaterial brasileiro. O Morro da Conceição como local privilegiado de preservação da memória do estado do Rio de Janeiro foi a justificativa para a realização da pesquisa de inventário de uma festividade que, para o próprio IPHAN, não possuía relevância cultural em âmbito nacional para ser registrada como patrimônio cultural imaterial representativo da nação.

Como salientam diversos documentos e artigos que tratam do registro de bens culturais imateriais, esse é um instrumento de proteção e valorização dos bens que possuem relevância para a história e a cultura nacionais. Tal relevância é dada pelo Conselho Consultivo do IPHAN, que, ao analisar o resultado das pesquisas de inventário, decide se o bem deve ser registrado ou não. No caso da festa de Nossa Senhora da Conceição, o inventário não buscava o posterior registro, pois, desde antes da realização da pesquisa, os técnicos do instituto já tinham em mente que tal não ocorreria, pelo fato justamente de a festa não possuir a relevância exigida. Portanto, os objetivos do IPHAN-RJ ao propor a pesquisa eram outros, e compreendê-los é um dos pontos a serem abordados nesta dissertação.

O inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição fez parte de um grupo de projetos voltados para o Morro da Conceição entre os anos de 2009 e 2010, entre eles, um projeto arqueológico, um vídeo-documentário e um projeto de educação

---

<sup>1</sup> O Projeto Básico é o projeto desenvolvido pelo IPHAN para direcionar a pesquisa de inventário. Tanto o IPHAN quanto os pesquisadores e a empresa contratada se comprometem a segui-lo. O PB (como é chamado pelos técnicos do IPHAN) é composto pelos itens: objeto, objetivos, justificativa, metodologia de trabalho, resultados esperados, prazo de execução e cronograma de atividades, custo estimado e cronograma de desembolso, obrigações da contratante, obrigações da contratada, direitos e usos do produto da contratação, e responsável pela gestão do projeto.

<sup>2</sup> O Projeto Básico da pesquisa pode ser encontrado no Arquivo da Superintendência do IPHAN-RJ, localizado na avenida Rio Branco, 46, Centro.

patrimonial. Além disso, o inventário foi proposto pelo IPHAN-RJ num momento em que o Morro da Conceição se encontrava (e ainda se encontra) numa área de interesse urbanístico para a prefeitura do Rio de Janeiro.

O presente trabalho analisa o processo dessa pesquisa de inventário, desde sua concepção pelo IPHAN-RJ até sua finalização e as contrapartidas tanto para a comunidade quanto para o próprio instituto. Procuro, ainda, realizar uma reflexão crítica sobre minhas escolhas à época do inventário, cujo resultado reflete o meu lugar como pesquisadora, situada entre o IPHAN e os moradores.

Analisar o processo de inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição permite compreender a relação entre o poder público (o IPHAN), seus representantes (os pesquisadores) e a comunidade. Ao comparar o que é determinado oficialmente com o que, na prática, foi feito pelo IPHAN-RJ e pelos pesquisadores com relação às contrapartidas para a comunidade e aos resultados do próprio projeto em si, a dissertação reflete acerca dos métodos estabelecidos pelo instituto e do papel do Estado nas políticas culturais patrimoniais. Além disso, a análise do inventário se mostra importante para compreender o papel do IPHAN-RJ dentro do contexto geral de políticas públicas voltadas para o Morro da Conceição.

Meu objetivo na presente dissertação foi estudar como o IPHAN-RJ procede em processos de inventário e salvaguarda relacionados ao patrimônio imaterial, tendo como base o inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição. Esse intuito pode ser esmiuçado nos seguintes objetivos específicos:

- Compreender como funciona, na prática, um processo de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) conduzido pelo IPHAN;
- Entender o processo específico do inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, através da pesquisa nos arquivos do IPHAN-RJ e do material produzido pelo inventário, tais como fotografias, entrevistas, fichas e textos;
- Apresentar as demandas do pequeno grupo de pessoas da comunidade do Morro da Conceição que foi envolvido na pesquisa de inventário e quais foram suas táticas para reivindicá-las;
- Compreender como foi feita (ou não), pelos pesquisadores, a conciliação das demandas do órgão governamental (IPHAN) e da comunidade envolvida;
- Analisar minha postura como pesquisadora situada entre o IPHAN e a comunidade e o reflexo dessa situação no resultado da pesquisa de inventário;

- Refletir acerca dos resultados dos projetos de inventário e suas contrapartidas, tanto para as comunidades envolvidas, quanto para o próprio IPHAN.

Para tal, a aproximação do objeto que vem a ser o estudo de caso dessa pesquisa, qual seja, o processo de inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição pelo IPHAN, levou em consideração os métodos da pesquisa documental e da etnografia.

O acesso ao arquivo do IPHAN-RJ foi relevante para o levantamento e a análise da documentação produzida durante o inventário, como os relatórios de atividades elaborados pela equipe a cada etapa da pesquisa, os processos administrativos, as fichas da metodologia do INRC preenchidas pela equipe, registros fotográficos, entrevistas com participantes da festa e demais materiais coletados, como documentos e fotografias antigas.

A etnografia se deu através da interpretação dos dados contidos no caderno de campo que produzi durante o trabalho do inventário propriamente dito. O estudo de caso contou ainda com a técnica da observação, combinada a entrevistas e conversas com moradores do Morro da Conceição que participaram do processo e também com funcionários do IPHAN. Creio que tal procedimento possibilitou a investigação das diferentes demandas que envolveram a pesquisa de inventário e suas especificidades. Uma entrevista que permitiu compreender os meandros do processo de inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição foi a que realizei no dia 13 de fevereiro de 2014 com o arquiteto Carlos Fernando de Souza Leão Andrade, que ocupava o cargo de superintendente do IPHAN-RJ na época da pesquisa de inventário e ao qual os técnicos atribuem a iniciativa de realização de diversos trabalhos do órgão no Morro da Conceição no ano de 2009.

No primeiro capítulo, discuto o que o IPHAN e a Organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) entendem como patrimônio imaterial e quais os objetivos oficiais da realização de um inventário. A fim de trabalhar o conceito de patrimônio cultural imaterial, são utilizados como fontes e referências os estudos e coletâneas de artigos produzidos pelo próprio IPHAN e também pela Unesco. Isto porque, para iniciar a discussão sobre o inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, primeiramente se faz necessário compreender o que é patrimônio imaterial para tais instituições. Sendo assim, o livro *Patrimônio imaterial: registro do patrimônio imaterial* (2006), produzido pelo IPHAN, é largamente utilizado na dissertação, por apresentar o processo de discussão interna do órgão com relação ao registro e à questão

dos patrimônios imateriais. Contendo o dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, além de artigos que refletem acerca do tema, a obra auxilia a compreender a concepção do registro como instrumento jurídico responsável pela proteção dos bens culturais intangíveis. Outra publicação do IPHAN que constitui importante referência para a pesquisa é o *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*, que contém a discussão acerca do conceito de referências culturais e a explicação de como se realizar a pesquisa de inventário através da metodologia do INRC.

Um autor central para a reflexão acerca do patrimônio é José Reginaldo Santos Gonçalves. Gonçalves destaca a materialidade presente nos patrimônios intangíveis; para ele, todas as manifestações culturais simbólicas são dotadas de objetos (GONÇALVES, 2005). Por exemplo, uma festa não existe sem a materialidade presente na mesma, como adereços, objetos rituais, vestimentas etc. Nessa discussão, também incluí outros autores interessados em discutir o patrimônio nacional e suas utilizações pelo Estado e pela sociedade. Entre eles, destaca-se o antropólogo Néstor Garcia Canclini (1994), que discute o papel do Estado em relação aos patrimônios: ao mesmo tempo em que busca protegê-los e valorizá-los como representativos do povo, utiliza-se deles como instrumentos de fortalecimento de uma identidade nacional. De acordo com Canclini, tal postura do Estado constrói a ideia de uma nação unificada culturalmente, não levando em consideração a existência de grupos sociais diversos dentro do território nacional, grupos esses que nem sempre convivem harmonicamente. Para Canclini, assumir o terreno dos patrimônios culturais como arena de disputa e diversidade é um primeiro passo para uma política patrimonial democrática. Complementando essa reflexão, não pude deixar de lado o trabalho de Benedict Anderson (1982), que define a nação como uma construção política imaginada.

Márcia Sant'Anna (2009), diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN, foi coordenadora do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, responsável por desenvolver pesquisas e estudos visando ao desenvolvimento do registro. Ela publicou uma série de artigos nos quais discute o conceito de patrimônio imaterial, elenca os principais marcos relativos ao processo de registro no Brasil, dissertando também sobre as discussões internacionais capitaneadas pela Unesco. Seus textos servem ao mesmo tempo como referência e fonte, por apresentar a visão de uma pesquisadora diretamente ligada ao instituto. O mesmo ocorre com os textos de Maria Laura Viveiros de Castro (2008) e Maria Cecília Londres Fonseca (2009), que também

fizeram parte do processo institucional de pensar o registro. Castro, além de refletir acerca dos conceitos de patrimônio imaterial e cultura popular, elenca e explica didaticamente os principais instrumentos que constituem políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural imaterial e as estruturas governamentais ligadas a sua preservação. Já Fonseca, além de importante autora no debate acerca do patrimônio cultural intangível, é uma das principais entusiastas do conceito de referência cultural, base para as políticas patrimoniais após o registro.

Lúcia Lippi Oliveira (2008) é outra referência para o estudo das políticas de patrimônio e sua evolução, e traça um histórico da política patrimonial brasileira em diversos artigos e em seu livro *Cultura é patrimônio*. Myrian Sepúlveda dos Santos (2011 e 2013) também trabalha com o percurso histórico das políticas de patrimônio no Brasil, relacionando-as com os diferentes momentos políticos, e assim permitindo a compreensão sobre o universo de disputas ideológicas dentro dos órgãos de patrimônio. O trabalho de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984) sobre a construção de tradições e a fragmentação de identidades também serve de apoio para o primeiro capítulo, ao permitir a compreensão da estruturação de um patrimônio da nação, além da construção de uma tradição local. Segundo os autores, as tradições são representações de natureza prática ou simbólica que se esforçam por se apresentar como imutáveis, tendo por base a incorporação de valores por meio da referência ao passado, impondo repetição.

A tese de doutorado de Andrea Falcão (2011), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), problematiza os conceitos de patrimônio, cultura e referências culturais, e realiza uma análise do processo de inventário e registro do Jongo pelo IPHAN. Em seu trabalho, Falcão reflete sobre a questão da patrimonialização relacionada a outros campos, como o turismo, as políticas públicas e a globalização, tratando o patrimônio como um componente da economia mundial. O processo de mercantilização e turistificação da cultura são abordados por Myrian Sepúlveda dos Santos e Paulo Peixoto (2013), que atentam para a utilização do título de “patrimônio mundial” concedido pela Unesco como um estimulador da disputa entre as nações por sua inserção nas rotas do turismo internacional.

Tais autores permeiam a redação da dissertação, ora para compreender a atuação do IPHAN na pesquisa de inventário da festa, ora objetivando assimilar o papel das políticas patrimoniais no Morro da Conceição.

Em seguida, no segundo capítulo, analiso o contexto histórico da ação patrimonial no Morro da Conceição, abordando projetos anteriores e também contemporâneos ao inventário da festa. Utilizando as dissertações de mestrado de Julia Erminia Riscado (2013), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e de Mayã Correia (2013), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), inicio o capítulo elencando os projetos de patrimonialização, tanto provenientes do IPHAN quanto da prefeitura do Rio de Janeiro, voltados para o Morro da Conceição e a zona portuária. Riscado apresenta a relação entre os temas de desenvolvimento urbano e o campo do patrimônio a partir da década de 1970, aprofundando o tema numa análise sobre o Projeto de Proteção e Revitalização para o Morro da Conceição e seu entorno, elaborado pelo IPHAN em 1981. Segundo Riscado, o projeto buscou, ao mesmo tempo, salientar o valor histórico e arquitetônico da região e integrar as propostas de preservação federal, municipal e estadual, as demandas da população local e as ações de requalificação e planejamento urbano, levando à instauração da Portaria nº6, de 4 de julho de 1986, que determinava a proteção à área de entorno dos bens tombados no Morro da Conceição. Já Correia trata do Projeto Porto Maravilha, projeto de requalificação urbana instaurado pela prefeitura em 2009, seus antecedentes e também consequências. No que tange ao projeto Porto Maravilha, utilizo também o trabalho de Leopoldo Guilherme Pio (2013 e 2014), que defende que tanto a cultura quanto a memória urbana têm sido utilizadas como princípios ativadores da economia dos centros urbanos, principalmente das zonas portuárias. O autor alerta para o fato de que políticos e opinião pública veem a cultura como um fator determinante na revitalização de áreas urbanas degradadas, e nesse contexto se insere o projeto Porto Maravilha.

Não há como falar de patrimonialização sem levar em conta a população residente nos locais que são alvo dessas políticas. Assim, ainda no capítulo II, procuro tratar do tema do patrimônio relacionando-o com os moradores do Morro da Conceição e as influências e mudanças que os projetos públicos realizam no cotidiano e na vida dessas pessoas. Para tal, recorro ao livro de Roberta Sampaio Guimarães (2014), *A utopia da Pequena África*, e à dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) de

Flávia Carolina da Costa (2012). Guimarães trata do tema da autenticidade na região do Morro da Conceição e na zona portuária do Rio de Janeiro, atualmente alvos de grandes intervenções urbanísticas relacionadas aos megaeventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. No Morro da Conceição, segundo a autora, essas intervenções não foram feitas num “vazio social”: existe uma rede de relações sociais local permeada de conflitos e resistências. Uma questão que Guimarães ilumina é a de como os moradores respondem às iniciativas do Estado e do mercado. O livro de Guimarães apresenta uma comunidade diversificada e uma realidade complexa, composta por descendentes de imigrantes portugueses, migrantes nordestinos, grupos religiosos afro-brasileiros e ligados ao movimento negro, artistas e intelectuais, Igreja Católica, e agentes dos poderes estadual e municipal. Estes últimos tomavam a região como referência histórica das obras do prefeito Pereira Passos, enquanto o grupo local relacionado ao movimento negro defende a sua identidade e memória étnicas relacionando-o a um passado onde o local era conhecido por “Pequena África”. Já Costa realiza uma etnografia com os moradores residentes nas partes mais altas do Morro da Conceição, um grupo que se considera mais antigo e tradicional, relacionado à ascendência portuguesa. Sua dissertação trata dos conflitos desenvolvidos no Morro da Conceição a partir das propostas de revitalização na zona portuária, em trabalho de campo durante o ano de 2008. Ao observar os conflitos gerados entre os moradores do Morro, especificamente entre os da “parte alta” e os da “parte baixa”, Costa percebeu que o local foi alvo de dois tipos de discursos, os quais denomina “internos” e “externos”. Os “internos” seriam as relações de vizinhança entre os moradores; enquanto os “externos” incluíam os eventos organizados como posicionamento contrário às reformas urbanísticas e às propostas políticas do Estado em nome da conservação histórica.

No capítulo III, passo à análise específica do processo de inventário e da atuação do IPHAN-RJ no Morro da Conceição, tomando como base fontes secundárias, documentos produzidos durante a pesquisa e o meu relatório de campo. Nesse capítulo, pretendo estabelecer uma reflexão acerca da relação entre o IPHAN-RJ, os pesquisadores e a comunidade envolvida, os objetivos e expectativas de cada um, comparando os resultados reais do inventário com os resultados esperados por ambos. Faço, então, uma análise e discussão das entrevistas realizadas durante o inventário, e a apresentação dos entrevistados e de suas demandas, ao mesmo tempo em que estabeleço

uma comparação entre as táticas dos moradores e as estratégias do IPHAN, este representado por seus técnicos e pesquisadores. Ainda realizo uma avaliação e discussão da conclusão do projeto de inventário e dos seus resultados: a pesquisa trouxe aos moradores o que era esperado por eles? O IPHAN atingiu seus objetivos? De que forma o inventário pôde estabelecer políticas de salvaguarda efetivas para a comunidade?

Para compreender as relações estabelecidas entre o IPHAN-RJ, a comunidade local e as expectativas de cada um, utilizo Michel de Certeau. Em seu livro *A invenção do cotidiano* (2012), na parte 1, “Artes de fazer”, Certeau discorre, entre outros assuntos, sobre os desvios realizados pelos diferentes grupos como táticas para alcançar seus objetivos frente ao poder instituído, que, por sua vez, se utiliza de estratégias com relação a esses mesmos grupos. Já em *A escrita da história* (1982) oferece uma reflexão acerca do “não-dito”, presente tanto nos documentos quanto nos relatos orais. Outras estudiosas utilizadas nesse sentido são Veena Das e Deborah Poole (2004), que demonstram que as populações marginais, objetos de políticas predatórias pelo Estado, usam das brechas presentes na lei para desenvolver táticas de sobrevivência e alcançar sua cidadania.

A relação entre o Estado e a sociedade permeia a análise que faço, nesse capítulo, das fichas produzidas durante a pesquisa de inventário (fichas essas preenchidas com base na metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais-INRC, que será abordada com maior profundidade no decorrer da dissertação) e dos resultados da pesquisa, bem como das políticas de salvaguarda adotadas. Nesse sentido, utilizo Ciméa Bevilaqua e Piero Leirner (2012), que entendem que a relação com as instituições são baseadas nos mecanismos de troca. O trabalho de Pierre Bourdieu (2011) também é referência no capítulo III, pois aponta que um dos principais poderes do Estado é o de produzir e impor as categorias de pensamento que reproduzimos e utilizamos instintivamente ao analisar todas as coisas, inclusive o próprio Estado. Timothy Mitchell (1999) é outro estudioso que contribui para as reflexões do terceiro capítulo, pois alerta sobre a maleabilidade da fronteira entre Estado e sociedade, e a necessidade do próprio Estado em afirmar a existência dessa fronteira como uma linha bem demarcada. Para Mitchell, se faz necessária uma abordagem do Estado que se recuse a dar como certo o dualismo entre Estado e sociedade e que explique por que a realidade social e política aparece nesse formato binário.

Para compreender a relação entre os pesquisadores e a comunidade durante a pesquisa de inventário, utilizo o artigo de Sara Alonso (2001), “Os Tembê e a relação pesquisador-pesquisado”. Nesse artigo, a antropóloga trata da construção de tal relação no decorrer na pesquisa de campo, tomando como base a sua experiência com o grupo indígena Tembê, e define o desenvolvimento de um sentimento de dever por parte dos pesquisadores com relação aos pesquisados.

Ao analisar a pesquisa de inventário, estabeleço uma comparação entre o que é determinado oficialmente pelo IPHAN e o que, na prática, é feito pelos técnicos e pesquisadores em relação à pesquisa e às demandas das comunidades. Por isso, o título da dissertação é “telhado de vidro”: ao refletir sobre a expectativa da comunidade (a reforma do telhado), lancei mão da imagem do vidro como uma metáfora para demonstrar que a relação entre o Estado, seus representantes e a sociedade é delicada, assim como seus resultados práticos. Dessa forma, espero que o presente trabalho possa contribuir para a reflexão sobre o desenvolvimento de políticas públicas efetivas de inventário e salvaguarda de bens culturais.

## **Capítulo I. O patrimônio cultural imaterial no Brasil: passos para o registro**

Para iniciar a discussão sobre o inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, primeiramente se faz necessário compreender o que é patrimônio imaterial para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e para a Organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco).

Na bibliografia sobre o patrimônio, tanto internacional quanto no Brasil, o maior destaque é dado à perspectiva institucional, restando poucos trabalhos que tratam das políticas patrimoniais como fenômeno. Isso porque o assunto tem sido objeto de pesquisadores diretamente envolvidos na implementação de tais políticas.

Neste capítulo, abordarei o amadurecimento das discussões sobre patrimônio imaterial no Brasil e na comunidade internacional, o papel dessa nova concepção de patrimônio na construção de uma nacionalidade e o desafio de se desenvolver um Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Pretendo, com tais discussões, iniciar uma reflexão sobre o papel das políticas patrimoniais na promoção das práticas culturais e na valorização de seus detentores.

### **1. Passos iniciais**

No ano de 1980, a primeira versão oficial da história do patrimônio no Brasil foi publicada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e Fundação Pró-Memória, e foi intitulada *Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*.

Segundo essa versão, a história do campo do patrimônio no Brasil se dividia em duas fases institucionais: a “heroica” e a “moderna”. Foi a partir dessa versão também que o projeto de 1936 de Mário de Andrade foi posto como principal vértice para o desenvolvimento do anteprojeto de um serviço voltado para a preservação do patrimônio. O projeto sinalizava a importância do reconhecimento e da valorização das práticas culturais. Um dos quatro livros de tombo sugeridos por Andrade (o Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico) enfatizava a proteção “às três primeiras categorias de artes: arqueológica, ameríndia e popular” (ANDRADE, 1936). Contudo, segundo Chuva (2012), a figura de Mário de Andrade como fundador das práticas de preservação

foi construída com intenções políticas que têm ofuscado as tensões existentes na trajetória do campo.

O governo de Getúlio Vargas, a partir da década de 1930, se baseou nas políticas corporativistas de direitos aos trabalhadores, enfraquecendo a noção de conflito de classes. Paralelamente, a política cultural da época construiu um imaginário de nação sobre a base das três raças e no fortalecimento de um ideal de branqueamento, ideologia hegemônica até os anos 1980 (SANTOS, 2011).

Sob a direção de Gustavo Capanema, o Ministério da Educação e Saúde era ligado às perspectivas dos modernistas que defendiam um novo ideal de nação, ligado ao fortalecimento das características da brasilidade. Foi a convite de Capanema que Mário de Andrade elaborou o anteprojeto para um serviço de patrimônio que se preocupava com as produções artísticas do povo. De acordo com Silvana Rubino (2002), os modernistas não foram maioria no que se refere às políticas patrimoniais do governo Vargas. A concepção integral de cultura defendida por Mário de Andrade não foi adotada, sendo incorporada em termos institucionais pelo IPHAN somente na atualidade.

Em janeiro de 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937-1970), sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, e ligado ao Ministério da Educação e Saúde. Desde então, até meados dos anos 1990, e apesar da indicação de Mário de Andrade, o patrimônio cultural brasileiro foi definido pelos técnicos do instituto e pelo Estado como monumentos e obras de arte tidas como de excepcional valor arquitetônico e artístico, relacionadas a feitos heroicos e eventos marcantes na construção da nação. Assim, foi privilegiado o tombamento de prédios com estética modernista ou que se referiam ao passado colonial, o que construía um imaginário de nação forte e unificada. Era prioridade na área da cultura, durante a ditadura de Vargas (1937 a 1945), a construção da imagem do Brasil de forma ufanista, destacando os heróis da nação, a natureza majestosa e o povo simples e alegre (SANTOS, 2013).

Como exemplo, podemos citar o *Guia dos bens tombados*, de 1987 (CARRAZZONI, 1987), que abrange apenas bens imóveis com informações sobre as suas características arquitetônicas e reflete o pensamento dos técnicos do IPHAN daquela época, arquitetos em sua maioria. Não eram consideradas, portanto, as práticas

culturais coletivas que se relacionam com a diversidade e também com os conflitos e tensões que caracterizam a cultura brasileira (FONSECA, 2009).

O entendimento de Mário de Andrade quanto ao patrimônio não coincidia com o da maioria dos intelectuais do Sphan ligados a Capanema e a Rodrigo Melo Franco de Andrade, nem à figura influente de Gustavo Barroso<sup>3</sup>, que defendia a exaltação de fatos e personagens de grandes feitos. A “arte popular”, ainda que enunciada nos Livros do Tombo, não foi incorporada às políticas de preservação da época. Instituição guiada por arquitetos, tendo como líder intelectual o arquiteto Lúcio Costa, o Sphan privilegiou a proteção aos bens materiais, em sua maioria frutos da herança arquitetônica portuguesa colonial (CHUVA, 2012).

Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde foi dividido em Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Educação e Cultura (MEC). Nesse período, as intervenções do Estado na arena cultural foram ínfimas, abrindo espaço para os investimentos privados nas áreas de rádio, cinema, teatro e produções literárias (SANTOS, 2011).

Rodrigo Melo Franco de Andrade, que dirigiu o Sphan desde a sua fundação, em 1937, até 1967, valorizava a tradição e a autenticidade, que, para ele, estavam impressas nos monumentos construídos no passado que enfatizavam a herança cultural europeia. De acordo com a sua concepção, a missão do Sphan era a de civilizar a sociedade brasileira, educando-a sobre o valor dos monumentos, para evitar a destruição do patrimônio. Daí a chamada política da “pedra e cal”, no sentido de realizar os tombamentos para preservar os objetos e monumentos que constituíssem resquícios desse legado (OLIVEIRA, 2008). Nesse período, diversos prédios históricos foram tombados (em sua maioria relacionados com o ciclo do ouro), assim como construções recentes de caráter modernista (SANTOS, 2011).

Com a ditadura militar, a partir de 1964, os movimentos culturais foram reprimidos, enquanto o governo consolidou o monopólio das mensagens em circulação para as massas, unificando uma linguagem nacional. Esse monopólio foi facilitado com a associação entre as Organizações Globo, do empresário Roberto Marinho, e o grupo norte-americano Time-Life. Segundo Brittos (s.d.), tal aliança foi responsável pelo

---

<sup>3</sup> Gustavo Barroso era militante do Partido Integralista. Em 1932, passou à direção do Museu Histórico Nacional. Sobre o Museu Histórico Nacional e Gustavo Barroso, ver SANTOS, 2006.

sucesso da emissora de TV Globo a partir do investimento de cinco milhões de dólares provenientes da Time-Life. Em outubro de 1965, seis meses após a criação da Globo, a associação foi objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional, que a entendeu como inconstitucional, mas o governo militar não cassou a concessão da emissora, apenas dando um prazo para a regularização da situação. Somente a partir de 1974, quando a conjuntura política apontava para uma futura redemocratização, o governo desenvolveu uma política nacional de cultura (SANTOS, 2011).

Em 1970, o Sphan passou a Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dirigido entre 1967 e 1979 por Renato Soeiro, continuou a privilegiar a preservação dos bens de “pedra e cal” e foi dividido em diretorias regionais. Soeiro esteve presente na Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo, da Unesco em 1972. A convenção propunha a proteção aos bens do passado frente às ameaças da industrialização. Segundo Santos (2011), tal discurso de salvaguarda inseria o patrimônio cultural no turismo mundial. As iniciativas da Unesco geraram uma corrida por parte dos Estados pelo reconhecimento de seus patrimônios como patrimônios mundiais, para que os mesmos pudessem ser inseridos na indústria do turismo internacional:

Em 1973, o governo brasileiro lançou o Programa Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), subordinado ao Ministério de Planejamento de Coordenação Geral, depois Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan). Em 1977, o Brasil aderiu à Convenção do Patrimônio Mundial. Em 1980, Ouro Preto foi eleito patrimônio mundial (SANTOS, 2011:193).

Após a criação do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), alguns centros históricos<sup>4</sup> passaram por medidas de recuperação com o objetivo de adequá-los à visitação turística. Tal iniciativa buscava não somente preservar marcos da superioridade da nação, mas também a expansão do turismo cultural (SANTOS, 2013).

Até o ano 2000, data da instituição do Registro do Patrimônio Imaterial, não havia nenhum instrumento legal que abarcasse todo um conjunto de bens significativos como referências culturais para diferentes grupos sociais, pois a grande maioria dessas manifestações não estava inserida no Artigo 1º do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro

---

<sup>4</sup> Parati, no Rio de Janeiro, tombada em 1958, e que passou a Monumento Nacional em 1966; Cachoeira (1971) e Porto Seguro (1973), na Bahia; São Luís no Maranhão, em 1974, e Goiás Velho, em 1978.

de 1937, que instituiu o tombamento. Ou seja, por não serem considerados bens de “excepcional valor” que pudessem ser alvo de preservação e proteção *física*, tais bens culturais corriam o risco de desaparecimento. De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2009), o tombamento era visto como o único instrumento de preservação possível, o que restringia a noção do termo “preservação” e reforçava uma política de patrimônio conservadora e elitista, que privilegiava somente os bens materiais relacionados à herança arquitetônica colonial.

A experiência pioneira no sentido da difusão, do mapeamento e da documentação de referências culturais foi a criação, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), ligado ao Ministério da Indústria e do Comércio, sem ligação, portanto, com o Sphan, mas sob o comando de Aloísio Magalhães, designer gráfico e artista plástico. O CNRC funcionava através de convênios entre o Ministério da Indústria e do Comércio, a Secretaria de Planejamento (Seplan), o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério das Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal, a Universidade de Brasília e o governo do Distrito Federal (OLIVEIRA, 2008). Durante quatro anos, ele realizou inventários de saberes populares, valorizando a capacidade criativa dos artesãos brasileiros. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2008), o CNRC buscava compreender e valorizar o “produto brasileiro”, ou seja, aquilo que era produzido pelos artesãos brasileiros. Os projetos do CNRC nada tinham a ver com a concepção de patrimônio dos primórdios do Sphan, vinculada à tradição e à autenticidade. De acordo com Lavinias (2012:5-6),

Conforme o trabalho do centro se desenvolvia, acabava ganhando novos apoios políticos e sociais. O objetivo inicial do CNRC foi sendo ampliado e reelaborado até tornar-se uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento econômico e social do país e, como consequência, um instrumento de legitimação de poder. Então, em segundo momento, a instituição se estruturou em quatro programas: mapeamento do artesanato brasileiro, levantamentos socioculturais, história da ciência e tecnologia no Brasil e levantamento de documentação sobre o Brasil. Com esses projetos o CNRC buscava um modelo de desenvolvimento compatível com as condições locais e contextos sociais das diversas regiões do Brasil, articulando desenvolvimento e cultura, proporcionando, então, que outros setores da administração pública fizessem parte das políticas culturais. Aloísio Magalhães defendia que os processos culturais estão em constante mudança e que cabia ao Estado compreendê-los e fornecer o auxílio necessário para que as transformações ocorram de maneira adequada.

O objetivo do CNRC era adequar as propostas de Mário de Andrade ao desenvolvimento: ao mapear a cultura popular, seria elaborado um banco de dados de indicadores culturais brasileiros, com o objetivo de imprimir, na produção de bens de consumo nacionais, algo que fosse identificado como “genuinamente” brasileiro.

Em 1979, Aloísio Magalhães passou a dirigir o IPHAN, que, a essa altura, era dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), órgão normativo, e Fundação Nacional Pró-Memória, órgão executivo.<sup>5</sup> No mesmo ano, o CNRC e o Programa Cidades Históricas (PCH) foram incorporados ao instituto (LAVINAS, 2012). Foi com a visão de que os bens culturais não eram sobrevivências do passado (rejeitando, assim, expressões como “cultura popular” e “folclore”) que, em 1980, Aloísio cunhou a expressão “bens culturais não-consagrados” para se referir às práticas culturais até aquele momento sem valor oficialmente reconhecido (OLIVEIRA, 2008).

Enquanto esteve à frente do CNRC, entre 1975 e 1979, Aloísio Magalhães empreendeu uma série de iniciativas com relação aos bens culturais não-consagrados, através da realização de seminários com comunidades das cidades de Ouro Preto (MG), Cachoeira (BA) e São Luís (MA). A partir de tais seminários, foram discutidas e implementadas as seguintes ações:

- 1) levantamentos socioculturais em Alagoas e Sergipe;
- 2) inventários de tecnologias patrimoniais;
- 3) implantação do Museu Alberto de

---

<sup>5</sup> O histórico do instituto está assim apresentado em seu *site*:

**“13 de janeiro de 1937** – A Lei de nº 378, no governo de Getúlio Vargas cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). A pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Mário de Andrade foi quem elaborou o anteprojeto de lei com o auxílio de outros intelectuais modernistas como Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Luís Jardim, Afonso Arinos, Lucio Costa e Carlos Drummond de Andrade.

**30 de novembro de 1937** – O Decreto-lei de nº 25 organiza a ‘proteção do patrimônio histórico e artístico nacional’.

**1946** – O Sphan passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan)

**1970** – O Dphan se transforma em IPHAN.

**1979** – O IPHAN se divide em Sphan – órgão normativo - e Fundação Nacional Pró-memória (FNpM) – órgão executivo.

**1990** – Extinção do Sphan e da FNpM e criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

**06 de dezembro de 1994** – A Medida Provisória de nº 752 determina que o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBA passem a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação de Artes – FUNARTE.”

Fonte:

<http://portal.IPHAN.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13584&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> . Acesso em:28/08/2014.

Orleans, em Santa Catarina; 4) tombamento da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, na Paraíba; 5) uso do computador na documentação visual de padrões de tecelagem manual e de trançado indígena; 6) debate sobre a questão da propriedade intelectual de processos culturais coletivos; 7) desenvolvimento da ideia de criação de um selo de qualidade conferido a produtos de reconhecido valor cultural, como o queijo minas e a cachaça de alambique; 8) inclusão das culturas locais nos processos de educação básica; 9) proteção da qualidade cultural de produtos artesanais nos programas de fomento governamental à atividade; 10) documentação da memória oral das frentes de expansão territorial e dos povos indígenas ágrafos. (CASTRO, 2008, p. 14-5)

Após a ditadura militar, os governos empossados a partir de 1985 favoreceram a iniciativa privada na área cultural. Ainda assim, segundo Maria Laura Viveiros de Castro (2008), as ações da década anterior relativas ao CNRC e à atuação de Aloísio Magalhães promoveram a ampliação da visão de patrimônio cultural pelo IPHAN, que estendeu seu olhar para as manifestações culturais populares e afro-brasileiras. Em 1985, o IPHAN tombou a Serra da Barriga, em Alagoas, onde se localizava o Quilombo dos Palmares e, em 1986, o terreiro da Casa Branca na Bahia, referência do candomblé baiano.

O Ministério da Cultura (Minc) foi criado durante o governo de José Sarney. Em 1986, a Lei Sarney foi decretada, concedendo renúncia fiscal às empresas privadas que patrocinassem produções culturais. Tal lei transferia para a iniciativa privada o poder de decisão sobre a aplicação do dinheiro público. Em 1990, durante o governo Collor, a lei foi desativada, devido a denúncias de que ela havia permitido fraudes (o que, segundo o ex-presidente José Sarney, foi desmentido através de dois inquéritos administrativos<sup>6</sup>). Apesar de sua extinção, a Lei Sarney influenciou o secretário nacional de Cultura, Sergio Paulo Rouanet, a se empenhar pela aprovação do Programa Nacional de Financiamento da Cultura (Pronac), concretizado com a edição, em 23/12/1991, da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313), que ficaria conhecida como Lei Rouanet.<sup>7</sup> A principal diferença desta em relação à Lei Sarney são os mecanismos que exigem que qualquer projeto objeto de patrocínio sob renúncia fiscal passe antes pela aprovação do Estado (MOISÉS, s.d.). Durante o governo Itamar Franco, alguns dos princípios da Lei Sarney foram reeditados também na Lei do Audiovisual (8685/93). Leis estaduais e municipais seguiram o mesmo caminho de renúncia fiscal. As empresas desenvolveram

---

<sup>6</sup> Ver MOISÉS, s.d.

<sup>7</sup> Ver o verbete “Sergio Paulo Rouanet” do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)* do CPDOC, disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca>, acesso em 10/3/2015.

suas estratégias de *marketing* cultural, pois perceberam o lucro que advinha do investimento na área cultural associado à divulgação de marca (SANTOS, 2011).

Com a abertura política, movimentos sociais organizados se multiplicaram na defesa da diversidade e identidade, levantando a questão que relaciona o reconhecimento como parte de uma cidadania plena. Em consonância com tais reivindicações e com a nova visão de patrimônio cultural que vinha se desenvolvendo desde o CNRC, a Assembleia Nacional Constituinte incluiu em 1988 o patrimônio cultural imaterial nos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal. No Artigo 215, o Estado se compromete a proteger “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras”, enquanto o Artigo 216 reconhece como patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial”. Contudo, segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2009), apesar desse reconhecimento constitucional, a inexistência de um instrumento de preservação voltado para esse tipo de patrimônio impediu a criação de políticas efetivas de proteção. Dessa forma, a preservação permaneceu voltada apenas para o patrimônio material através do único instrumento disponível: o tombamento.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, destacaram-se a criação do Programa Monumenta, em 1997, voltado para a recuperação do patrimônio das cidades, e a instituição do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, em 2000, através do Decreto-lei 3.551. O modelo de nação, desenvolvido na década de 1930, e baseado na harmonia entre as três raças e de exaltação do passado colonial e do presente desenvolvimentista continuou vigorando, tendo como principal momento de consagração a exposição Mostra do Redescobrimento Brasil +500 no ano 2000, sem questionamentos sobre o genocídio aos indígenas ou sobre a escravidão africana e negra (SANTOS, 2011).

Tendo como base as ideias de Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, e também o determinado pela Constituição, toda uma gama de debates se desenvolveu durante a década de 1990. Reivindicações de movimentos da sociedade civil, como os em defesa dos direitos dos negros, indígenas e descendentes de imigrantes, ou seja, dos até então “não consagrados” — tomando de empréstimo a expressão de Aloísio Magalhães — levaram técnicos do IPHAN e estudiosos do tema a refletirem sobre a questão do patrimônio imaterial (FONSECA, 2009). Em novembro de 1997 foi realizado pelo IPHAN, em Fortaleza, o Seminário Internacional Patrimônio Imaterial

para discutir formas de proteção ao patrimônio imaterial. O resultado desse seminário foi a Carta de Fortaleza, documento que recomendou o aprofundamento da questão pelo IPHAN; a realização de inventários dos bens imateriais, que deveriam ser integrados ao banco de dados do Sistema Nacional de Informações Culturais;<sup>8</sup> a criação de um grupo de trabalho que desenvolvesse um instrumento legal que instituisse o registro como principal forma de preservação, e a ideia de que esse mesmo grupo de trabalho elaborasse as medidas necessárias para o fomento e a salvaguarda das manifestações culturais (CARTA DE FORTALEZA, 1997).

Quatro meses depois, através da Portaria nº 37, de 4 de março de 1998, o Ministério da Cultura, na gestão de Francisco Weffort, atendeu às sugestões da Carta de Fortaleza criando uma comissão para elaborar uma proposta de regulamentação da proteção ao patrimônio imaterial e também um grupo de trabalho para dar assistência à comissão<sup>9</sup>. Em 17 meses, o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI) realizou uma pesquisa sobre a experiência brasileira e internacional, produzindo dois documentos de referência, intitulados “A experiência brasileira no trato das questões relativas à proteção do patrimônio cultural imaterial” e “Propostas, experiências e regulamentos internacionais sobre a proteção do patrimônio cultural imaterial” (PATRIMÔNIO IMATERIAL, 2006). Segundo Sant’Anna (2006), a pesquisa do Grupo de Trabalho permitiu avaliar as condições de preservação, identificar as possibilidades de criação de instrumentos de valorização e preservação e apontar os principais problemas que ocorrem nesses casos.

A Portaria nº 37 estabeleceu o prazo de 60 dias para a comissão e o grupo de trabalho elaborarem a proposta de critérios e normas de preservação do patrimônio imaterial. Ainda no mesmo ano, em 6 de julho de 1998, a Portaria nº 229 instituiu uma comissão para definir, no prazo de 90 dias, os critérios e normas da preservação que já

---

<sup>8</sup> O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) é um banco de dados da Secretaria de Políticas Culturais (SPC) do Ministério da Cultura (Minc). Seu objetivo é o de agregar informações acerca de agentes culturais, produtores, empresas, eventos, espaços e grupos, e torná-las acessíveis a agentes culturais e à sociedade como um todo, aos quais é permitido também atualizar informações. Os inventários dos bens culturais imateriais não foram, contudo, incorporados ao SNIIC, conforme sugeria a Carta de Fortaleza. Mais questões sobre os inventários realizados pelo IPHAN e a criação de um banco de dados serão apresentadas mais adiante no item 3 deste capítulo, “O Inventário Nacional de Referências Culturais”. O *site* do SNIIC é <http://sniic.cultura.gov.br/>, acesso em 2/4/2014.

<sup>9</sup> A comissão foi integrada pelos seguintes membros: Marcos Vinícios Vilaça, Eduardo Mattos Portella, Joaquim de Arruda Falcão Neto e Thomas Farkas. O Grupo de Trabalho, por sua vez, foi integrado pelos seguintes membros, sob coordenação do primeiro: Márcia Genésia de Santana, Célia Maria Corsino, Maria Cecília Londres Fonseca, Ana Maria Lopes Roland e Cláudia Márcia Ferreira.

se encontravam finalizados nos trabalhos da portaria anterior e, em 11 de dezembro, a Portaria nº 485 prorrogou esse último prazo para 360 dias.

A pesquisa realizada pelo GTPI, apesar de adotar o termo “patrimônio imaterial”, destacou sua ineficácia, tendo em vista que ele provoca uma dicotomia com relação aos bens materiais e desconsidera a materialidade existente em todas as manifestações culturais. Segundo Márcia Chuva (2012), a noção de patrimônio cultural deve ser integradora, superando a dicotomia material-imaterial. Mesmo assim, não podemos deixar de ter em mente a diferença entre esses dois tipos de patrimônio: ainda que os bens materiais sejam investidos de imaterialidade no que se refere às práticas que a eles se relacionam, e que os bens intangíveis envolvam também instrumentos materiais que fazem parte de sua concepção, tanto no formato quanto na essência, esses patrimônios diferem entre si. Também a expressão “cultura tradicional e popular” foi encarada como problemática, pois, para os integrantes do grupo de trabalho, ela restringia as manifestações a apenas um grupo social, não levando em conta a complexidade dos bens.

A pesquisa do GTPI resultou na proposta de instituição do registro como instrumento jurídico de proteção aos bens imateriais. A proposta se baseou em dois princípios: o de que o bem imaterial necessita menos de intervenção que de documentação e acompanhamento, e a necessidade de revisão da ideia de autenticidade, devido ao dinamismo desses bens e de sua capacidade de se transformarem historicamente (SANT’ANNA, 2006). Em carta da comissão ao ministro da Cultura, reafirmava-se que “regulamentar institutos de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial é (...) cumprir com o dever constitucional” (VILAÇA et al., 1999). Assim, no dia 4 de agosto de 2000, o Decreto nº 3.551 foi assinado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, instituindo o registro como mecanismo de proteção e valorização do patrimônio imaterial brasileiro.

A partir de 2003, no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ideia da diversidade foi ampliada, buscando atender à demanda de grupos minoritários. “Políticas foram criadas para integrar o tema da diversidade à promoção da cidadania, reforçando conceitos que, em grande medida, a ONU vinha trabalhando no plano internacional e que foram incorporados na Constituição Brasileira de 1988” (SANTOS, 2013: 195).

O Ministério da Cultura, tendo como ministros Gilberto Gil, entre 2003 e 2008, e Juca Ferreira, de 2008 a 2010, decretou como prioridade a valorização do patrimônio cultural brasileiro relacionado à defesa da diversidade cultural e étnica, além da democratização do acesso aos bens culturais. Foram projetos culturais do novo governo a ampliação do Monumenta, que passou a ser chamado de PAC Cidades Históricas, buscando o desenvolvimento e a preservação de cidades consideradas relevantes historicamente, e a transformação do patrimônio imaterial numa política de Estado. Esse fato esteve diretamente relacionado com a Convenção pela Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, definida pela Conferência Geral da Unesco em 2003, assunto do próximo item. A Convenção estipulou a criação de uma lista de patrimônios imateriais pelos países membros. Segundo Santos (2011), ainda que não se deva negar a importância da proteção e da valorização das práticas imateriais, deve-se ter em mente que a criação de listas de patrimônios mundiais insere as políticas de preservação na esfera econômica e, por vezes, produzem o fenômeno da “gentrificação” (PEIXOTO, 2000) na revitalização de centros urbanos. Ainda de acordo com Santos (2011): “À medida que se amplia o conceito de cultura, em nome da preservação da cultura imaterial, por exemplo, crescem o número de práticas reguladas pelo mercado. É preciso que se perca a ingenuidade em relação às práticas preservacionistas” (p.197).

### **1.1. O patrimônio imaterial no cenário internacional: a Unesco**

A conjuntura do pós-segunda guerra levou à criação da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), com o objetivo de compor uma agenda cultural voltada para a paz. Em 1947, foi criada, no Brasil, pelo musicólogo e folclorista Renato Almeida, que havia trabalhado no serviço de documentação do Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional de Folclore. O órgão era localizado fisicamente no Palácio Itamaraty e fazia parte do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), da Comissão Nacional da Unesco.

Durante a década de 1960, uma série de iniciativas foi tomada pela Unesco em consonância com os debates acerca da proteção e da salvaguarda de manifestações populares de valor cultural. A Carta de Veneza (1964) foi o primeiro documento internacional sobre patrimônio que deu importância às manifestações populares e tradicionais. Escrita durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos

Monumentos Históricos, é considerada o documento-base do International Council on Monuments and Sites (Icomos),<sup>10</sup> órgão fundado em 1965 e adotado pela Unesco como consultor e de colaboração (KÜHL, 2010).

Segundo Cifelli & Peixoto (2012), a Unesco, desde o início dos trabalhos relacionados aos patrimônios culturais da humanidade, tem salientado a importância das atividades turísticas na promoção e valorização dos patrimônios, tendo em vista a insuficiência de técnicos e recursos financeiros nos institutos de patrimonialização dos países em desenvolvimento. Um exemplo são as Normas de Quito de 1967, que defendem o turismo como uma forma de preservar o patrimônio edificado e combater a degradação, respeitando as demandas da população local. Em missão da Unesco entre 1966 e 1967, Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção dos Sítios na França, visitou os principais sítios considerados pelo IPHAN como patrimônios nacionais. Durante sua visita, destacou o grande potencial para o turismo cultural que o país possuía.

A partir dos anos 1970, por meio das convenções promovidas pela Unesco, expande-se o sentido de patrimônio, associando-o à valorização da diversidade, à cultura das minorias e à qualidade de vida. No entanto, a elevação de determinadas cidades a “patrimônios mundiais” acabou por construir uma hierarquia entre as nações e acirrou a distância entre o centro e a periferia (PEIXOTO & SANTOS, 2013).

Segundo Harvey (2005), para que uma cidade possa efetivamente competir no mercado internacional de forma a atrair fluxos de pessoas e de capitais, é necessário torná-la atrativa, através da exaltação de seu capital simbólico. Tal estratégia tem sido utilizada pelo *marketing* territorial, utilizando as referências culturais como imagens de marca, ou seja, o patrimônio passa a equivaler a uma marca, ao conferir autenticidade às cidades nas quais se encontra (CIFELLI & PEIXOTO, 2012). Isso não quer dizer que o estatuto de bem universal concedido pela Unesco por si só faça com que a cidade passe a ser um destino turístico de excelência. O que ocorre é que as nações utilizam essas categorias para estimular, através do *marketing*, sua atratividade turística (PEIXOTO & SANTOS, 2013).

---

<sup>10</sup> O Icomos é uma organização não governamental dedicada à conservação e à restauração de monumentos e sítios mundiais. Site oficial: [www.icomos.org](http://www.icomos.org), acesso em 14/4/2014.

O reconhecimento de uma cidade ou de partes das suas referências culturais como Patrimônio da Humanidade consiste numa das principais estratégias destinadas a tal finalidade, mesmo que o alegado teor de autenticidade e singularidade perdurem mais enquanto discurso idealizado do que como realidade concreta. Busca-se, dessa forma, fazer do patrimônio cultural, mundialmente reconhecido e institucionalmente consagrado, uma mercadoria representativa da memória, da identidade e de uma tradição, em muitos casos, reinventada, em busca do resgate de um passado ideal. Exaltados nas suas cores e formas a partir de imagens e discursos propagados pelos dispositivos midiáticos, tais bens culturais contribuem para a elevação do teor de competitividade das cidades em busca da atração de capital (CIFELLI & PEIXOTO, 2012:41).

As conferências que se seguiram foram amadurecendo a ideia de reconhecimento da cultura popular como objeto de patrimonialização. A partir da década de 1970, vários fóruns foram criados com a visão preservacionista de circulação de valores e ideias pelo mundo, estimulando o turismo global. Não se tratava mais de acumular vestígios das grandes civilizações do passado, mas sim de sacralizar determinados sítios e práticas e torná-los atrativos ao turismo cultural internacional. Encontros como as Conferências Europeias sobre Políticas Culturais, ocorridas em Veneza, em 1970, e em Helsinki, em 1972, e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo, em 1972, buscavam a proteção de bens edificadas e formações físicas e arqueológicas das consequências do colonialismo, dirigindo-se aos países da América Latina, Ásia, África e Oceania, em contraposição à modernidade das sociedades tecnológicas da Europa e dos Estados Unidos. Procurava-se, dessa forma, conter os avanços da modernidade e criar uma identidade coletiva a todos os povos (PEIXOTO & SANTOS, 2013). Um documento relevante para a discussão sobre a patrimonialização das práticas culturais foi a Declaração do México, resultado da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ocorrida em 1985, que incluiu as criações da cultura popular entre os bens patrimoniais. A Declaração do México estabelece orientações sobre a convivência intercultural, recomendando a defesa pela diversidade cultural (SOARES, 2006).

A eleição de patrimônios universais provocou uma disputa entre as nações, pois tal categoria acabava por promover ganhos comerciais e políticos. Não houve, como se esperava, a criação de uma identidade global, e as nações carentes tampouco conseguiram ser agraciadas de forma significativa: em 2008, mais da metade das cidades elevadas a patrimônio mundial encontrava-se no continente europeu (PEIXOTO & SANTOS, 2013).

Apesar de, no Oriente, especialmente no Japão, a proteção às expressões da cultura tradicional e popular já vigorasse desde os anos 1950, as primeiras iniciativas no mundo ocidental em torno dessa questão surgiram após países do Terceiro Mundo liderados pela Bolívia terem solicitado à Unesco estudos que levassem a propostas jurídicas de proteção a essas manifestações. Tal pedido ocorreu após a Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, que restringia os bens patrimoniais apenas aos bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios urbanos e naturais.

A Unesco atendeu à solicitação, percebendo que os patrimônios materiais não poderiam ser considerados isoladamente, mas sim em relação a múltiplos elementos, como saberes e crenças, por exemplo. Assim, o Comitê do Patrimônio Mundial passou a adotar um enfoque antropológico, considerando os aspectos imateriais dos patrimônios materiais, contudo ainda numa perspectiva de proteção apenas dos bens físicos e imóveis (LÉVI-STRAUSS, 2006). O resultado foi a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989, que apresenta ações de preservação do patrimônio imaterial. Segundo a avaliação que o já mencionado Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI), criado na gestão do ministro Francisco Weffort, fez sobre esse documento, a conservação da cultura tradicional e popular

[...] equivaleria à documentação, ao registro e ao acesso a dados sobre as manifestações culturais selecionadas como relevantes, incluindo-se o estudo de sua evolução e modificação. Recomenda-se, neste caso, a criação de serviços nacionais ou unidades centrais de arquivos, como forma de se harmonizar os métodos de recolha e arquivamento, e a criação de museus ou seções especializadas nessas unidades que apresentem a cultura tradicional e popular como um processo vivo, em toda a sua dinâmica. (GRUPO DE TRABALHO PATRIMÔNIO IMATERIAL, 1998, p.122)

Segundo a Recomendação do Comitê do Patrimônio Mundial, a salvaguarda é a defesa das tradições das influências da sociedade globalizada. O documento entende por cultura tradicional e popular as criações das comunidades fundadas na tradição e que sejam reconhecidas pelos seus membros como expressões de sua cultura.

O conceito de tradição, assim como os conceitos “popular” e “imaterial”, foi alvo constante de discussões na área do patrimônio, tendo em vista a multiplicidade de interpretações. Tanto que, em 1997, a Unesco tentou lançar a expressão “patrimônio oral”, para superar os problemas desses conceitos, como observo a seguir. No Brasil,

segundo a Resolução nº1, de 3 de agosto de 2006 (da qual se falará no item 2 deste capítulo), “toma-se por tradição no seu sentido etimológico de ‘dizer através do tempo’, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com seu passado”.

A Recomendação destacou ainda a obrigação dos Estados membros em proteger a privacidade dos portadores das tradições, os interesses dos pesquisadores, e a assegurarem a boa conservação dos documentos e a organização dos arquivos. A compreensão dos processos de execução e desenvolvimento dos processos culturais é também salientada pelo documento.

As discussões ocorridas a partir de 1989 justificam a preservação do patrimônio intangível através do risco de extinção das culturas tradicionais frente à globalização e aos fenômenos de intolerância à diversidade. Os países desenvolvidos (com exceção do Japão) não se interessaram em conseguir muitos títulos de patrimônios imateriais. A quantidade de bens imateriais registrados dos países componentes do G8, se comparados com a quantidade dos patrimônios universais, é bem menor: 26,7 patrimônios materiais mundiais por país para 6,25 imateriais (PEIXOTO & SANTOS, 2013). Apesar do interesse de países da América Latina, África, Caribe e Oceania, a inscrição de patrimônios intangíveis passou a se concentrar no Japão, na China e em países da Europa Oriental. Enquanto a Convenção de 1972 aponta para uma valorização de bens monumentais e naturais de países desenvolvidos, as que ocorreram após 1989 passaram a valorizar elementos tradicionais de nações orientais e periféricas (Idem, 2013).

A partir da década de 1990, a Unesco buscou aprofundar-se ainda mais no campo da cultura popular e do patrimônio imaterial. Em 1993, o Conselho Consultivo da entidade decidiu-se pela criação de formas de proteção para os “bens culturais vivos”. Dessa forma, em 1996 foi apresentado aos Estados membros o projeto “Tesouros humanos vivos”, cujo objetivo seria o de proteger os detentores dos saberes tradicionais, promovendo políticas de apoio financeiro. Já em 1995 foi realizado um seminário na República Tcheca que gerou um documento contendo princípios para a defesa da cultura tradicional e popular em relação à comercialização indevida. Esse documento foi aprovado na II Conferência de Trabalho, em 1997, também na República

Tcheca, e preocupou-se em discutir a necessidade de criação de um ambiente legal voltado à proteção das tecnologias tradicionais. Ainda em 1997 foi lançando o programa de Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, incorporando a expressão “patrimônio oral” na tentativa de superar os problemas das expressões “popular”, “tradicional” e “imaterial” (DEFOURNY, 2009).

As estratégias da Unesco quanto à valorização do patrimônio imaterial também ocorreram nas avaliações dos principais problemas e impasses da aplicação de uma política de proteção estruturada. Exemplo disso foi o Seminário Regional sobre a Aplicação da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular da América Latina e Caribe, realizado no México em 1997. Tal seminário constatou que, à época, cerca de 73% dos países membros não possuíam infraestrutura suficiente para dar conta de um projeto eficaz de proteção das manifestações da cultura tradicional e popular.

Nos anos 2000, as Convenções de 2003 (Patrimônio Cultural Imaterial) e de 2005 (Diversidade de Expressões Culturais) ressaltaram a importância de se proteger a diversidade cultural frente à globalização e a evolução tecnológica, tendo como justificativas o combate à intolerância e a defesa dos direitos humanos (PEIXOTO & SANTOS, 2013).

Apesar das intenções da Unesco em promover proteção e valorização dos patrimônios culturais mundiais, sua atuação suscitou críticas. Segundo Falcão (2011), em seus programas voltados para a questão do patrimônio, a Unesco constrói um discurso universalista e apolítico, muitas vezes através do estímulo a atividades beneficentes que procuram proteger os patrimônios dos efeitos negativos da globalização. Contudo, tal discurso acaba justamente por atrair os interesses nacionalistas e turísticos dos Estados-nação, que procuram esconder seus verdadeiros intuítos atrás de uma imagem de objetividade. Ou seja, para Falcão (2011), os programas de conservação do patrimônio propostos pela Unesco acabam por fortalecer as matrizes nacionalistas.

Segundo Labaldi & Long (2010), um dos problemas dos programas mundiais de patrimônio é a restrição da diversidade cultural a modelos oficiais estabelecidos pela Unesco. Para Askew (2010), o termo “patrimônio” e seus derivados são amplamente utilizados para garantir um aparato burocrático internacional, promovido pela Unesco

para promover o desenvolvimento do turismo cultural mundial e para fortalecer os Estados-nação.

## **2. O registro do patrimônio imaterial**

O registro, instituído no Brasil pelo já mencionado Decreto nº 3.551/2000, é uma forma de reconhecimento do valor das práticas culturais imateriais, que passam a ser consideradas patrimônio cultural brasileiro. Segundo Oliveira (2008), o objetivo do registro é o de identificar, mapear e documentar o passado, o presente e a dinâmica desses bens, para que sejam implementadas políticas de valorização e salvaguarda por parte dos poderes público e privado.

De acordo com o Decreto nº 3.551/2000, os patrimônios culturais imateriais devem ser inscritos em livros de registro, à semelhança do que ocorre com os patrimônios materiais no caso do tombamento. Não obstante tal inscrição, os bens culturais imateriais, devido à sua natural fluidez e dinâmica, devem ser objeto de novo registro após dez anos, com o propósito de permitir a compreensão e o acompanhamento de suas transformações.

Os livros de registro pressupõem o caráter multifacetado dos patrimônios intangíveis e se dividem, de acordo com o decreto, nas seguintes categorias:

I- Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II- Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a convivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III- Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV- Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem as práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000)

As propostas de registro devem sempre partir dos grupos sociais e ser encaminhadas para o IPHAN. Se julgadas válidas, dá-se início ao processo de instrução, sempre supervisionado pelo Instituto. Os produtos finais do processo são os dossiês de registro, onde devem constar toda a pesquisa, a história e a trajetória do bem, e também documentos audiovisuais e fontes documentais e bibliográficas (OLIVEIRA, 2008). Os dossiês são fundamentais na medida em que produzem o conhecimento necessário sobre

o bem para que sejam estruturadas ações de apoio mais adequadas. Para pleitear o registro, o bem cultural deve sobretudo apresentar relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, constituindo referência cultural para os grupos que o mantêm (CASTRO, 2008).

Contudo, no Decreto nº 3.551 não há uma definição clara do que seja um “bem imaterial”. Falcão (2011) problematiza o conceito de “bem”, que, em outras disciplinas, como nas áreas jurídica e econômica, está vinculado à ideia de que os bens patrimoniais constituem as propriedades particulares, cujo detentor possui plenos poderes para delas dispor e usufruir, bem como vendê-las e administrá-las.

O também já mencionado Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) criado pelo Decreto nº 3.551/2000 constituiu um programa de fomento ao patrimônio cultural, com o intuito de buscar parcerias com órgãos governamentais, organizações não governamentais, universidades, instituições privadas e agências de financiamento, objetivando a realização de políticas de salvaguarda. O programa conta com recursos provenientes do próprio IPHAN, além dos relacionados a parcerias e convênios com o Ministério da Cultura, através do Fundo Nacional de Cultura. O PNPI tem como meta a garantia das condições sociais e ambientais necessárias para a produção, o desenvolvimento e a transmissão dos bens culturais através dos projetos de fomento e parcerias (CASTRO, 2008).

Os planos de salvaguarda associam-se aos processos de inventário (de que tratarei no item 3 deste capítulo) e registro. O intuito é o de que a pesquisa resultante desses processos permita a identificação das condições necessárias para a sustentação econômica e social dos bens culturais, propiciando a elaboração de estratégias mais adequadas de salvaguarda. Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2008), a atuação do Estado na direção das políticas de salvaguarda tem seguido quatro linhas: 1) ações de apoio à produção, circulação, transmissão e manutenção; 2) ações de valorização que busquem a sustentabilidade; 3) instrumentos jurídicos de defesa de direitos (ainda pouco utilizados); 4) pesquisa das manifestações culturais, permitindo o acompanhamento e a avaliação diagnóstica dos impactos econômicos, sociais e culturais.

As ações de salvaguarda também passaram a ser objeto do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991). Através do programa, empresas estatais e privadas podem apoiar

projetos de fomento de manifestações culturais em geral, incluindo os de documentação e promoção ao desenvolvimento e transmissão dos bens culturais imateriais, abatendo seu investimento nesse sentido do Imposto de Renda (CASTRO, 2008).

A principal estrutura governamental relacionada com a preservação do patrimônio intangível é o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN, criado pelo Decreto nº 5.040, de 6 de abril de 2004. A ele associam-se as secretarias regionais do IPHAN e, desde 2003, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), que tem atuado em parceria com o DPI no sentido de auxiliar nos processos de registro, inventário e salvaguarda (CASTRO, 2008). Durante muitos anos, o CNFCP – originário da Comissão Nacional do Folclore de 1947 – tem se dedicado à documentação dos bens ligados à cultura popular.

A emergência do campo do patrimônio imaterial é, segundo Falcão (2011), um indicativo da construção de uma nova questão social: a patrimonialização de expressões culturais revela que o que está sendo patrimonializado é a própria ideia de cultura e representações, pois tal ideia é remodelada e utilizada nos discursos do Estado com fins específicos (de turistificação, de elaboração e reelaboração do “nacional”, de iniciativas de revitalização do meio urbano, etc.). Tal patrimonialização ocorre quando o Estado reconhece que um determinado grupo é detentor de um bem cultural específico, determinando esse mesmo bem como de interesse público. De acordo com Falcão (2011), a patrimonialização, mais do que um sistema de pensamento, é um sistema de ritual, de consagração por excelência. Para definir o sistema de patrimonialização no Brasil, a autora se utiliza de Bourdieu (2006), segundo o qual quanto mais complexo e demorado for um processo de consagração, maior sua invisibilidade e, assim, maior o efeito da crença. Tanto instituições estatais e privadas quanto organizações da sociedade civil e indivíduos têm se utilizado dos instrumentos da política de patrimônio imaterial como forma de expressar suas reivindicações, atualizando antigas disputas e buscando reconhecimento.

### **3. O Inventário Nacional de Referências Culturais**

Em consonância com as discussões acerca do registro, o IPHAN desenvolveu em 1999, ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso, uma metodologia de

pesquisa e inventário, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), resultado de estudos e encontros realizados durante a década de 1990 e baseado na experiência do CNRC, de 1975, e do Pró-Memória, de 1979. Entre os encontros e trabalhos, destacam-se: o Encontro de Inventários do Conhecimento, promovido pelo Departamento de Identificação e Documentação (DID) do IPHAN e ocorrido em 1995, no Rio de Janeiro, onde foram apresentados trabalhos de inventário do IPHAN e de diversos estados e municípios; a experiência piloto, ocorrida no mesmo ano, de um inventário de referências culturais na cidade do Serro, realizada pelo DID em parceria com a Superintendência Regional do IPHAN de Minas Gerais, e o Seminário Patrimônio Imaterial, realizado em Fortaleza em 1997, do qual resultou a já mencionada Carta de Fortaleza (CORSINO, 2000).

Em 1999, a empresa Andrade e Arantes Consultorias e Projetos Culturais foi contratada pelo Museu Aberto do Descobrimento (Made) – fruto do investimento do Ministério da Cultura nas Comemorações dos 500 Anos do Descobrimento – para realizar uma nova experiência piloto de inventário de referências culturais nas sete localidades compreendidas pelo museu, que se estendiam entre Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, na Bahia. Tendo à frente da pesquisa o antropólogo Antonio Augusto Arantes Neto,<sup>11</sup> essa nova experiência propiciou a definição das bases da metodologia de inventário de referências culturais, através do aperfeiçoamento dos formulários, das técnicas e do banco de dados.

O INRC procura mapear os bens de acordo com o que a própria metodologia chama de “visão antropológica de cultura”, que teria se afastado bastante da noção do século XIX, quando “cultura” era entendida como um conjunto de objetos, técnicas e valores. A noção de cultura apreendida pelo INRC procura produzir conhecimento sobre a difusão, a produção e a manutenção desses bens, atendo-se aos sentidos simbólicos atribuídos a eles pelos diferentes grupos sociais. O conceito de “referências culturais” é tomado com grande relevância para tal metodologia, no sentido de que presume traços

---

<sup>11</sup> Antonio Augusto Arantes Neto é hoje professor doutor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Campinas (Unicamp). Trabalhou no Conselho Consultivo do IPHAN e auxiliou a desenvolver o DPI e o PNPI, chegando a diretor do instituto entre os anos 2004 e 2006 e sendo o primeiro antropólogo a dirigir a autarquia. Durante seu mandato, procurou desenvolver os debates e pesquisas relacionados ao patrimônio imaterial, realizando, na sua gestão, o primeiro inventário de referências culturais que levou ao registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo. Em 2006, pediu demissão alegando pressões políticas. Fonte: <http://ensaiospatrimoniais.blogspot.com.br/2011/02/breve-gestao-de-antonio-arantes-no.html>, acesso em 18/4/2014.

da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores, e que constituem referências de identidade para determinado grupo (CASTRO, 2008). Segundo Márcia Sant’Anna, o conceito de referência cultural “supera a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, tomando-os como face da mesma moeda: a do patrimônio cultural” (SANT’ANNA, 2009, p. 56).

De acordo com a ideia de “referência cultural”, a metodologia do INRC entende que os bens culturais não o são por si mesmos, mas sim a partir da atribuição de sentido que lhes é dada pelos sujeitos de acordo com os interesses e condições históricas em que se encontram. Para Fonseca (2000), a experiência do CNRC, criado em 1º de julho de 1975 e formulado, como já mencionado, por Aloísio Magalhães, foi pioneira no mapeamento das referências culturais. A escolha do termo foi um ponto estratégico, pois buscava apreender uma nova atuação na área da cultura, visando os bens que o Sphan excluía de suas políticas de proteção. A ideia era utilizar a tecnologia e a indústria para “recuperar e proteger as raízes autênticas da nacionalidade” (FONSECA, 2000, p. 91). O objetivo era apreender a dinâmica da cultura e sua relação com os contextos socioeconômicos, visando o fornecimento de indicadores para um desenvolvimento.

Essa generalização do conceito de “cultura” é discutida e criticada por muitos antropólogos. Sobre a abordagem teórica do INRC, Falcão (2011) atenta para o fato de que o termo “cultura”, assim como o seu “sentido antropológico” e também a expressão “referências culturais” têm sido utilizados com frequência nos discursos provenientes do Estado como forma de legitimar determinadas ações. Susan Wright (1998), por sua vez, alerta para o perigo de políticos e formadores de opinião utilizarem o termo cultura de forma universalizante, buscando legitimar seus discursos através do “sentido antropológico de cultura”, tendo em vista que não existe uma versão unívoca da cultura dentro do campo de estudo da antropologia. As políticas de patrimônio fazem parte desse contexto onde o termo “cultura” é utilizado de forma genérica, no qual são “produzidas e reproduzidas representações sobre as representações de fenômenos descritos como cultura” (FALCÃO, 2011:58).

O primeiro foco do inventário de referências culturais são as bases materiais dos bens imateriais: objetos, registros audiovisuais, documentos, depoimentos. Isso porque “as práticas humanas inscrevem de várias formas seus significados em objetos

palpáveis” (Inventário Nacional de Referências Culturais, 2000, p.29). A proposta do INRC busca identificar os produtos humanos como bens dinâmicos e, para isso, utiliza o critério da exaustividade na produção de formulários padronizados, sendo que o produto da pesquisa nunca deve ser definitivo.<sup>12</sup> Essa padronização acaba, por vezes, se constituindo numa falha da metodologia, pois impõe categorias gerais a bens culturais diversos. Documentar os bens culturais sem correr o risco de cristalizá-los acaba se tornando um grande desafio para os pesquisadores que recorrem à metodologia do INRC.

O INRC utiliza as categorias apresentadas nos livros de registro – Saberes, Formas de Expressão, Celebrações e Lugares. Com o auxílio de fichas de identificação,<sup>13</sup> o inventário é realizado em três etapas sucessivas: o levantamento preliminar, a identificação e a documentação. Durante o levantamento preliminar, devem ser realizadas pesquisas em fontes secundárias e primárias, buscando reunir as informações necessárias a um mapeamento geral do bem. Em seguida, na fase de identificação, a pesquisa deve ser aprofundada no sentido de compreender a dinâmica do bem em questão, sua produção, reprodução, transmissão e relação com outros bens, através principalmente de entrevistas e pesquisas de campo, com o preenchimento das fichas de identificação. Já na fase de documentação, a metodologia indica a produção de relatórios acerca da pesquisa e do bem; a realização de registros audiovisuais, e ainda deve ocorrer a inserção no banco de dados do INRC dos elementos colhidos nas etapas anteriores, visando um retorno aos detentores dos bens e à sociedade como um todo.

Esse retorno para os sujeitos deve ser feito através das políticas de salvaguarda. A salvaguarda é definida como um conjunto de ações que proporcionem a continuidade do bem. Ela pode variar de acordo com a natureza, com o momento político e com as articulações entre os agentes envolvidos. Segundo Falcão (2011), as ações de salvaguarda se dividem em duas etapas: a elaboração de uma estratégia de ação junto à comunidade e instituições relacionadas ao bem, de um lado, e a implementação dessas ações, de outro.

---

<sup>12</sup> Cabe destacar que nem sempre os inventários realizados a partir da metodologia do INRC levam ao posterior registro dos bens. Um exemplo é o próprio inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, que foi inventariada a partir da metodologia, mas não foi registrada como patrimônio imaterial brasileiro. Mais detalhes acerca do inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição serão apresentados no capítulo 2.

<sup>13</sup> Os modelos das fichas estão reproduzidos no Anexo 1.

O objetivo do INRC é promover um mapeamento do bem, apontando as necessidades daquele grupo específico onde os processos de salvaguarda devem atuar para que as suas tradições recebam a devida valorização, divulgação, promoção, transmissão e continuidade através de ações de apoio.

O conceito de salvaguarda relaciona-se com a ideia de proteção e garantia de direitos. (...) A salvaguarda é, portanto, um instrumento jurídico que visa garantir certos direitos em condições de risco. São garantias oficiais baseadas no prestígio de uma autoridade que tem o poder de sancionar interdições e privilégios em benefício do interesse de terceiros (FALCÃO, 2011:225).

De acordo com a metodologia, o retorno para a sociedade como um todo deve ser realizado através da divulgação dos resultados da pesquisa e da produção de conhecimento. Um dos objetivos do INRC é o desenvolvimento de um banco de dados de informações sobre esses bens, aberto a toda a sociedade em meio digital. Este banco de dados, contudo, ainda não se encontra disponível.<sup>14</sup> Em artigo sobre a estruturação de um banco de dados culturais, Teixeira Coelho disserta sobre a relevância dessa ação:

De um ponto de vista imediatamente utilitarista, a existência de dados sobre a cultura justifica-se na medida em que possa contribuir para a identificação de áreas estratégicas do desenvolvimento nacional e dos setores que possam conduzir ao desenvolvimento do próprio sistema da cultura entendido como um dos motores do desenvolvimento maior. E o que esses dados deverão permitir é a formulação de políticas culturais e políticas socioculturais que, na expressão de Néstor Canclini, promovam o avanço tecnológico e a expressão multicultural de nossas sociedades, centradas no crescimento da participação democrática de seus cidadãos. (COELHO, 2003, p.221)

A participação dos sujeitos detentores dos bens no processo de inventário, tendo o papel de informantes e de intérpretes de seu patrimônio cultural, é destacada pelo manual de aplicação do INRC. Para Fonseca (2000), a noção de referência cultural possibilita a percepção desse papel, pois, “ao identificarem determinados elementos

---

<sup>14</sup> De acordo com o site do IPHAN, o banco de dados do INRC estará disponível na intranet do instituto “em breve”. Os bancos de dados disponibilizados através da internet atualmente pelo instituto são: Arquivo Noronha Santos, Banco de Dados de Bens Culturais Registrados (BCR), Banco de Dados de Consulta a Bens Culturais Procurados, Sistema de Acompanhamento e Cadastramento de Conhecimento Tradicional Associado (SACCTA), Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Arqueológico e Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Fontes:

<http://portal.IPHAN.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13494&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> e  
<http://portal.IPHAN.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17734&retorno=paginaIPHAN>. Acesso: 30/07/2014)

como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica” (p.89).

Identificar as referências não é somente um saber, trata-se também de poder. E, nesse sentido, cabe refletir acerca de quem possui o poder de delegar a essas manifestações o direito de serem preservadas. Para Fonseca (2000), durante muito tempo o Estado e os intelectuais indicados pelo Estado é que ocuparam essa posição. Atualmente, também a sociedade o faz a partir do momento em que cobra seus direitos do Estado. A noção de patrimônio cultural tornou-se maleável, capaz de atender a diferentes grupos e visões de mundo.

Hoje o patrimônio toma em consideração questões relativas à propriedade intelectual, ao meio ambiente, aos direitos culturais, aos direitos difusos, ao direito autoral, ao impacto cultural causado pelos grandes empreendimentos, além dos temas já tradicionais, como aqueles que envolvem questões de urbanismo e uso do solo, expansões urbanas sobre áreas históricas decadentes, questão habitacional em áreas históricas urbanas e, principalmente, os limites que o tombamento impõe à propriedade privada (CHUVA, 2012:152).

#### **4. O patrimônio cultural imaterial e a construção de uma identidade nacional**

A ideia de cultura nacional varia de acordo com o tempo, o que comprova que, mesmo existindo definições aparentemente concretas para definir a nação, esta é, na verdade, uma construção imaginária. Segundo Benedict Anderson (1982), nação é uma “comunidade política imaginada, ao mesmo tempo limitada e soberana”. Primeiro, ela é uma comunidade porque entre os seus membros existe o sentimento de fraternidade, eles estão em constante comunhão uns com os outros. Em segundo lugar, ela é imaginada porque nunca um de seus membros conhecerá todos os que fazem parte da mesma nação, e nunca ouvirá falar deles, embora exista a ideia da comunhão que existe entre eles. Depois, ela é limitada porque possui limites territoriais fixos, fronteiras delimitadas. E, por fim, soberana porque o Estado soberano garante a liberdade de seus membros. Para o autor, toda comunidade é imaginada, e todo nacionalismo é uma construção ficcional. Outro estudioso dessa discussão, Eric Hobsbawm (1990) destaca que deve-se ter em mente que a nação é instituída “de cima” e que, apesar disso, ela só é possível graças aos anseios e pensamentos das pessoas comuns, ou seja, “de baixo”, e

que a identidade nacional, quando ela existe, não é superior a outras identidades que formam os sujeitos comuns; ao contrário, ela se combina com essas identificações e é passível de mudanças e deslocamentos. Seguindo a mesma linha, outros estudiosos, como Serge Gruzinski, Renato Rosaldo e Armando Silva, têm demonstrado que a cidadania não é construída somente a partir da participação política e social direta, mas principalmente no seio das relações cotidianas (CANCLINI, 1994).

A nação é construída a partir de discursos que dão sentido a seu povo, suas características físicas, seus costumes. Tais discursos dão coerência e sentido imaginário à nação. São eles que definem como a nação se formou, como ela é no presente e qual o seu futuro. Quando essas práticas discursivas passam a formar a noção partilhada e coletiva da nação, elas podem ser consideradas patrimônios nacionais (CANCLINI, 1994). Falar dos patrimônios como categorias de discurso significa dizer que eles não constituem meras coleções de objetos e monumentos, mas construções imaginárias concebidas discursivamente. Significa que a própria existência desses patrimônios está condicionada aos discursos produzidos sobre eles (GONÇALVES, 2002).

Gonçalves divide os discursos do patrimônio em duas modalidades narrativas: a monumentalista e a focada no cotidiano. A perspectiva monumentalista está ligada ao que foi exposto no primeiro tópico sobre os discursos do patrimônio material, à questão da autenticidade e de um passado glorioso, focado nos heróis nacionais. Nesse sentido, os patrimônios materiais, além de definirem a personalidade da nação, também atuam como mediadores entre passado e presente. Os patrimônios evocam o passado a partir do momento em que a eles são associados ideias e valores. Ao estabelecerem a ponte entre o passado e o presente, os patrimônios passam a fazer parte indissolúvel da nação, e passam a definir as características “autênticas” de cada indivíduo. Segundo Gonçalves, os teóricos modernos desenvolveram a concepção do “individualismo”, ou seja, que as nações são formadas por indivíduos únicos, ou por uma coleção de indivíduos. Dessa forma, a própria nação teria características individuais, como memória, vontade, personalidade, caráter. Tendo em vista que coleções são conjuntos de objetos que pertencem a determinado indivíduo e definem a sua identidade e tendo em vista que a nação (segundo os teóricos modernos) se iguala a um indivíduo, também ela deveria possuir uma coleção de objetos para definir-se: os patrimônios culturais (GONÇALVES, 1988). O patrimônio é encarado, então, a partir da perspectiva monumentalista, como fruto de um passado transcendente, que não pode ser contestado, ligado a fatos históricos fundadores. São os “monumentos” de pedra e cal, que se ligam

aos discursos civilizatórios e defensores da manutenção e valorização de uma tradição, muitas vezes, das classes dominantes.

Associado à formação dos Estados Nacionais, o que acabava então sendo considerado patrimônio resultava de seleções e exclusões que privilegiavam a identidade das elites dominantes e homogeneizavam culturas complexas e diferenciadas. O patrimônio material expressou a espetacularização da cultura, ao subordinar a diversidade dos grupos que compunham a nação a uma única referência identitária. Desta forma, produziu-se um discurso de poder que hierarquizava os grupos sociais (PEIXOTO & SANTOS, 2013).

Já a perspectiva focada no cotidiano se relaciona com os novos discursos acerca dos bens culturais e do patrimônio imaterial ou intangível. Ligados ao presente, e não ao passado, esses bens são marcados pela transitoriedade, existindo no seio das relações sociais cotidianas entre os grupos (GONÇALVES, 2002). Para levar em consideração tanto os patrimônios materiais quanto os imateriais, a partir dessa nova perspectiva, podemos nos inspirar no que Jacques Le Goff (1990) destacou sobre os “documentos-monumentos”, atentando para o fato de que os materiais da memória devem ser encarados como construções feitas pelas sociedades de acordo com as relações de poder. Para Le Goff, tais documentos não devem ser tratados como monumentos, ou seja, como detentores da verdade, mas sim analisados de forma crítica e científica. No caso das narrativas articuladas ao cotidiano, na visão de Gonçalves,

[...] o espaço público é pensado enquanto dividido pela diversidade de pontos de vista, pela diversidade dos gêneros de discurso que nele circulam. A nação não é algo acabado, cuja essência seria representada pelo patrimônio. A nação é heterogênea e está em permanente processo de transformação. Os patrimônios fazem parte do dia-a-dia da vida dos diversos segmentos sociais. (GONÇALVES, 2002, p. 154)

Essa nova categoria de patrimônio é ambígua e mediadora. Ambígua porque é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito, material e imaterial, faz parte do passado e do presente. E mediadora porque liga a história à memória (GONÇALVES, 2005). Segundo Maria Velozo Motta Santos, em sua tese de doutorado “O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)”, a partir do mapeamento do material simbólico desse patrimônio, podem-se construir novos conteúdos discursivos visando

contar a história da formação da nação e constituir uma identidade cultural brasileira (apud FONSECA, 2008, p.64).

A noção de patrimônio cultural imaterial no Brasil, conforme entendida na Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (IPHAN, 2006), que complementa o Decreto nº 3.551/2000, abarca “práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado”. Os instrumentos criados pelo Estado brasileiro no sentido de manter e valorizar esses bens são mecanismos de reconhecimento da diversidade cultural brasileira, buscando dar visibilidade ao conjunto amplo de processos culturais, tanto nas políticas públicas quanto nas referências de identidade que o país busca produzir de si para diferenciar-se de outras nações. Esses instrumentos de valorização dos bens culturais têm relação com o tema da inclusão cultural e da democratização da cultura: não se trata mais de apenas garantir o acesso com base em visões etnocêntricas, mas de favorecer e valorizar expressões culturais das mais diversas camadas e grupos sociais (CASTRO, 2008).

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2008), esse entendimento amplificado da noção de patrimônio cultural tem três consequências: primeiro, vem acabar com as dicotomias produção x preservação, presente x passado, processo x produto, popular x erudito. Em segundo lugar, vem diferenciar patrimônio imaterial de folclore e cultura popular, pois não seria a escassez de produtos materiais (opondo-se à riqueza destes nas manifestações eruditas) o fator definidor dos bens culturais imateriais. Em terceiro e último lugar, a noção permite estender aos grupos e nações de cultura não europeia o reconhecimento de aspectos de sua cultura em âmbito mundial. A ampliação da noção de patrimônio cultural tem, portanto, ligação com os efeitos da globalização, pois, ao reconhecer aspectos dessas culturas como patrimônios mundiais, contribui para beneficiar os grupos sociais política e economicamente.

A nova concepção de patrimônio cultural contribui ainda para o desenvolvimento de novas reflexões acerca do que se entende por nação. Paralelamente à construção dos Estados-nação, construiu-se uma identidade nacional. Isso foi feito tomando-se como referência apenas os bens culturais associados aos grupos sociais hegemônicos. Atualmente, a ampliação da noção de cidadania e a busca pela democratização cultural – o que implica o reconhecimento dos diferentes grupos que

compõem a sociedade – esteve intimamente ligada à construção de um novo modelo de nação, focado na diversidade.

Para Néstor García Canclini (1994), o Estado busca valorizar o patrimônio como integrador da nacionalidade ao mesmo tempo em que converte as relações sociais locais em símbolos de uma nação, muitas vezes deixando de lado as suas particularidades e conflitos. O Estado busca, através dos patrimônios, desenvolver um sentimento de cumplicidade entre seus membros, simulando uma sociedade unificada, não dividida em diferentes grupos com diferentes interesses.

Portanto, apesar dos avanços em curso nos debates e nas políticas públicas de patrimônio, na prática é fundamental que o IPHAN – e outros agentes como os movimentos sociais – não perca de vista a construção da nação como um espaço de luta material e simbólica, reconhecendo assim a pluralidade cultural existente no território brasileiro. Para que se realize efetivamente uma política pública democrática de cultura, importa dar um retorno concreto das pesquisas de inventário e registro para a sociedade; realizar políticas de salvaguarda que atendam plenamente às demandas estabelecidas pelos detentores dos bens, e trazer para o debate os interessados – os grupos e movimentos – para que sejam ouvidas suas opiniões (CANCLINI, 1994).

## Capítulo II. O poder público no Morro da Conceição

### 1. Projetos de revitalização e patrimonialização

No dia 9 de abril de 2009, Mônica da Costa, assessora de patrimônio imaterial do IPHAN-RJ, encaminhou ao superintendente da instituição, Carlos Fernando de Souza Leão Andrade, a solicitação da abertura do processo referente ao Inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição.<sup>15</sup> Juntamente com a solicitação, foi encaminhado um Plano de Ação, especificando os detalhes do projeto de inventário. Nesse documento, a justificativa para a contratação de serviço especializado para a realização do inventário estava assim descrita:

O inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição consiste em um estudo exaustivo sobre o bem cultural em questão, sua descrição, os significados atribuídos pelos grupos sociais, as referências históricas e as suas transformações. Para tanto, é necessária a contratação de serviço técnico especializado para subsidiar a pesquisa etnográfica e documental da festa de Nossa Senhora da Conceição.<sup>16</sup>

O Plano de Ação contém ainda outros detalhes do projeto, como o público-alvo (“sociedade civil, pesquisadores, religiosos e estudiosos”), a quantificação do público-alvo (“14.000.000” pessoas), os resultados esperados (“divulgação e valorização do bem imaterial”) e a duração estimada do projeto (“01/08/2009 a 31/01/2010”). O documento não especifica como chegou ao número de pessoas do público-alvo.

Além do Plano de Ação, a solicitação de abertura do processo continha um Projeto Básico – com objetivos, justificativa, metodologia e cronograma – que foi incorporado mais adiante ao edital de licitação.

A documentação composta pela solicitação de abertura do processo, o Plano de Ação e o Projeto Básico foram encaminhados no dia 14 de abril por Gilberto Garbim, chefe da divisão administrativa, para o setor de licitações e contratos do IPHAN-RJ, que elaborou o edital de licitação e o levou para análise e parecer da Procuradoria Federal do IPHAN-RJ (Profer). Com o parecer positivo da Profer, o processo seguiu novamente para o setor de licitações e contratos, onde já havia sido estruturada a Comissão

---

<sup>15</sup> Processo administrativo número 01500.001345/2009-59, etiqueta número 284353 / 078, no arquivo da seção de licitações e contratos do IPHAN-RJ.

<sup>16</sup> Plano de Ação do Processo Administrativo 01500.001345/2009-59.

Permanente de Licitação, nomeada no *Diário Oficial da União- Seção 2*<sup>17</sup> do dia 6 de abril de 2009. A partir de então, a licitação foi realizada e revogada diversas vezes<sup>18</sup> até que uma empresa vencesse o certame, no dia 9 de julho de 2009. Tratava-se da microempresa RMLC Pesquisa Produção Cultural e Informática LTDA ME, pela primeira vez contratada pelo instituto. O contrato firmado entre a empresa e o IPHAN-RJ foi oficializado com a sua publicação no *Diário Oficial* do dia 28 de julho de 2009, tendo como fiscal técnico responsável pelo acompanhamento do projeto junto à empresa o servidor Bartolomeu Homem d’El-Rei Pinto, historiador.

A partir da publicação do contrato no *Diário Oficial*, a equipe de pesquisa da empresa contratada (da qual eu fazia parte) e o IPHAN-RJ puderam dar início às atividades descritas no Projeto Básico. Segundo tal documento, a justificativa para a realização do inventário seria:

O Inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição é relevante, por ser um local de grande interesse público e está vinculado a fatos memoráveis da história, da religião e da cultura do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, além de possuir excepcional valor histórico, religioso e cultural.<sup>19</sup>

Ainda no Projeto Básico, os resultados esperados são assim descritos: “Reafirmação do valor histórico, religioso e cultural da Festa de Nossa Senhora da Conceição, visando sua continuidade histórica e sua relevância para a memória religiosa do Estado do Rio de Janeiro” (p.1).

É interessante notar que a justificativa para a realização do inventário da festa confunde a própria celebração com o local onde a mesma é realizada: o Morro da Conceição. A relevância da festa para o instituto está, portanto, relacionada à importância histórica do morro. De fato, o interesse do IPHAN pela localidade não é recente. Cabe, nesse momento, perguntar-nos: de que forma o instituto pretendia contar

---

<sup>17</sup> Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/04/2009&jornal=2&pagina=4&totalArquivos=56> (Acesso: 03/03/2015).

<sup>18</sup> O primeiro certame foi realizado em 28/5/2009, mas nenhuma empresa compareceu. O aviso de revogação foi publicado no *Diário Oficial* do dia 1/6/2009. O segundo certame foi realizado em 8/6/2009 e novamente nenhuma empresa compareceu. O aviso de revogação foi publicado no *Diário Oficial* do dia 10/6/2009. No terceiro certame, de 18/6/2009, compareceram duas empresas, que foram desqualificadas por não atenderem ao item 2 do edital, relativo à documentação que deveria ser entregue. O aviso de revogação foi publicado no *Diário Oficial* do dia 22/6/2009. O quarto e último certame foi realizado em 9/7/2009, com apenas uma empresa interessada e vencedora. O resultado da licitação foi publicado no *Diário Oficial* no dia 13/7/2009.

<sup>19</sup> Projeto Básico PTRES6874, PI:189A12027RJ. Processo Administrativo número 01500.001345/2009-59, página 1. O Projeto Básico se encontra na seção de Anexos desta dissertação.



Carlos Fernando Andrade, superintendente do IPHAN à época do inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição, em entrevista a mim concedida em 13 de fevereiro de 2014, explicou:

O Morro da Conceição me interessava muito porque ele é um dos quatro morros que fazem parte dos limites históricos do Centro da cidade do Rio de Janeiro, que era o Morro do Castelo, o Morro de Santo Antônio, o Morro de São Bento e o Morro da Conceição. Os dois primeiros já não existem mais, o Santo Antônio tem um pedacinho que é onde está o Convento de Santo Antônio, mas basicamente o morro foi abaixo, o Morro de São Bento existe, mas ele é basicamente um colégio e um convento, e o único que guarda as características de uma área residencial, como tecido urbano colonial português é o Morro da Conceição. Então ali seria uma área de interesse. (ANDRADE, 2014, p.1)

O Morro da Conceição, apesar disso, não é tombado. O que existe referente à preservação patrimonial em âmbito federal encontra-se na legislação do IPHAN, como na Portaria 002, de 14 de março de 1986. Voltada não somente para o morro, a portaria determina

as especificações para construções, inclusive reformas e acréscimos, nas áreas de entorno do Palácio do Itamaraty, na Avenida Marechal Floriano; o conjunto arquitetônico do Jardim e Morro do Valongo; o Palácio Episcopal e a Fortaleza da Conceição, no Morro da Conceição; a igreja de São Francisco da Prainha, no Adro da Prainha; a igreja de Santa Rita, no Largo de Santa Rita; o edifício da antiga Caixa de Amortização, na Avenida Rio Branco; a casa na rua Mayrink Veiga, nº9; o edifício da Cia. Docas de Santos, na Avenida Rio Branco, e o Colégio Pedro II, na Avenida Marechal Floriano (IPHAN, 1986, p.1).

A área de entorno dos bens tombados do Morro da Conceição foi denominada pela Portaria 002/86 como Área D e teve como delimitação

as ruas da Conceição, Senador Pompeu, Alexandre Mackenzie, Costa Barros, Rosa Sayão, pela linha reta que liga o ponto de interseção dos eixos das ruas Ana Mascarenhas e Rosa Sayão, ao número 183 da rua Sacadura Cabral, incluído, Sacadura Cabral, a Avenida Barão de Tefê, as ruas Coelho e Castro e Edgar Gordilho, a Avenida Venezuela, a rua Sacadura Cabral, a praça Manoel Antônio, a Travessa do Liceu, a rua do Acre, a Avenida Marechal Floriano, a rua dos Andradas e Teófilo Ottoni até a rua da Conceição (idem, 1986, p.3).

O mapa abaixo demonstra o perímetro formado por tal delimitação:



Intervenção sobre mapa gerado no Google Maps.

De acordo com a Portaria, os edificios situados no entorno delimitado não poderiam ultrapassar a altura máxima de dois pisos. Segundo Julia Riscado (2013), a utilização do termo “entorno” para delimitar áreas circunvizinhas aos bens tombados passou a ser recorrente no Brasil a partir da década de 1980. As cartas patrimoniais,<sup>23</sup> redigidas entre os anos 1930 e 1960, serviram de ponto de apoio para a reflexão décadas mais tarde no Brasil sobre o termo “entorno”. Nelas, discutia-se, além de outras coisas, a vizinhança do bem tombado e suas formas de conservação, tendo em vista a sua relação com o monumento.

---

<sup>23</sup> As recomendações internacionais definidas pela Unesco a partir da década de 1960 demonstram cada vez maior preocupação em relacionar o tema do patrimônio com o crescimento e o desenvolvimento urbano. As cartas patrimoniais (série de documentos contendo recomendações de organismos internacionais, resultantes de debates acadêmicos e seminários) também agiam nesse sentido, na busca pela conciliação do desenvolvimento urbano com o respeito pelos elementos que constituíam referência para os diversos grupos nos diferentes momentos históricos. O conceito de entorno se desenvolveu a partir das discussões de que o bem tombado não existe em si mesmo, mas está inserido num contexto histórico, social e cultural (RISCADO, 2013).

Para Riscado (2013), a Portaria 002 de 1986 considerou a proteção do entorno dos bens tombados do Morro da Conceição e arredores tendo como base o Projeto de Revitalização do Morro da Conceição, realizado alguns anos antes, em 1981. O projeto segue a tendência de preservação das áreas urbanas a partir do conceito do entorno dos bens tombados. Através da Portaria nº 54 de 19 de novembro de 1981 estabelecia-se a necessidade de conservação das áreas próximas aos bens tombados do Morro da Conceição e proximidades (Palácio Episcopal, Igreja de São Francisco da Prainha, Fortaleza da Conceição, Conjunto Arquitetônico do Jardim e Morro do Valongo, Palácio Itamarati, Igreja de Santa Rita, Edifício das Docas de Santos, antiga Casa de Amortização e casa nº 9 da Rua Mayrinck Veiga).

Tanto a Portaria 54/81 quanto a 02/86 refletem as discussões das décadas anteriores quanto ao lugar das políticas patrimoniais na preservação do patrimônio urbano. Segundo Lia Motta (2000), a partir de meados da década de 1930 no Brasil, o campo da preservação se estende aos centros urbanos, que passam a ser pensados como um desafio, devido às suas características de permanentes mudanças. Dessa forma, o monumento vai deixando aos poucos de ser considerado isoladamente e passa a ser encarado num contexto de relações sociais e históricas. Em 1975, a Declaração de Amsterdã destacou a necessidade de relacionar a conservação do patrimônio histórico com os projetos de revitalização e reurbanização. Um ano depois, em 1976, a Convenção de Nairóbi instituiu a importância de se preservar os conjuntos arquitetônicos tendo em vista os critérios antropológicos. Assim, na década de 1970, a expansão urbana e a modernização das grandes cidades acabaram por influenciar os rumos da preservação, enquanto o tema do patrimônio passou a ser cada vez mais recorrente nas propostas políticas de revitalização dos centros urbanos, tornando-se relevante também para a economia, o turismo e o planejamento urbano.

Através do Decreto municipal nº 1.269 de 27 de outubro de 1977, foi aprovado um plano diretor para a cidade do Rio de Janeiro, que procurou mapear e identificar as condições de degradação dos bairros que haviam se expandido sem planejamento. O Plano Urbanístico Básico (Pub-Rio) foi elaborado pelos técnicos do recém-criado município do Rio de Janeiro, consequência da fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, e dividiu o território em seis áreas de planejamento. No caso do zoneamento do Centro, o Morro da Conceição passou a integrar a área de Preservação Ambiental e Paisagística (REZENDE, 2012).

Seguindo a linha das discussões internacionais sobre o patrimônio, o Corredor Cultural foi o primeiro projeto a refletir a preocupação com a manutenção das referências identitárias dos moradores e sua relação com o espaço público. Iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura do Rio de Janeiro, buscava promover a proteção e a revitalização da região central da cidade em parceria com moradores e usuários. Iniciado em 1979 – mas implantado somente através do PA 10.290 PAL 38.871<sup>24</sup>, de 14/7/1983, e da Lei nº 506, de 17/1/1984, depois modificada pela Lei nº 1139, de 16/12/1987 –, o projeto Corredor Cultural serviu como modelo e inspiração para os técnicos do IPHAN-RJ responsáveis pelo Projeto de Revitalização do Morro da Conceição, iniciado em 1981, pois buscava incorporar os atores sociais no processo de proteção e recuperação do patrimônio da região central (RISCADO, 2013). O objetivo do Corredor Cultural era o de promover uma adequação do crescimento da cidade à preservação dos sítios históricos e culturais. Segundo Denise Alcântara (2010), ao levar em consideração a participação das comunidades locais, as características físicas, econômicas, sociais e de planejamento urbano, o projeto Corredor Cultural se caracterizou então como um método distinto do tombamento, uma abordagem integrada de conservação (ALCÂNTARA, 2010). Contudo, o projeto foi alvo de inúmeras críticas por parte da imprensa e dos moradores, devido a modificações no espaço urbano e perda de ambientes – como foi o caso, por exemplo, da ação movida por moradores em 1982 contra a demolição da Fundação Progresso para abrigar um centro cultural do Instituto Municipal de Arte e Cultura. O Corredor Cultural foi objeto de insatisfação também por não respeitar “os princípios em relação à preservação das características originais das fachadas e ao estímulo de realização de programas e atividades culturais pertinentes ao projeto” (RISCADO, 2013, p.59).

No caso do Projeto de Revitalização do Morro da Conceição<sup>25</sup> de autoria do IPHAN, de 1981, a pesquisa foi realizada em quatro etapas, destacando sempre a preocupação em manter um diálogo com a população local. Sob coordenação de Jurema Arnaut, técnica do IPHAN-RJ, a primeira etapa já destacava que, antes de qualquer intervenção, era necessário levar em conta os anseios dos moradores. Procurava-se, com o levantamento, sugerir uma atualização da legislação municipal do Pub-Rio (o Decreto nº 1269 de 27 de outubro de 1977), buscando uma adequação com as demandas locais.

---

<sup>24</sup> A sigla PA significa “Projeto Aprovado”, enquanto a sigla PAL significa “Projeto Aprovado de Loteamento”.

<sup>25</sup> O dossiê do projeto se encontra no Arquivo do IPHAN-RJ.

O projeto realizou nove entrevistas com moradores, artistas e comerciantes locais. Com as entrevistas, procurou identificar os impactos da decadência econômica e os laços afetivos formados entre os moradores e deles com o local de moradia. A pesquisa encontrou nos depoimentos o desejo dos entrevistados de integrar-se ao restante da cidade sem contudo perder os laços de afetividade entre si e com o morro. O interesse do IPHAN em considerar as demandas dos moradores nos leva ao seguinte questionamento: quais moradores? Ao selecionar nove entre todos os habitantes, o IPHAN não explicitou quais foram as suas estratégias de seleção. Ademais, reforçou a ideia de um grupo harmonioso e unificado em seus anseios (RISCADO, 2013).

Segundo Riscado, ao finalizar a pesquisa, a equipe do IPHAN entrou em contato com os órgãos municipais responsáveis pelo planejamento urbano da cidade e conseguiu junto aos mesmos a revogação de alguns PAs que indicavam a renovação (ou seja, a modernização e a conseqüente descaracterização) da área do Morro da Conceição. A investida junto ao município se estendeu ainda no sentido de propor a preservação de fachadas, e a proteção da área em relação à especulação imobiliária intensa, representada principalmente por projetos de construção de edifícios-garagem.<sup>26</sup> Nota-se, portanto, uma iniciativa por parte do IPHAN nos anos 1980 em conciliar os poderes federal e municipal nas políticas de proteção e preservação dos patrimônios culturais.

Para Riscado, o que o Projeto de Revitalização do Morro da Conceição de 1981 revela é uma preocupação com a preservação do patrimônio urbano local frente às intervenções urbanísticas que se encontravam em voga, juntamente com uma abertura – ainda que limitada – do IPHAN aos anseios da população local, na busca por uma democratização dos processos de preservação. O estudo terminou por denunciar os problemas gerados pelo crescimento urbano sem um planejamento adequado, o que se refletia no cotidiano dos moradores. Por esse motivo, sugeriu o respeito aos anseios da população local, no caso de novas intervenções realizadas pelo município. Foi realizada, portanto, uma reflexão acerca do papel e das conseqüências, para o Morro da Conceição e entorno, das transformações pelas quais a cidade estava passando desde a década de 1970 com o Pub-Rio, quando o local passou novamente a ser foco de interesse empresarial ligado ao turismo e à construção civil.

---

<sup>26</sup> Como moradora do Morro da Conceição, percebo que esse problema ocorre no local até os dias atuais, e também era uma reclamação constante dos moradores entrevistados à época do inventário.

Não se pode afirmar se houve o mesmo tipo de preocupação por parte do IPHAN em 2009, quando nasce a iniciativa de desenvolver um projeto de inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição. De acordo com Mônica da Costa, assessora do patrimônio imaterial do IPHAN-RJ, em conversa não gravada que tive com ela em 7 de fevereiro de 2014, esse foi um projeto bastante peculiar, por ter ocorrido em conjunto, no mesmo ano, com outros projetos voltados para o Morro da Conceição, definidos como prioridade pelo superintendente<sup>27</sup>. Mônica da Costa ainda afirmou que os projetos foram desenvolvidos tendo em mente o projeto de requalificação urbana do município para a região portuária, o Porto Maravilha.

O projeto Porto Maravilha foi proposto como prioridade política pela prefeitura do Rio de Janeiro em junho de 2009, com o apoio dos poderes federal e estadual, e se inseriu nas diretrizes do Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária, o “Porto do Rio”, que teve início em 2001. Foi estabelecido através da Lei Municipal Complementar nº 101, de 23 de novembro de 2009. O projeto é desenvolvido através do consórcio denominado Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico (Aeiu) da Região Portuária do Rio de Janeiro. A área foco do projeto possui cerca de cinco milhões de metros quadrados e é delimitada pelas avenidas Presidente Vargas, Rio Branco, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves. As intervenções na área englobam desde a demolição de quatro quilômetros do viaduto da Perimetral, até a reurbanização do Morro da Conceição e do bairro da Saúde, a revitalização da Praça Mauá, a implantação de museus – como o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã – e a restauração de edifícios históricos, como a igreja de São Francisco da Prainha (tombada pelo IPHAN) e do edifício “A noite”, construído nos anos 1930.

Segundo Guimarães (2014), no material de divulgação do Plano Porto do Rio, que daria origem ao projeto Porto Maravilha, percebia-se a alusão a um modelo de progresso como alternativa para conter o “abandono” e a “degradação” da zona portuária, visando à atração de investidores para a área. O texto apresentava duas causas para o isolamento do local: primeiro, o aspecto natural, pois uma cadeia de colinas separava a região do restante da cidade, e, segundo, os espaços portuários e as cadeias metroviárias e ferroviárias. Ademais, responsabilizava-se o governo federal pela posse

---

<sup>27</sup> Quem destacou que tais projetos foram definidos como prioridade pelo superintendente não foi o próprio em entrevista, mas sim Mônica da Costa.

da maior parte dos terrenos e imóveis “vazios” da região, devido à desocupação dos mesmos durante a década de 1960, quando da transferência da capital para Brasília.

A retórica do vazio, presente nos discursos do poder público, justificava a intervenção nessa área, supostamente “abandonada” e “decadente”, e esse ainda era tido como o motivo pelo qual o local não desenvolvia seus “potenciais naturais”. Tal discurso define a zona portuária como uma localidade que necessita da intervenção do poder público para que as suas potencialidades consigam se desenvolver. Soma-se a isso a retórica do legado, a qual entende que a região tem a missão de promover o desenvolvimento e de reconstruir a história e a memória da cidade (PIO, 2014).

As iniciativas municipais anteriores ao Porto Maravilha<sup>28</sup> encontraram diversos obstáculos, entre eles, os conflitos entre a prefeitura, o governo do estado e o governo federal, proprietário de 60% dos imóveis da região, através da Companhia Docas e da Rede Ferroviária Federal. Foi somente a partir de 2008 que o quadro de impasse dos anos anteriores começou a mudar, com a parceria entre as três esferas de governo e com a cessão dos imóveis da União para o município. Assim, o local passou a ser encarado pelo poder público municipal como estratégico na promoção do centro tradicional a partir da verticalização (resultante do processo de burocratização do setor imobiliário) e da expulsão dos antigos moradores para a atração de novos, com um poder aquisitivo maior (CORREIA, 2013).

Segundo Leopoldo Pio (2013), seguindo a tendência de outras cidades no âmbito internacional, o Porto Maravilha encara o espaço urbano como o cerne da cultura da cidade. O projeto se enquadra entre os influenciados pela tendência pós-industrial de planos de revitalização que buscam estimular a economia da cultura nas áreas centrais. Esse fascínio pela cultura urbana e a busca pela sua revitalização podem ser encarados como uma necessidade de reinvenção da identidade da cidade do Rio de Janeiro, que, desde a década de 1960, tenta recuperar sua importância, perdida com a inauguração de Brasília.

---

<sup>28</sup> Nas duas últimas décadas, a prefeitura do Rio de Janeiro elaborou diversos planos urbanísticos para a zona portuária. Entre 1989 e 1996, vigorou o Plano de Desenvolvimento Urbano da Retaguarda do Porto do Rio de Janeiro, que buscava estimular o desenvolvimento local, atrair investimentos privados e valorizar o patrimônio arquitetônico. Em 1992, o Plano de Estruturação Urbana da Região Portuária procurou estimular o tombamento e a preservação de bens imóveis, estimular a habitação e o sistema viário. Em 1994, o projeto Cidade Oceânica buscou desenvolver estímulos a eventos culturais e convenções. Em 2001, o projeto de urbanização Porto Maravilha dava seus primeiros passos, com o desenvolvimento do Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro (MOREIRA, 2004).

Com o crescimento das grandes cidades e o conseqüente afastamento entre os seres humanos, cresce também a defesa por lugares que remetam a um passado tradicional, como representantes de uma memória “autêntica” (GONÇALVES, 2014). É o caso da zona portuária, que passou a ser alvo das políticas públicas de turismo e preservação histórica, e eleita como ícone da autenticidade. “A turistificação e a patrimonialização dos lugares, que frequentemente se tornam dinâmicas indissociáveis, são processos que conduzem a uma progressiva mercadorização dos territórios, dos quais se espera que tenham um valor de troca cada vez maior” (SANTOS & PEIXOTO, 2013, p.12). Nesse sentido, mais do que a preservação do patrimônio, dá-se importância ao valor de mercado que esse patrimônio possui frente ao turismo. A cidade se volta para as exigências mercadológicas e passa a apresentar um cotidiano encenado para os turistas.

A partir do ano de 2008, com a aliança entre os poderes municipal, estadual e federal, as estratégias patrimoniais do IPHAN passaram então a estar em consonância com os objetivos municipais de turistificação da cultura. Durante esse mesmo ano, ocorreu no Morro da Conceição o evento de intervenção de arte contemporânea Arte no Morro, financiado pelo IPHAN no valor de 100 mil reais (GUIMARÃES, 2014). Outro projeto desenvolvido no mesmo ano foi fruto do Programa Monumenta (programa do Ministério da Cultura que atua em parceria com o IPHAN), cujo objetivo foi o de promover a recuperação patrimonial local para desenvolver sua capacidade de atração turística. Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o programa tem a missão de atrelar a preservação do patrimônio histórico ao desenvolvimento econômico e social (COSTA, 2012).

A pesquisa para o projeto desenvolvido pelo Monumenta foi encomendada ao IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal)<sup>29</sup>, organização não-governamental. Chamado de Turista Aprendiz, o projeto consiste num banco de dados com o intuito de fornecer informações culturais das regiões do Centro, Saúde, Gamboa e São Cristóvão aos turistas e visitantes (COSTA, 2012). O site [www.turistaaprendiz.org.br](http://www.turistaaprendiz.org.br) apresenta uma seção de roteiros temáticos, entre os quais há o intitulado “Subindo o Morro da Conceição”. O roteiro faz um breve relato sobre a história do Morro (mais especificamente sobre o seu passado português) e sugere um

---

<sup>29</sup> Site do IBAM: <http://www.ibam.org.br/home>

roteiro de visitação que vai desde a subida pela Ladeira João Homem, passando pela Praça Major Valo (onde se encontra a imagem de Nossa Senhora da Conceição), a Fortaleza e o Palácio Episcopal, a igreja de Nossa Senhora da Conceição, os Jardins do Valongo, terminando na Pedra do Sal. Ao final da descrição do roteiro, há uma listagem dos endereços de cada referência citada e um mapa. Ao clicar em alguma referência, a página segue para uma espécie de ficha sobre o bem, com dados como área aproximada, estado de conservação e horários de visitação. O site ainda oferece uma divisão dos atrativos turísticos por tipos, como “comes e bebes”, “igrejas” e “centros culturais/museus”. Segundo descrição do projeto no próprio site,

O Projeto propõe a preservação do patrimônio imaterial alinhada à atividade turística, sem abrir mão da participação da comunidade. No âmbito do Projeto, busca-se preservação da cultura em todas as suas formas de manifestação com a ajuda de recursos turísticos, apostando que essa junção, quando bem conduzida, carrega o potencial de gerar benefícios econômicos e simbólicos, fortalecendo raízes locais.

No ano seguinte, 2009, o departamento de patrimônio imaterial do IPHAN-RJ lançou uma série de projetos relacionados ao Morro da Conceição: um projeto de educação patrimonial, a elaboração de um vídeo de caráter etnográfico, um projeto de preservação arqueológica e o inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição<sup>30</sup>. Além disso, houve ainda a iniciativa de tombamento do Morro da Conceição, logo descartada, por motivos que veremos mais adiante no terceiro item deste capítulo.

Provavelmente tais projetos estavam seguindo a mesma tendência daqueles de 2008, num movimento de valorização do patrimônio local combinado com a atração de recursos turísticos. Segundo Santos & Peixoto (2013), estimular o turismo cultural sob a forma da economia das experiências, e não somente o turismo contemplativo, marca do patrimônio material, pode ser uma forma de contribuir com a aceitação à diversidade. Cabe-nos compreender se tais projetos estavam seguindo esse caminho de valorização da diversidade, ou se apenas, nas palavras de Canclini (2008, p. XXIV), se tratava de “políticas de homogeneização fundamentalista ou de simples reconhecimento (segregado) da ‘pluralidade de culturas’”.

---

<sup>30</sup> Desses projetos, somente o de educação patrimonial e o inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição foram finalizados. Não consegui mais informações sobre as causas pelas quais os outros dois projetos não se desenvolveram. Percebi uma apreensão por parte dos técnicos responsáveis pelos projetos em me passar tais informações. Sobre o projeto de arqueologia, a única informação que tive foi a de que o processo estava sofrendo uma ação no Ministério Público e por isso não poderiam me ceder o acesso ao material.

## **2. História do Morro da Conceição: narrativas**

A narrativa que predomina sobre a história do Morro da Conceição é a que dá destaque ao passado português, presente nas pesquisas empreendidas tanto pelo IPHAN quanto pela prefeitura do Rio de Janeiro, que serão abordadas mais adiante. No decorrer dos anos, as políticas patrimoniais relacionadas ao Morro da Conceição pelo IPHAN procuraram valorizar e reforçar a memória portuguesa, católica e militar do local, através da política da “pedra e cal” e dos tombamentos de monumentos que representassem o passado tradicional da nação. Seguindo a linha de raciocínio de Carlos Fernando Andrade, ex-superintendente do IPHAN, tal narrativa destaca o Morro da Conceição como o único dos quatro morros iniciais que, fazendo parte do mapa urbano original da cidade, permaneceu habitado e, de alguma forma, preservado.

Outra narrativa, mais atual e relacionada com disputas pela memória dos movimentos pela valorização da cultura afro-brasileira, é a que remete ao passado de quando a base do Morro da Conceição e seu entorno eram conhecidos como “Pequena África”, pela presença de afrodescendentes provenientes da Bahia e de africanos no local.

### **2.1. O ProRio**

Entre 1998 e 2000, durante a gestão do prefeito Luiz Paulo Conde, a prefeitura realizou no Morro da Conceição o Programa de Recuperação Orientada (ProRio), onde era avaliado o potencial de autenticidade das práticas dos seus habitantes, visando a futuros projetos turísticos e educacionais. Roberta Sampaio Guimarães, em seu livro *A utopia da Pequena África* (2014), fez uma análise sobre o programa e o livro que resultou da pesquisa. De acordo com entrevista concedida a Guimarães em 2008, Nina Rabha, à época diretora do Centro de Arquitetura e Urbanismo do Município, outra intenção do ProRio era estabelecer as semelhanças entre o Morro da Conceição e o bairro lisboeta de Alfama. Dessa forma, o projeto se esforçou por apontar as semelhanças entre as duas localidades, produzindo uma idealização do passado português do Morro.

Também tive a oportunidade de analisar diretamente a publicação do ProRio e concordo com a visão de Guimarães (2014) de que a narrativa histórica do local

presente no ProRio realiza uma exposição linear dos fatos, dando destaque às construções de igrejas e fortificações e afirmando o caráter singular do Morro da Conceição devido ao fato de não ter sido afetado pelos planos urbanísticos.

A construção no morro, em 1590, de uma capela-e-hospício (no sentido de abrigo) em honra a Nossa Senhora da Conceição pela devota Maria Dantas é considerada como ato “fundador” do local, segundo essa perspectiva. O morro fazia parte de suas terras e Maria entregou a capela aos capuchinhos, primeiro franceses, depois italianos e, em troca, ela e seu marido deveriam ser ali sepultados e receberem 50 missas anuais pelas suas almas (GERSON, 1965).

A narrativa de exaltação das obras portuguesas no local destaca ainda: a construção da capela em devoção a São Francisco, na parte baixa e norte do morro, próximo à Prainha (atual Praça Mauá) nos últimos anos do século XVII; a transferência da sede do arcebispado para o local em 1702; a elaboração de um projeto de muralhas que ligassem a fortaleza do Morro do Castelo – construída em 1567 e finalizada somente durante o governo de Martim Correia de Sá (1602-1608) – a outra a ser construída posteriormente no Morro da Conceição, entre 1715 e 1718, após as invasões francesas de 1710 e 1711. A “muralha do medo”, como foi chamada pelo arquiteto Nireu Cavalcanti em sua obra *O Rio de Janeiro setecentista* (2004), foi construída entre 1713 e 1725, mas foi aos poucos sendo absorvida pelo crescimento da cidade. Já na década de 1760 não se encontra nenhum registro da existência da muralha em mapas ou plantas. Abaixo, observa-se a planta do projeto de construção da muralha.



“Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações”. João Massé, 1713. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino.

A narrativa do ProRio indica como índices que provocaram modificações no desenho do litoral: o fim do mercado de escravos (devido ao fim do tráfico em 1831, determinado através da lei “Feijó-Barbacena”<sup>31</sup>) do Caminho do Valongo (atual Rua Camerino), estabelecido no local desde 1774, e a remoção da força da Prainha. Muito pouco é dito no relatório do ProRio sobre a questão da escravidão e do mercado de escravos, e ainda a posterior presença de afrodescendentes no local<sup>32</sup>.

Em seguida, as narrativas do ProRio passam a dar destaque aos projetos urbanísticos e patrimoniais os quais supostamente teriam afetado somente a região aterrada da zona portuária e mantido incólumes os morros. Entre os projetos, destaca o planejamento urbano de 1843 do Cais da Imperatriz, desenhado pelo artista da Missão Francesa Grandjean de Montigny, com o objetivo de receber a futura imperatriz Teresa

<sup>31</sup> A “Lei Feijó-Barbacena” foi a primeira lei nacional que buscou tornar ilegal a entrada de escravos no território brasileiro, e podemos encará-la como resultado da Convenção Anglo-Brasileira, assinada entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha em 23 de novembro de 1826, quando o Brasil se comprometeu a bloquear o tráfico de escravos em três anos a partir da data de assinatura do acordo (CARVALHO, 2012).

<sup>32</sup> Segundo Honorato (2008), houve duas tentativas de transferência do mercado de escravos da Rua Direita (atual Rua da Carioca) para o Valongo. A primeira foi em 1758, quando um grupo de médicos e cirurgiões foram convidados pelos vereadores Frutuoso Pereira, José Pacheco Vasconcelos, Miguel Cabral de Melo e Tomé de Gouveia Sá Queiroga para deliberar sobre o risco de doenças contagiosas que o comércio de escravos infringia à população do centro da cidade. Acordou-se sobre o risco, e definiu-se o Valongo como a nova área a abrigar o mercado. Poucos foram os comerciantes que acataram a decisão e transferiram suas lojas para o local. Alguns anos mais tarde, em 1774, o Marquês do Lavradio, apoiado na mesma questão do controle sanitário e do espaço urbano, ordenou que o mercado de escravos fosse transferido definitivamente para o Valongo.

Cristina, que se casaria com D. Pedro II; a construção do novo porto entre 1903 e 1910; o aterramento de diversas áreas; a inauguração da Praça Mauá como ponto de início da nova avenida da cidade, a Avenida Central, atual Rio Branco, e a construção do Jardim do Valongo durante a gestão do prefeito Pereira Passos. Segundo Guimarães (2014), a ideia de que os morros permaneceram intocados ignora as transformações profundas que as intervenções governamentais exerceram sobre a região e os moradores.

O ProRio justifica a necessidade de intervenção na zona central e portuária pelos planos urbanísticos pela presença de habitantes e atividades consideradas “indesejáveis” (GUIMARÃES, 2014). De acordo com o relatório, durante o século XIX, edificações como igrejas, hospitais, armazéns, mercado de escravos, trapiches, aterros, foram modificando o recorte do litoral e dando aspecto de área urbana ao local. O crescimento vertiginoso teria ocorrido juntamente com a vinda de imigrantes e escravos recém-libertos, para os quais o Centro passou a servir de local de trabalho e moradia. Aos poucos, segundo a narrativa do ProRio, as características imperiais da cidade passaram a contrastar com o ideal de cidade republicana e moderna, levando a intervenções articuladas através de planos urbanísticos.

O ProRio realizou uma seleção de memórias, ao privilegiar o passado português em detrimento do passado escravista. Segundo Guimarães (2014), isso não ocorreu por falta de conhecimento dos pesquisadores, mas sim intencionalmente, no sentido de legitimar a autenticidade da presença portuguesa, católica e militar e de, ao mesmo tempo, destacar a convivência de tais elementos de valor com outros indesejados, como o mercado de escravos, as atividades comerciais, portuárias, fundições, entre outras. Os elementos indesejáveis foram identificados em espaços classificados como “precários”, “sem uso” ou “invadidos”. Dessa forma, deixava assim registrada a ideia daqueles habitantes que deveriam ser entendidos como genuínos herdeiros da tradição do morro, e daqueles que deveriam ser alvo de reformas e disciplinamento.

## **2.2. A história do Morro da Conceição no Inventário da Festa**

Iniciei a pesquisa de inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição em junho de 2009, finalizando-a em março de 2010, quando houve a entrega do relatório final de atividades da pesquisa para o IPHAN-RJ. Juntamente com outros projetos relacionados ao Morro da Conceição, o inventário representava uma iniciativa do

instituto em valorizar a história e a identidade dos moradores locais de origem portuguesa e de tradição católica.

O histórico final do Morro da Conceição, escrito por mim se encontra na Ficha de Identificação de Localidade<sup>33</sup>, a qual defini como sendo o "Morro da Conceição e entorno". De acordo com o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN,

a delimitação de uma área pode acarretar a necessidade de incluir localidades que se encontram no seu entorno, por força de sua relevância em termos das práticas a serem identificadas, seja como fornecedoras de bens e serviços à área focal, seja por serem consideradas modelo ou padrão para determinada prática ou por outras razões equivalentes. Neste caso, será necessário delimitar e identificar esse entorno, sem confundi-lo com a área focal do inventário. (p.34)

Num espaço da ficha reservado para fotos representativas da localidade, inseri uma fotografia da rua Jogo da Bola, o que revela a importância que eu, como pesquisadora, dei naquele momento à rua onde se encontra a capela de Nossa Senhora da Conceição e onde vive a maioria dos moradores herdeiros da tradição portuguesa. Segundo Flávia da Costa (2012), que realizou pesquisa de campo no morro no ano de 2008, a rua Jogo da Bola representa o principal espaço de sociabilidade dos moradores da “parte alta” (categoria utilizada pela antropóloga e pelos próprios moradores, para diferenciá-los daqueles que viviam nas “partes baixas” e não eram considerados habitantes “antigos” ou tradicionais).

---

<sup>33</sup> A ficha de identificação de localidade faz parte do complexo de fichas da metodologia de inventário do IPHAN, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do qual uma descrição foi feita no primeiro capítulo. A discussão sobre essa metodologia através da análise de todas as fichas produzidas no inventário será feita no terceiro capítulo da dissertação.



Fotografia da rua Jogo da Bola presente na Ficha de Localidade do inventário

Há uma seção da ficha destinada aos “bens inventariados”, ou seja, aqueles bens identificados durante a pesquisa que possuíssem uma ligação com o bem principal do inventário: a festa. Como bens inventariados da localidade destaquei: a própria festa de Nossa Senhora da Conceição, o samba (“pagode”<sup>34</sup>) da Pedra do Sal, o bloco carnavalesco Escravos da Mauá, o Dia Internacional do Samba, o Projeto Mauá, a Festa de São João, a capela, o Palácio Episcopal, a Fortaleza da Conceição, a igreja de São Francisco da Prainha e o Observatório do Valongo. Percebo que houve um esquecimento da minha parte em incluir o Jardim do Valongo, talvez porque os moradores que participaram da pesquisa<sup>35</sup> não citaram em nenhum momento esse bem,

---

<sup>34</sup> Adotei a palavra “pagode” em vez de “samba”, por ter sido a nomenclatura utilizada por alguns dos 13 entrevistados durante a pesquisa. No entanto, o evento é conhecido pelo nome “samba da Pedra do Sal”.

<sup>35</sup> Foram realizadas 13 entrevistas durante a pesquisa de inventário, sendo todos os entrevistados ou moradores “antigos” do morro, ou participantes ativos da Festa de Nossa Senhora da Conceição, na sua maioria indicados pela principal responsável pela capela e pela festa, a Dona Glória. A análise das informações colhidas nas entrevistas serão apresentadas no capítulo III dessa dissertação.

e eu acabei interpretando que o mesmo não era representativo para eles. Na ficha, há ainda dados sobre a paisagem natural, meio ambiente e população.

Como bens preservados pelo IPHAN e que se relacionam com a festa e seus participantes, relatei apenas três: a Fortaleza, a igreja de São Francisco da Prainha e o Palácio Episcopal, mais uma vez deixando o Jardim do Valongo de lado. Apesar de tal jardim ser tombado e, portanto, ser investido de reconhecimento oficial, não fazia parte do cotidiano e da identidade dos entrevistados, pois em seu entorno localizavam-se moradores “novos” e habitações consideradas “ilegais”, que contrastavam com o ideal da tradição portuguesa, militar e católica dos moradores “antigos”, mais bem representados pelas três edificações citadas anteriormente. A presença de tais habitantes reforçava ainda as semelhanças do local com as comunidades carentes, as favelas, analogia que os moradores “tradicionais” combatiam.

No resumo da história do local, presente na ficha de localidade, incluí a avenida Marechal Floriano como fazendo parte do entorno do Morro da Conceição. A história da avenida é destacada por mim pelas obras e construções que ocorreram no local, sem dar enfoque aos grupos sociais que ali viveram ao longo dos tempos. Apontei como marcos do local o Colégio Pedro II, o antigo Palácio do Itamaraty, hoje Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, e a presença da Light and Power também num edifício antigo, que teria abrigado a Companhia Carris Urbanos, de bondes puxados a burro.

Ainda seguindo a história das construções e marcos da cidade, o histórico que escrevi, presente na ficha de Localidade, conta a fundação da Irmandade de Santa Rita, no Largo de Santa Rita, por ser atualmente a igreja à qual a capela de Nossa Senhora da Conceição é subordinada. A história se limita a falar dos fundadores da igreja. Há uma breve menção ao Cemitério dos Pretos Novos, que ficava próximo da igreja, e que havia sido destruído com os arruamentos do Vice-Rei Marquês do Lavradio. Destaquei ainda a relação da igreja de Santa Rita com o Aljube ou Cadeia Velha, que se situava aos pés do Morro. Era na Igreja de Santa Rita que os condenados à força recebiam as últimas consolações. No século XIX, a cadeia teria se tornado um cortiço.

Na narrativa sobre o Morro, mais uma vez houve uma preocupação de minha parte com a história das construções e de seus fundadores: a construção da capela pela devota Maria Dantas em 1590 como marco fundador; as reformas realizadas no local

para abrigar o primeiro bispado do Rio de Janeiro em 1682; a fortaleza erguida em 1715. Em seguida, descrevi as ruas que percorrem o Morro, o porquê de suas nomenclaturas e a presença de marcos edificadas em cada uma.

A Pedra do Sal foi destacada por mim como local de referência para a cultura negra, por reunir no século XIX baianas quituteiras como Tia Ciata, grupos de capoeiras, grupos festivos de candomblé, ranchos e entrudos.

Em seguida, há uma parte da ficha destinada aos principais fatos ocorridos na localidade em ordem cronológica. Numa outra parte, incluí mapas dos bairros portuários da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, retirados do Portal de Armazém de Dados da Prefeitura do Rio.

Na última seção da ficha, "Avaliação e Perspectivas", minha pesquisa para o inventário apontou para a necessidade de maior atenção do poder público com relação à implantação de políticas públicas que atendessem às necessidades de infraestrutura e sociais da população local, como a instalação de hidrantes no Morro da Conceição, a restauração de edificações, como a capela, e políticas culturais integradas à festa.

Por ter a festa de Nossa Senhora da Conceição como objeto, nós, pesquisadores, nos dedicamos a ouvir somente aqueles moradores que tinham alguma relação com a festa, ou seja, aqueles que representassem a tradição católica e portuguesa do local. Na ficha de localidade, não realizei um reconhecimento das outras ruas que circundam o Morro da Conceição, como a rua Sacadura Cabral, espaço que poderia ter sido identificado como de expansão da sociabilidade do Morro e do seu encontro com o restante do bairro da Saúde, local com oferta de serviços diversos utilizados pelos moradores, tais como bancos, supermercados e armazéns. Em vez disso, privilegiei a avenida Marechal Floriano, por conter edificações reconhecidas pelo IPHAN como representativas do passado glorioso da cidade. A história do Morro escrita por mim também segue essa tendência de exaltar o local tendo em vista os seus marcos edificadas. Ou seja, apesar de se constituir um inventário de patrimônio imaterial, a história contada por mim, como pesquisadora contratada, e pelo IPHAN, como instituição, ainda se prende a um passado glorioso representado pelas edificações.

Houve uma alusão à importância da Pedra do Sal para a cultura negra, bem como a citação de bens como o samba do local, o bloco Escravos da Mauá e o Dia

Internacional do Samba. Tais bens foram citados devido à sua menção pelos próprios entrevistados e à menção de que eles também circulavam e participavam desses eventos, o que indica que os moradores tidos como “tradicionais” ou da “parte alta” não formavam um grupo estanque, que não se relacionava com outros grupos do local. No entanto, essa relação não é aprofundada na pesquisa de inventário, demonstrando nosso interesse e o do IPHAN em privilegiar e reconhecer a memória portuguesa como ícone da autenticidade local.

### **2.3. As narrativas de valorização da cultura negra**

As lutas do movimento negro no Brasil que se rearticularam a partir da década de 1970 são conhecidas como “movimento negro contemporâneo”, por se diferenciarem dos anteriores devido à pauta de denúncia do mito da democracia racial. Já nessa década, no Rio de Janeiro como em outros estados, entidades se desenvolveram a partir de uma conscientização desenvolvida ao longo da década de 1960, influenciadas pelas reivindicações dos negros estadunidenses, pelas lutas de libertação dos países africanos, e pela leitura de revistas e de literatura, como um número da revista *Realidade* com o tema racismo e os *Poemas de Angola*, de autoria de Agostinho Neto (ALBERTI & PEREIRA, 2007).

No decorrer da década de 1970, as mobilizações eram feitas em reuniões, grupos de estudos, seminários e palestras, cuja intenção era atentar para as diferentes formas de racismo no país (ALBERTI & PEREIRA, 2007). Em 1978, foi fundado o Movimento Negro Unificado (MNU), que reivindicava:

desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007:114).

Segundo Domingues (2007), a fundação do MNU foi um marco na história de lutas do protesto negro no Brasil. O MNU possibilitou a comunicação entre os movimentos anti-racistas por todo o país, e as discussões acabaram construindo um discurso de contestação da ordem, combinando a luta dos negros com a de outros setores oprimidos da sociedade.

Segundo Alberti & Pereira (2007), entre os anos 1970 e os anos 1980, o movimento *soul*, representado por James Brown e com as bandeiras *black is beautiful* e *black power*, assim como os blocos afro nacionais, tiveram muita repercussão no país, favorecendo o discurso de valorização e afirmação da identidade negra. Em meados da década de 1980, algumas entidades passaram a receber apoio financeiro internacional. Foi o caso do projeto “SOS Racismo”, do Instituto Popular das Culturas Negras, no Rio de Janeiro, em 1987. Para Alberti & Pereira, tais financiamentos estimularam a profissionalização e possibilitaram uma atuação na elaboração de políticas públicas de igualdade racial nos anos seguintes.

Uma série de encontros nacionais durante a década de 1980 fortaleceu as relações e as discussões sobre as pautas do movimento negro no país. As articulações desses encontros possibilitaram trocas de experiências e debates sobre demandas sociais que acabaram influenciando, entre outros, a elaboração do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, que reconhece a propriedade das terras de remanescentes de quilombos; a criminalização do racismo pela mesma constituição; e o tombamento, em 1986, pelo IPHAN, da Serra da Barriga, em Alagoas, local onde existiu o Quilombo dos Palmares (ALBERTI & PEREIRA, 2007).

Foi também em 1988 que as reivindicações em torno dos cem anos da abolição envolveram a fixação de marcos no calendário, como o dia 13 de maio, dia das comemorações do fim da escravidão, que passou a ser comemorado como Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, e o Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, dia que ficou conhecido como sendo o da morte de Zumbi dos Palmares. (DOMINGUES, 2007). Essas discussões culminaram em críticas sobre a falta de políticas públicas voltadas para os setores populares e, mais especificamente, para o reconhecimento da diversidade cultural (GUIMARÃES, 2014). Nesse contexto, no mesmo ano, o governo federal criou a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, com o intuito de preservação e promoção da arte e da cultura afro-brasileira (ALBERTI & PEREIRA, 2007).

No Rio de Janeiro, alguns símbolos que remetiam à presença e à herança negras no meio urbano foram evidenciados ou construídos no Centro e na Zona Portuária,

como a fundação, em 1983, da Escola Tia Ciata<sup>36</sup>, que incluía a história afro-brasileira na sua grade curricular; elementos da musicalidade negra, como o desfile das escolas de samba e shows de percussão, que passaram a ocorrer no Terreirão do Samba e no Sambódromo em 1985; o tombamento da Pedra do Sal pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em 1984; a inauguração, em 1986, do busto em homenagem a Zumbi dos Palmares e do Centro Cultural José Bonifácio<sup>37</sup> (GUIMARÃES, 2014).



Marco histórico colocado pela Secretaria Municipal de Cultura na Pedra do Sal. Foto: Mayra Vaz Carneiro. 16/01/2015.

As narrativas em torno da zona portuária e do centro da cidade em geral foram fortalecidas pelo lançamento, em 1983, do livro *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, de autoria do cineasta Roberto Moura. Segundo o autor, teria ocorrido uma “diáspora baiana” de afrodescendentes para o Rio de Janeiro, o que teria desenhado os contornos culturais cariocas nas duas primeiras décadas do século XX, e teria formado a

---

<sup>36</sup> A Escola Municipal de Educação Juvenil Tia Ciata foi fundada em 1983 a partir de um projeto do educador Paulo Freire, durante a gestão do prefeito Jamil Haddad. Inicialmente localizada dentro do Sambódromo, a escola tinha por objetivo focar no cerne do principal problema pelo qual Freire considerava passarem as crianças pobres: o analfabetismo. A escola era voltada para crianças moradoras de rua e também crianças carentes com atraso nos estudos. Tinha uma metodologia transdisciplinar e procurava adequar o ensino à realidade dos alunos. Em 1987, foi construída uma sede própria na Praça Onze. Em 1989, a escola foi desativada devido a questões políticas: de acordo com o site que conta a história da escola ([www.escolatiaciata.com](http://www.escolatiaciata.com)), a direção e os funcionários da escola foram exonerados por não pertencerem ao mesmo partido político do prefeito eleito naquele ano, Marcello Alencar do PDT. Ainda de acordo com o site, nos seis anos em que atuou, a escola contribuiu para amenizar os sintomas da criminalidade e da vida nas ruas. (LEITE & ESTEVES, 1991).

<sup>37</sup> O Centro Cultural José Bonifácio é um centro de estudos da memória e cultura afro-brasileiras, e sobre questões ligadas à inclusão e desigualdade racial. O prédio onde se encontra o centro cultural abrigou a antiga escola José Bonifácio, criada em 1876 pelo imperador D. Pedro II. Em novembro de 2013, o centro foi reaberto após a realização de reformas pela prefeitura do Rio de Janeiro, através do programa Porto Maravilha. Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/11/centro-cultural-jose-bonifacio-reaberto-no-rio-apos-reforma.html>

“Pequena África”. Posteriormente, autores da proposta de tombamento da Pedra do Sal, o historiador Joel Rufino e a museóloga Mercedes Viegas, salientaram a presença de baianos e africanos no local, cada qual com as suas bagagens culturais (GUIMARÃES, 2014).



Pedra do Sal. Observa-se a referência à cultura afro nas expressões artísticas de rua: à esquerda, uma imagem da divindade Iemanjá; à direita, a figura do rosto de uma mulher negra com os dizeres “crespo é lindo, feio é o seu preconceito”. Foto: Mayra Vaz Carneiro. 16/01/2015.

Ainda de acordo com Guimarães (2014), todos esses antecedentes contribuíram para construir a narrativa da Pequena África, que tomou corpo em ações de grupos e instituições da zona portuária, como movimentos de moradores sem-teto, a fundação do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos<sup>38</sup> e da escola de música Batucadas Brasileiras<sup>39</sup>. O tombamento da Pedra do Sal, em 1986, ocorreu com a justificativa de proteger aquele patrimônio das investidas urbanísticas da época e de dar reconhecimento às referências culturais populares, e não somente às das elites. No entanto, como bem salientou Guimarães (2014), a patrimonialização da Pedra do Sal

<sup>38</sup> O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos é um memorial que busca resguardar e preservar a memória do sítio arqueológico do cemitério dos Pretos Novos, onde ocorria o antigo mercado de escravos do Valongo, no Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX. Foi fundado em 1996, quando o casal Petrucio e Merced encontraram, ao acaso, ao realizar uma reforma em sua residência, os restos mortais de mais de seis mil indivíduos. O site do instituto é <http://pretosnovos.blogspot.com.br/>.

<sup>39</sup> De acordo com a página da Escola de Música Batucadas Brasileiras no Facebook (<https://www.facebook.com/batucadasbrasileirasoficial>), “o projeto Batucadas Brasileiras é uma escola de percussão gratuita destinada a atender jovens artistas do Rio de Janeiro. A escola está localizada na rua Camerino, 60, na Zona Portuária da nossa cidade e funciona todos os dias. O objetivo do projeto é formar músicos-percussionistas, através do desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades artísticas e culturais, preparando-os para a atuação performática no contexto dos múltiplos espaços socioculturais que o projeto ocupa”. A escola possui ainda um site, mas que se encontrava fora do ar quando tentei acesso no dia 08/03/2015: [www.batucadasbrasileiras.org.br](http://www.batucadasbrasileiras.org.br).

unificou todos os grupos afrodescendentes que se constituíam possíveis herdeiros da cultura afro-brasileira do local, ignorando as relações existentes entre baianos e africanos (cada qual com suas especificidades identitárias e territoriais) e, dessa forma, reduzindo a um único sentido os múltiplos significados existentes em torno do local.

### **3. Moradores: conflitos e interesses frente às intervenções do poder público**

A partir de 2001, quando a prefeitura do Rio de Janeiro lançou o Plano Porto do Rio e, principalmente, após 2008, com a aliança entre os poderes federal, estadual e municipal no que tange às intervenções na zona portuária, o cotidiano e as relações de sociabilidade entre os diferentes grupos de moradores do Morro da Conceição foram afetados, com o estreitamento de laços, por um lado, e o acirramento de conflitos, por outro.

#### **3.1. Os quilombolas da Pedra do Sal**

A pesquisa realizada por Roberta Guimarães (2014) ilumina os caminhos que levaram à reafirmação da narrativa da Pequena África entre os moradores que viviam na base do morro, próximo à Pedra do Sal. Para a autora, o principal antecedente teria sido o ProRio. Tal projeto teria dividido a comunidade do morro em grupos estanques com pouca ou nenhuma relação entre si. Nas partes altas, estariam os descendentes de portugueses, donos da maioria dos imóveis e detentores, segundo o ProRio, de uma “forte identidade socioespacial”. Nas partes médias, estariam os migrantes nordestinos e os moradores novos, que possuíam uma “relação com o morro meramente conjuntural”<sup>40</sup>. Nas partes baixas, os comerciantes, que não possuíam nenhuma relação com o morro, mas sim com o Centro da cidade.

De acordo com Guimarães, o reconhecimento da autenticidade dos herdeiros da tradição portuguesa e espanhola, por um lado, e a afirmação da necessidade de disciplinar os modos de vida considerados indesejáveis, por outro, acabaram por suscitar um movimento de resposta dos habitantes tidos como inadequados, que passaram a organizar narrativas sobre seus patrimônios, tradições e identidades. Foi assim que a ideia da Pequena África foi utilizado como forma de reação ao esquecimento do patrimônio e memórias negras no projeto de revitalização da zona portuária.

---

<sup>40</sup> Fragmentos retirados do livro produzido pelo ProRio: “Morro da Conceição: da memória o futuro”.

A partir do momento em que o Plano Porto do Rio começou a ser divulgado pela prefeitura, em 2001, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (que se dizia proprietária da maioria dos imóveis da base do Morro da Conceição) deu início a um processo de retomada dos imóveis de sua posse, despejando mais de 30 famílias que eram inquilinas ou moradores informais, alegando a necessidade de expandir as obras assistenciais que possuía no local. Em reação a tais investidas, e procurando conter os despejos, as famílias restantes se reuniram em torno do pleito de conseguirem o reconhecimento dos imóveis como território étnico de resistência dos remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal.

O governo federal, através da Fundação Palmares, acabou por emitir a certidão de reconhecimento do Quilombo Pedra do Sal, a partir da autoatribuição das famílias como grupo étnico-racial, em 12 de dezembro de 2005, e deu início ao processo de regularização fundiária e de reparação histórica exigida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Dessa forma, esses atores sociais conseguiram reverter o quadro que os classificava como “indesejados”, a partir do desenvolvimento da consciência de sua identidade coletiva. No entanto, o processo de reconhecimento do Quilombo da Pedra do Sal recebeu muitas críticas por parte de grupos e instituições contrários. Assim como a maioria das comunidades remanescentes de quilombos que pleiteiam seu reconhecimento com base no Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 à Fundação Palmares e a titulação das terras pelo Incra, também foi objeto de críticas por “explorar as possibilidades de flexibilização do conceito constitucional de ‘quilombo’” (GUIMARÃES, 2014, p. 63).

O fortalecimento das narrativas em torno da Pedra do Sal como local de resistência da memória afro acabou suscitando o interesse, por parte do poder público, sobre o potencial turístico e de incremento na construção da história da cidade. Dessa forma, determinados lugares de memória acabaram sendo incorporados pelo Porto Maravilha em detrimento de outros, como foi o caso do antigo Cais do Valongo, descoberto durante as escavações na avenida Sacadura Cabral. O local foi considerado um memorial a céu aberto e suscitou reivindicações de alguns segmentos do movimento negro, que desejavam que a área remetesse à diáspora africana. Em vez disso, a prefeitura criou o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, incluindo não apenas o Cais do Valongo, mas também o Cais da Imperatriz, os Jardins do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do Depósito, o Cemitério dos Pretos

Novos e o Centro Cultural José Bonifácio. A inclusão da região num circuito turístico, contudo, acabou por mascarar os conflitos entre os diversos grupos que habitam o local e desses com o poder público, e o uso do ambiente como espaço de resistência (PIO, 2013).



Placa que atesta o reconhecimento do quilombo Pedra do Sal, acima, e banner do Circuito Histórico e Arqueológico. Foto: Mayra Vaz Carneiro. 16/01/2015.

### 3.2. Os moradores da “parte alta”

Os moradores da “parte alta” também acabaram desenvolvendo táticas de enfrentamento frente às intervenções no local. Diferentemente dos quilombolas da Pedra do Sal, não reivindicavam um reconhecimento da sua tradição e memória, pois tal certificação já ocorria. A partir de suas referências simbólicas, os moradores da “parte alta” do morro articulavam ações políticas com vistas a reagirem diante das investidas do poder público, objetivando impedir um abalo nas estruturas de sociabilidade por meio da turistificação exacerbada.

Segundo Flávia da Costa (2012), desde a chegada dos pesquisadores do IBAM, os moradores da “parte de cima” mostraram-se preocupados com as investidas turísticas por parte do Estado. Além disso, o Projeto Mauá<sup>41</sup> e a festa de Nossa Senhora da Conceição de 2008 teriam atraído muitos turistas e fotógrafos, o que gerou comentários de descontentamento sobre a invasão de privacidade dos moradores.

No ano de 2008, anterior à nossa chegada como pesquisadores do IPHAN para a realização do inventário da festa, os moradores realizaram diversas reuniões com o intuito de estarem preparados para reagir de forma a garantir a permanência de seus laços de sociabilidade frente às investidas estatais de desenvolvimento do turismo comercial, ligado à patrimonialização de seus recursos simbólicos. Costa (2012) denominou essa ação como “estado de vigília”, no qual os moradores da parte de cima se reuniram “para observação e reflexão das políticas públicas de incentivo ao turismo e à patrimonialização” (p.79).

As informações coletadas por Costa (2012) permitem compreender as posturas dos atores sociais que participaram da pesquisa de inventário da Festa no ano seguinte, de 2009. Pode-se dizer que houve uma resistência em fornecer informações mais detalhadas acerca dos diferentes espaços do Morro e seus usos. Além disso, Dona Glória (responsável pela capela e pela festa) acabou sendo quem indicava e escolhia as pessoas que seriam entrevistadas, não permitindo a entrevista de outros moradores. A situação era delicada: nós, como pesquisadores, não desejávamos perder o apoio de Dona Glória, principal contato do IPHAN no morro. Ao mesmo tempo, acabamos sendo seduzidos pelos relatos dos entrevistados e, dessa forma, pode-se dizer que, nesse caso, as táticas empreendidas pelos moradores no ano anterior surtiram efeitos. Mais detalhes sobre o caso específico do inventário da festa constarão no terceiro capítulo dessa dissertação.

---

<sup>41</sup> O Projeto Mauá é um evento, iniciado em 2001, de abertura dos ateliês do Morro da Conceição à visitação e, desde 2007, ocorria juntamente com as festividades relacionadas a Nossa Senhora da Conceição. Os artistas haviam decidido realizar o projeto na mesma data da festa, na tentativa de diminuir as reclamações de parte dos moradores, que não concordavam com a vinda de pessoas estranhas ao local. Ainda, havia a proposta de que as senhoras do grupo *Eterna Juventude* (grupo de senhoras que se reunia semanalmente no salão da igreja para produzir trabalhos artesanais e organizar a festa) se unissem ao evento com o bazar anual que realizavam para arrecadar fundos para a celebração. Mesmo assim, alguns moradores não concordavam com a realização de uma atividade profana concomitante com a festa religiosa, que demandava respeito ao sagrado (COSTA, 2012).

### 3.3. Um projeto de tombamento do Morro da Conceição

No dia 2 de junho de 2009, antes, portanto, do início do inventário da Festa, o IPHAN, juntamente com as Secretarias Municipais de Urbanismo, Cultura e Turismo, se reuniu com moradores para apresentar o “Projeto Conceição”. A ideia era restaurar o patrimônio material do morro, com vista a um tombamento integral do local. A iniciativa foi rejeitada pelos moradores presentes e recebeu muitas críticas, principalmente dos moradores novos que conviviam com os antigos e que, em sua maioria, constituíam artistas e estudiosos do local, como antropólogos e arquitetos.

Dois desses moradores, Antônio Agenor Barbosa (arquiteto urbanista) e Tomas Martin Ossowicki (antropólogo) chegaram a escrever um artigo<sup>42</sup> descrevendo a reunião e relatando os motivos para a resposta negativa dos moradores que dela participaram. Em seu artigo, os autores criticam a posição autoritária do IPHAN. Segundo eles, o superintendente, Carlos Fernando Andrade, teria afirmado que, mesmo que os moradores se opusessem, o instituto baixaria um decreto para que o tombamento fosse efetivado. Outras críticas à posição do instituto foram: o desconhecimento da realidade local, ao sugerir a implantação do projeto Pouso (Posto de Orientação Urbanística e Social), iniciativa da prefeitura em dar ares de bairro às favelas da cidade<sup>43</sup>; a reclamação por parte do IPHAN sobre a descaracterização que os moradores fizeram em seus imóveis, tomando como exemplo a instalação de caixas d’água azuis, e a não atenção do instituto à preservação do local durante anos, fato que só estaria ocorrendo naquele momento, segundo os autores, devido ao interesse urbanístico e turístico no local.

---

<sup>42</sup> “Revitalização do porto, IPHAN e políticas culturais no Morro da Conceição”. In: *Minha Cidade*. Rio de Janeiro, Ano 9, 2009. Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.108/1842>>

<sup>43</sup> Os moradores se esforçavam por reforçar que o Morro da Conceição não possuía traços de favela e, ao mesmo tempo, não possuía contornos do Centro da cidade. A presença do observatório da UFRJ no Morro ajudava os moradores a impedir que o local acabasse sendo confundido com a ideia de favela (COSTA, 2012).



Fotografia retirada do artigo de Barbosa e Ossowicki, apresentando um edifício em péssimas condições no Morro da Conceição, como prova do descaso do IPHAN ao local (Arquivo: Antônio Agenor Barbosa).

Segundo Barbosa e Ossiwicki, os moradores, tanto “novos” quanto “antigos”, se opunham ao projeto por acreditarem que o IPHAN não possuía uma intenção verdadeira em ajudar a comunidade em suas demandas mais latentes:

Se o IPHAN tivesse real interesse em implantar um projeto sustentável que levasse em consideração os anseios dos moradores, teria também convidado para a reunião a CET-Rio, a Comlurb, a Guarda Municipal, além da Polícia Militar e outras instituições competentes para resolver os problemas cotidianos mais imediatos do bairro, problemas estes que vêm sendo reiteradamente denunciados por muitos moradores a estas mesmas instituições, mas sem nenhuma solução até a presente data (BARBOSA & OSSIWICKI, 2009).

É interessante notar a perspectiva desses moradores-pesquisadores<sup>44</sup>, que, de certa forma, se sentem como espécies de porta-vozes dos moradores “tradicionais”. Segundo Sara Alonso (2001), os pesquisadores, por vezes, sentem que possuem certas obrigações frente aos pesquisados. Alonso defende que os princípios da relação entre pesquisador e pesquisado envolvem as obrigações de “dar”, “receber” e “retribuir”. Dessa forma, os pesquisadores e outros estudiosos residentes no Morro da Conceição se veem na obrigação de retribuir os moradores antigos (os quais, além de vizinhos, constituem objetos de suas pesquisas), tomando como suas as lutas, indignações e demandas desses moradores. Destaca-se ainda que tais estudiosos são também moradores e estão inseridos no contexto de relações e sociabilidades do local. O senhor René, morador “antigo” da rua Jogo da Bola, os denomina de “turistas permanentes”, para salientar o caráter “de fora” desses pesquisadores-moradores e, ao mesmo tempo, incluí-los nos laços sociais (GUIMARÃES, 2014).

---

<sup>44</sup> Expressão criada por mim.

Esse também é o meu caso: como pesquisadora e moradora desde 2011, minha relação com o local torna complicado o afastamento do objeto, e minha condição de moradora-pesquisadora me imputa uma responsabilidade em agir em defesa dos interesses dos vizinhos “mais antigos”. Tal característica está presente, portanto, no artigo de Barbosa e Ossowicki (2009): percebe-se a dificuldade em manter um afastamento do objeto e em separar as demandas e insatisfações dos moradores das suas próprias análises.

Também estive presente nessa reunião, e minhas impressões, à época, foram um pouco diferentes das dos pesquisadores Barbosa e Ossowicki. Primeiro, eu não havia sido informada sobre a aliança com poder municipal no que tange ao Projeto Conceição, citado pelos pesquisadores. Minha impressão na época foi a apresentação, por parte do superintendente, dos projetos do instituto que estavam se iniciando no local, incluindo o de inventário da Festa. Tocou-se no assunto do tombamento do local, e a resposta foi unanimemente negativa, mas não houve um posicionamento autoritário por parte do IPHAN, ou, pelo menos, eu não interpretei a atuação do superintendente dessa forma naquele momento, talvez devido à minha posição de contratada pelo instituto.

Após a apresentação do superintendente, todos foram convidados para um coquetel. Na ocasião, me aproximei do grupo de senhoras que frequentavam a capela e, durante a nossa conversa, elas declararam que não queriam ter suas casas tombadas, pois não desejavam que o poder público interferisse nas mudanças que almejavam empreender em seus lares, e porque temiam que o morro se tornasse uma “nova Lapa” ou uma “nova Santa Teresa”, locais da cidade que haviam sofrido um intenso processo de turistificação, alterando profundamente as relações de sociabilidade que lá existiam. Além disso, as senhoras reiteraram que se sentiam ofendidas com a menção do IPHAN de que grande parte do morro já se encontrava descaracterizada devido à instalação de caixas d’água azuis. Dona Glória foi a que mais insistiu nesse ponto, afirmando que realmente ali moravam pessoas de baixa renda, mas que isso não queria dizer que o Morro da Conceição era uma favela.

Segundo Carlos Fernando Andrade, em entrevista a mim concedida, a resposta negativa dos moradores o deixou surpreso e, de certa forma, desapontado. Contudo, decidiu não empreender o projeto de tombamento, visto que não era de interesse dos moradores. Nas suas palavras:

A resposta de parte da comunidade foi muito ruim. A perspectiva de eles terem o morro tombado, portanto, a sua casa tombada, houve uma reação muito forte. E que me levou até a rever, enfim, o próprio sentido de você ter um tombamento que não é assimilado pela comunidade. Certamente não vai dar certo.

De acordo com Barbosa e Ossowicki (2009), os moradores poderiam ter aceitado a proposta de tombamento do IPHAN se o mesmo lhes concedesse maior participação nas decisões, e se fossem ouvidas suas demandas:

Acreditamos que praticamente todas as pessoas que vivem no nosso bairro poderiam ter apoiado o “Projeto Conceição” lançado pelo IPHAN se este fosse concebido e apresentado de outra maneira. Contudo, exigimos transparência e participação. Tememos, inclusive, por uma literalização dos múltiplos significados atribuídos aos patrimônios e ao passado pelos diversos segmentos sociais envolvidos, algo que ameaçaria esta multiplicidade reduzindo-a a uma narrativa histórica homogênea e vazia e envolvendo uma violência simbólica que nada tem a ver com os diversos modos de vida e as histórias do bairro, mas que parece satisfazer a uma ínfima minoria interessada em usar o Morro da Conceição como experiência a ser vendida e que busca forçar os fluxos da vida cotidiana a ceder a uma estética descontextualizada e hostil às sociabilidades e às lógicas locais (BARBOSA & OSSIWICKI, 2009).

Nota-se, portanto, uma dissonância entre o poder público – nesse caso, o IPHAN – e as demandas da comunidade tais quais expressas pelos pesquisadores Barbosa e Ossowicki. Por outro lado, quando os moradores deixaram claro que não concordavam com o tombamento e quando, por esse motivo, o superintendente decidiu não realizá-lo devido à resposta negativa da comunidade, houve uma aproximação entre as demandas dos moradores e a decisão do instituto. Essa relação de aproximação e afastamento entre os dois atores irá permear toda a pesquisa de inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição.

#### **4. Breve Síntese do Capítulo**

Nos últimos seis anos, uma maior atenção tem sido dada às questões da cultura negra na região portuária, mais do que o reconhecimento da cultura portuguesa e espanhola na parte alta do morro, devido à diferença da natureza da luta de uns e de outros.

As militâncias do movimento negro na região e todas as lutas que aconteceram, desde as reivindicações dos quilombolas da Pedra do Sal, passando pela demanda de

que o Cais do Valongo fosse reconhecido como espaço de luta, contribuíram para a composição desse quadro. Por sua vez, a questão da herança portuguesa tradicional e católica do topo do morro foi afirmada e reafirmada durante muitos anos, desde a época dos tombamentos de “pedra e cal” pelo IPHAN. A tradição portuguesa, portanto, já é reconhecida, não havendo necessidade de os moradores da parte alta do morro pleitearem uma certificação porque esse reconhecimento já existe. A natureza da luta desses moradores foi a de organizar um movimento na tentativa de impedir uma turistificação exacerbada, buscando manter as suas relações cotidianas “em paz”, impedindo a presença de “intrusos”. Dessa forma, a ameaça que os moradores da parte alta sofrem não é a de perder o prestígio relacionado à tradição portuguesa ou a necessidade de afirmação das suas práticas; o medo que eles têm é o de perder o domínio dos seus espaços de sociabilidade para o turismo.

As intenções, tanto do IPHAN quanto da prefeitura, principalmente após o anúncio do Plano Porto do Rio, de reafirmar ainda mais a tradição lusitana e lisboeta no Morro da Conceição, ocorreram em concomitância com a disputa territorial entre a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (Vot) e os quilombolas da Pedra do Sal, vistos pela Vot como invasores. No entanto, o reconhecimento do quilombo como espaço representativo da herança africana na região inverteu a imagem negativa e se mostrou como um importante elemento a ser incorporado na “retórica do legado” (PIO, 2014), ou seja, da missão que foi incumbida à zona portuária de contar a história da cidade, promovendo um retorno às origens.

A criação, pelo Porto Maravilha, do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, passando por vários pontos da zona portuária, demonstra que as reivindicações a favor do reconhecimento da cultura afrodescendente foram adaptadas ao contexto de revitalização da região. Houve, assim, um reconhecimento parcial da herança africana, pois não houve a identificação do local como espaço de resistência e de memória da diáspora. Tudo isso acabou sendo mascarado para que se desenvolvesse uma ideia harmoniosa, não contemplando a questão da pluralidade de culturas negras (principalmente africanos e baianos), e a relação desses sujeitos com o restante dos habitantes da região.

Por outro lado, as investidas dos moradores da “parte alta” no sentido de elaborarem táticas de enfrentamento e proteção de suas práticas frente ao poder público,

desenvolvidas a partir do ano de 2008, também surtiram alguns efeitos. Suas reivindicações não foram amplamente atendidas, e o local permaneceu sendo encarado como de grande potencial para o turismo de experiências. Contudo, o fato de o IPHAN não ter empreendido um projeto de tombamento à revelia dos moradores demonstra, por um lado, que a organização comunitária e o “estado de vigília” (COSTA, 2012) desenvolvidos durante o ano de 2008 não foram em vão e, por outro, que houve uma abertura por parte do IPHAN aos anseios das comunidades detentoras dos patrimônios.

### Capítulo III. O processo de inventário

O primeiro contato que tive com o Morro da Conceição foi em 2006, num passeio no qual José Grevy de Freitas Alves, técnico arquiteto do IPHAN-RJ, levou a mim e ao meu chefe, o historiador Bartolomeu d'El-rei, quando eu ainda atuava como estagiária para o IPHAN-RJ. O técnico nos apresentou o Jardim do Valongo e contou um pouco da sua história. Alguns anos mais tarde, em julho de 2009, retornei ao morro para trabalhar no projeto de inventário da festa. A equipe foi composta por mim, como historiadora; Leandro Corrêa, historiador e comunicador social, que ficou responsável pelos registros audiovisuais, e Bartolomeu d'El-rei, supervisor do projeto por parte do IPHAN-RJ.

Na primeira fase do trabalho de campo e levantamento preliminar, visitamos o casal responsável pela igreja, Glória e Ernani Scherer<sup>45</sup>. Após Bartolomeu nos apresentar, o casal ficou com a incumbência de nos dar o contato de moradores que participavam da festa<sup>46</sup>. Durante essa primeira conversa, soubemos da existência de documentação que remonta à fundação da irmandade, em 1895, e que estava se perdendo devido à má conservação (poeira, cupins e umidade). Tivemos contato com a documentação para conseguirmos dados das festas passadas e, já no primeiro relatório de atividades da pesquisa, entregue em agosto de 2009 ao IPHAN-RJ, passado um mês do início dos trabalhos, sugeri que um projeto de conservação e recuperação desses documentos fosse implantado como etapa seguinte. Ou seja, houve a recomendação de

---

<sup>45</sup> Dona Glória, filha de portugueses e nascida e criada no morro, e Ernani Scherer, nascido em Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul, se conheceram no local quando Ernani, servindo o Exército em 1954, foi morar na Fortaleza da Conceição. A presença do Exército, no morro, é mais um elemento de convivência e troca com os moradores locais e, assim como o Observatório do Valongo, ligado à UFRJ, contribui para a manutenção da versão defendida pelos moradores de que o local não pode ser classificado de “favela” (ver capítulo II).

<sup>46</sup> O fato de o IPHAN deixar nas mãos do casal Glória e Ernani Scherer a seleção dos moradores entrevistados contribuiu para que o grupo responsável pela festa indicasse somente aquelas pessoas que, de alguma forma, falariam a favor dos seus objetivos, os quais serão apresentados mais adiante. Assim, o contato dos pesquisadores com outros moradores foi dificultado, ainda mais porque havia, na comunidade, um sentimento de desconfiança com relação a pessoas que representassem o Estado (ver capítulo II). Somente aqueles que nos eram apresentados por dona Glória, devido ao prestígio e à confiabilidade que ela possuía no local, aceitavam conversar conosco e conceder uma entrevista. No entanto, não houve de nossa parte uma insistência em procurar outras pessoas além das que dona Glória nos apresentava. Já que éramos contratados pelo IPHAN e por ser dessa forma que o IPHAN desejava que fosse realizada a pesquisa, fomos prosseguindo os trabalhos com as pessoas indicadas por dona Glória.

realização de outra fase do processo de inventário, algo bastante comum em outros projetos<sup>47</sup>, mas que não aconteceu nesse caso.

Nesse primeiro relatório, descrevi como item primordial o recolhimento de depoimentos das pessoas mais antigas do local, algo também privilegiado pelo IPHAN-RJ em outros projetos. A assessoria de patrimônio imaterial via nos idosos uma fonte importante para a pesquisa como detentores da memória dos bens culturais, e preocupava-se com a longevidade dessas pessoas. Em outros projetos (não somente da unidade do Rio de Janeiro, mas no IPHAN como um todo) era bastante comum o falecimento dessas pessoas antes de serem contatadas e entrevistadas, causando, de acordo com a visão que nos era passada pela assessoria de patrimônio imaterial, uma perda para a pesquisa.

As 13 entrevistas que foram realizadas durante o inventário foram transcritas e detalhadas em fichas, e são as seguintes:

- Entrevista 1: Dejanira Assunção dos Santos, frequentadora da capela, moradora do Morro da Providência. 19/08/09, 14:50-14:58.

- Entrevista 2: Elza de Oliveira Lopes, frequentadora da capela e moradora do Morro da Conceição. 19/08/09, 15:15-15:25.

- Entrevista 3: Vera Menezes Loureiro Santos, frequentadora da capela e moradora do Morro da Conceição. 19/08/09, 15:40-16:05.

- Entrevista 4: Maria Carolina Oliveira da Silva, frequentadora da capela e ex-moradora do Morro, atualmente morando na Rua Sacadura Cabral. 26/08/09, 15:37-15:47.

- Entrevista 5: Ana Cristina Christal Luvezuti Rubio, frequentadora da capela, moradora do Morro há dois anos, vinda de São Paulo. 26/08/09, 15:52-16:08.

- Entrevista 6: Rosa de Abreu Ribeiro, moradora e frequentadora da capela. 26/08/09, 16:10-16:27.

---

<sup>47</sup> Em outros projetos nos quais trabalhei, o do inventário da Feira de São Cristóvão e o do inventário da Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega- SAARA, a pesquisa foi realizada em três fases. O primeiro projeto durou três anos, enquanto o segundo durou dois anos.

- Entrevista 7: Glória Barbosa Scherer, provedora da capela. 09/09/09, 15:05-15:23.

- Entrevista 8: Ernani Pinto Scherer, marido de Glória. 09/09/09, 15:30-16:00.

- Entrevista 9: René Vieira de Azevedo, morador e frequentador da capela. 16/09/09, 14:40-15:10.

- Entrevista 10: Sylvia Teresa Barbosa de Oliveira Cambra, sobrinha de Glória e moradora. 18/10/09, 11:06-11:40.

- Entrevista 11: Rosane Fátima de Abreu, moradora e frequentadora da capela. 21/10/09, 15:18-15:32.

- Entrevista 12: Maria de Fátima Ferreira da Costa Martins, moradora e frequentadora da capela. 06/12/09, 10:44-11:00.

- Entrevista 13: Moacyr Polli Rodrigues, morador e antigo provedor da capela. 06/12/09, 11:40-11:57.

O inventário durou oito meses e foi finalizado com a entrega do dossiê final da pesquisa, em meio impresso e digital (DVD), contendo:

- Texto introdutório descrevendo a festa;

- Fichas da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) preenchidas: ficha de campo 1- levantamento preliminar (FC1), ficha de sítio (F10), ficha de localidade (F11); listas dos bens preservados no sítio e na localidade, bem como das legislações de proteção ao patrimônio (federal e estadual), anexas às fichas F10 e F11; ficha de celebrações (F20) contendo o histórico da festa, fotos e trechos de entrevistas; ficha de edificações (F30) inventariando a capela; anexo 1- bibliografia; anexo 2- registros audiovisuais; anexo 3- bens culturais inventariados; anexo 4- contatos; 13 fichas de questionários de celebrações (Q20); e fichas de artefatos isolados<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Os números das fichas entregues não são sequenciais porque nem sempre se utilizam todas as fichas da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Por exemplo, entre as fichas de bens inventariados do INRC, temos: F20-Celebrações, F30-Edificações, F40-Formas de Expressão, F50-Lugares e F60-Ofícios e Modos de Fazer. No caso da festa, como o principal bem inventariado é uma celebração, a ficha a ser preenchida é a F20. A equipe de pesquisa pode, ainda, decidir inventariar mais

- 13 transcrições das entrevistas realizadas;
- Fotografias do sítio, da localidade, da celebração e de documentos;
- Vídeos, entre entrevistas e registros da Festa;
- Autorizações de gravação de imagem e de voz, concedidas pelos entrevistados (entregues separadamente do dossiê, essas autorizações são guardadas em arquivo para confirmar que os entrevistados cederam seus direitos de imagem e voz para a pesquisa);
- Uma folha de papel ofício da programação do Projeto Mauá<sup>49</sup> de 2009;
- Uma folha de papel ofício das músicas cantadas na procissão de 2009;
- Uma folha de papel ofício do cartaz de divulgação da Festa de 2008 e outra da de 2009.

Durante o período de realização da pesquisa, entre julho de 2009 e março de 2010, visitávamos o Morro da Conceição pelo menos uma vez por semana, geralmente às quartas-feiras à tarde, quando um grupo de senhoras, chamado por elas de “Eterna Juventude” ou “Grupo da Terceira Idade”, se reunia no salão da igreja de Nossa Senhora da Conceição para fazer trabalhos artesanais, lanchar e conversar. Elas trabalhavam o fuxico, uma técnica em tecido para montagem de bolsas, blusas, etc., elaborando produtos para serem vendidos durante a festa, que se realizava, como todos os anos, em dezembro. Parte do dinheiro arrecadado das vendas era doado à igreja, e a outra parte ficava com as senhoras do grupo. As conversas giravam em torno não somente dos preparativos para a festa, mas principalmente sobre o cotidiano da comunidade, a relação entre os moradores, a presença de moradores novos, a relação com o quartel, a preocupação com a visibilidade que o bairro estava ganhando e a necessidade de reformas na igreja. Cabe salientar que os assuntos das conversas eram selecionados com relação àquilo que o grupo de senhoras desejava que ouvíssemos, principalmente no que se refere às necessidades de reparo na capela. Durante esses

---

algun outro bem relacionado ao bem principal, como foi feito com a capela, presente na ficha F30, mas isso irá depender das escolhas feitas durante cada pesquisa de inventário.

<sup>49</sup> Como explicado em nota no capítulo II, o Projeto Mauá é um evento iniciado em 2001 organizado por artistas plásticos que possuíam ateliês no Morro da Conceição. Durante o evento, seus ateliês ficavam de portas abertas à visitação no local, onde também ocorriam oficinas. Desde 2007, o evento passou a ocorrer em datas próximas da festa de Nossa Senhora da Conceição (ver capítulo II).

momentos, nós ouvíamos as conversas, tomando parte em momentos descontraídos, na tentativa de uma aproximação.

Um ano antes, através do trabalho de campo com as senhoras do grupo, Costa (2012) percebeu que os encontros se constituíam num meio de controle e reprodução de informações sobre a situação dos moradores, e não somente na organização de atividades que culminariam na Festa. Tal fato atesta a importância que essas senhoras possuíam na sociabilidade local, e seu reconhecimento estava diretamente atrelado à ideia de tradição, que lhes conferia *status* e poder dentro da comunidade.

Em sua maioria, o grupo era formado por moradoras antigas da rua Jogo da Bola e da ladeira João Homem, ou seja, da “parte alta”. Havia exceções, como a senhora Vera Santos (moradora da “parte baixa”, na Pedra do Sal), a senhora Carolina Silva (moradora da rua Camerino, na Saúde), a senhora Cristina Rubio (moradora “nova”, vinda de São Paulo) e a senhora Dejanira Santos (moradora do morro da Providência). A presença dessas senhoras no grupo demonstra que as delimitações estabelecidas entre os moradores como estratégias de diferenciação por vezes se mostram maleáveis. A separação entre moradores “novos” e “antigos”, e “da parte alta” e da “parte baixa” existe, mas em alguns momentos, e dependendo do contexto e interesses envolvidos, essas categorias acabam não sendo tão fixas. Há moradores “novos” que moram na “parte alta” e moradores “antigos” que moram na “parte baixa”. Há moradores que são artistas plásticos provenientes da zona sul da cidade e que ajudam nos preparativos da festa e, por isso, possuem a aprovação dos moradores mais antigos. Há os moradores “novos” e “nordestinos” que levam seus filhos para brincar na pracinha da rua Jogo da Bola com os filhos e netos dos moradores “antigos” e descendentes de portugueses. Claro está que, apesar das categorias estabelecidas, os moradores se relacionam, na sua vida cotidiana, perpassando diferentes grupos e espaços. As categorias, portanto, não são fixas e rígidas e, por mais que existam, não impedem o relacionamento entre os moradores. A separação entre esses grupos se mostra mais latente em momentos de conflitos, quando se faz necessário situar-se em uma ou outra categoria como estratégia de diferenciação.

Nos momentos das nossas visitas (e como será exposto mais à frente neste capítulo), essa separação era a todo momento abrandada (apesar de não ser escondida), e as conversas buscavam aparentar uma comunidade unívoca em torno da preservação

de seus costumes, entre eles, a festa de Nossa Senhora da Conceição. Como representantes do poder instituído (o IPHAN), era fundamental que uma boa imagem do local e da festa nos fosse passada. Conquistar os pesquisadores era necessário para que a festa fosse vista como um bem que merecia ser preservado.

Por outro lado, eu e Leandro Corrêa, como pesquisadores, estávamos situados entre o IPHAN e a comunidade. Éramos parte da sociedade civil, contratados por uma instituição pública para realizar um trabalho, mas não fazíamos parte diretamente do aparelho estatal. Para os moradores envolvidos na festa, éramos uma ponte de ligação com o IPHAN. Eles sabiam que éramos contratados e que as decisões mais importantes não dependiam de nós, mas tínhamos uma ligação com o IPHAN que poderia ajudá-los na defesa de seus interesses. Para o IPHAN, éramos seus porta-vozes com relação a esses moradores. Estávamos justamente na fronteira entre o Estado e a sociedade, fronteira essa que demonstrava sua fragilidade e fluidez justamente pelo simples fato de nos encontrarmos nela. No nosso caso, não havia uma distinção clara entre Estado e sociedade, e a fronteira entre ambos não marcava um “exterior real” (MITCHELL, 1999).

O diálogo entre os técnicos e funcionários do IPHAN e os moradores responsáveis pela festa se dava através da atuação dos pesquisadores, que procuravam levar ao aparelho burocrático as demandas da comunidade e, em contrapartida, apresentar as propostas do IPHAN a essas pessoas. Éramos uma espécie de “informantes”: dona Glória, responsável pela capela, sempre nos perguntava sobre o superintendente Carlos Fernando Andrade; a assessora de patrimônio imaterial, Mônica Costa, e o técnico Bartolomeu D’El-rei. As perguntas eram sobre como “eles estavam”, se viriam um dia conversar, e se “tinham comentado alguma coisa” sobre o morro e a capela. Essas perguntas demonstram que dona Glória sabia quem eram as figuras do Estado que tinham poder decisório para realizar a reforma no telhado da capela, e sabia que nós, os pesquisadores, poderíamos ajudar nessa tarefa de convencimento, ao desenvolver um trabalho que, de certa forma, defendesse a importância da festa. Por outro lado, os funcionários do IPHAN nos perguntavam sobre o andamento do trabalho e sobre as demandas da comunidade.

O trabalho de inventário acabou culminando na demanda específica desse grupo de moradores sobre a necessidade de reforma no telhado da capela. O relacionamento

construído com o IPHAN e com os pesquisadores, os depoimentos, as conversas durante as reuniões do grupo de senhoras, tudo isso se constituiu como táticas (CERTEAU, 2012a) dos moradores participantes da festa para reivindicar uma reforma no telhado da capela. Segundo Veena Das & Deborah Poole (2004), as populações marginais não são passivas diante do Estado, mas desenvolvem com ele seus vínculos e moldam seu futuro em relação a ele.

O resultado da pesquisa de inventário reflete essa interação entre as expectativas e demandas, tanto do IPHAN quanto da comunidade. Influenciados pelo pleito dos moradores e pelas intenções do IPHAN, nós, como pesquisadores, procuramos conciliar, no trabalho final, as vontades de ambos os atores através dos meios disponíveis (no caso, a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais, o INRC). Cabe analisar se esse objetivo foi atingido, mesmo sendo a conciliação de demandas um processo complexo, e é isso que procurarei fazer no presente capítulo.

## **1. Análise dos depoimentos: expectativas e discursos**

Nessa etapa do capítulo, farei uma análise dos depoimentos colhidos durante a pesquisa de inventário, e dessa forma procurarei apreender as expectativas e discursos dos entrevistados com relação à atuação do IPHAN-RJ.

Nas 13 entrevistas realizadas durante a pesquisa de inventário, há um consenso segundo o qual o local de moradia seria o elo agregador da comunidade, por se tratar de um local diferenciado, onde todos os vizinhos se conhecem e se auxiliam mutuamente. Para os entrevistados, uma comunidade com tais qualidades seria única nos dias atuais. Segundo dona Elza, que foi morar no Morro da Conceição em 1946, quando tinha 19 anos de idade: “Aqui é um lugar maravilhoso. [...] É uma comunidade unida aqui”<sup>50</sup>.

A festa de Nossa Senhora da Conceição também aparece nos relatos como forte agregadora do sentimento de identidade da comunidade que vive no morro. Para além do sentimento religioso, a festa seria, segundo os entrevistados, o momento em que todos os moradores se unem e afirmam seu orgulho por fazer parte da comunidade. De

---

<sup>50</sup> Entrevista concedida por LOPES, Elza de Oliveira. *Entrevista 2* [ago. 2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

acordo com o depoimento de Sylvia Cambra, nascida em 1957 e moradora do local desde essa data:

Aqui é um lugar, como eu falei no começo, quase todo mundo se conhece. Então é uma grande vila. É como se fosse uma grande vila, então você conhece a maior parte dos seus vizinhos, tem uma história em comum. E a igreja, ela meio que catalisa, entendeu? Ela é... A festa é algo que une as pessoas em torno de fé, de esperança<sup>51</sup>.

E complementa:

No dia 8, quando a procissão passa pelas ruas, tem pessoas que são evangélicas, ou protestantes, ou elas podem ser de candomblé, problema nenhum. Na hora em que a procissão passa, é como se tivesse uma ligação entre todo mundo em torno de um momento de elevação, pra algo superior<sup>52</sup>.

A partir de tais declarações, torna-se necessário ter em mente que os fatos narrados nas entrevistas são reconhecidos e organizados de acordo com as representações de cada indivíduo (PORTELLI, 1996). Mas será que essa comunidade é mesmo tão unida quanto se declara nas falas recolhidas? Importa, nesse caso, ressaltar a conjuntura na qual os depoimentos foram concedidos, para que se possa refletir sobre o que não está aparente nos relatos: sobre o “não-dito” (CERTEAU, 1982). No contexto da realização das entrevistas, os sujeitos tinham em comum o interesse de angariar recursos para a reforma da capela. Exaltar o local de moradia e a história da comunidade poderia levar ao êxito dos seus intuitos. Ao final de sua entrevista, Ernani, morador desde 1954 e casado com dona Glória, filha de portugueses e atual provedora da irmandade, fez o seguinte apelo:

Então, estou aqui, Nossa Senhora tá ali que não me deixa mentir aí, eu estou muito preocupado com a nossa igreja. Porque a gente não tem condição, nós não temos condição de executar aquela obra. Não temos. Não temos dinheiro, não tem condição. Em outra situação, outra época, podia até aparecer um camarada aqui: “não, deixa que eu faço!”, porque tinha essas pessoas que faziam. Mas ali é um dinheiro muito grande, nós não temos condição de fazer não. Então nós estamos apelando lá pro IPHAN pra ver se eles conseguem que a gente faça, ter a nossa igrejinha sempre aqui, todos os nossos

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida por CAMBRA, Sylvia. *Entrevista 10* [out. 2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>52</sup> Idem, 2009.

domingos aqui, as nossas festinhas aqui em cima. Se prosseguirmos, aí eu posso encerrar a minha vida tranquilamente.<sup>53</sup>

Para Michael Pollak (1992) os acontecimentos do presente interferem diretamente na memória sobre o passado. Assim, as mudanças pelas quais a comunidade do Morro da Conceição estava passando no momento da realização da pesquisa pelo IPHAN também são fatores que explicam a exaltação do local de moradia e do festejo. No ano de realização das entrevistas, a Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, mais conhecida como Operação Porto Maravilha. Objetivando a reestruturação da região com vistas aos grandes eventos que passariam a ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, a operação deu maior visibilidade para o Morro da Conceição, que passou a ser alvo de investimentos culturais e turísticos<sup>54</sup>. Dona Vera, moradora do local desde os dois anos de idade, discorre sobre a festa de Nossa Senhora da Conceição de 2008: “Teve muito fotógrafo, teve até um rapaz que disse assim: ‘Ué, Nossa Senhora da Conceição é protetora dos fotógrafos?’ [risos] Mas tinha muito, mas muito fotógrafo, não sei de onde saiu tanto fotógrafo.”<sup>55</sup>

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, esta pode ser definida pela ideia que o indivíduo ou o grupo tem de si e por como ele pretende ser visto pelos outros. Ou seja, a identidade é construída a partir da diferenciação e do contato com o outro (POLLAK, 1992). A identidade das sociedades atuais é pautada, segundo Stuart Hall (2001), pela diferença em relação a outros grupos: ao entrar em contato com turistas e fotógrafos, os moradores construíram uma memória comum, exaltando o Morro da Conceição como local privilegiado e, dessa forma, estabeleceram seu valor e sua identidade. Nas palavras de dona Vera:

Aí depois eu digo: “Sejam bem-vindos.” Aí eles dizem: “Ah, mas aqui é muito tranquilo, é muito sossegado!” Eu digo: “Graças a Deus.” Mas é mesmo. [...] Aqui é muito tranquilo, é muito sossegado, eu gosto

---

<sup>53</sup> Entrevista concedida por SCHERER, Ernani. *Entrevista 8* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>54</sup> Desde 2001, com o Plano Porto do Rio, que a zona portuária (incluindo o Morro da Conceição) passou a ser indicada como uma área de interesse para a prefeitura do Rio de Janeiro (ver Capítulo II).

<sup>55</sup> Entrevista concedida por SANTOS, Vera. *Entrevista 3* [ago.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

muito daqui. Ah, eu gosto demais daqui! [...] Nossa Senhora da Conceição olha muito pela gente aqui<sup>56</sup>.

Portanto, o que foi dito nas entrevistas foi alvo de uma seleção, importante para que os sujeitos entrevistados pudessem legitimar, construir e apresentar uma identidade tanto diante do entrevistador quanto para eles próprios (JAMES, 2004). É nesse diálogo – tanto entre entrevistador e entrevistado, quanto entre os entrevistados e os visitantes do morro – que a intersubjetividade dos sujeitos é construída. Ou seja, “eu” só existe na interação dialógica com o “outro” (BAHKTIN, 1981).

Seguindo o raciocínio de Michel de Certeau (2012a), ao relacionar-se com o poder instituído (nesse caso, o Estado, representado pelo IPHAN e pelos pesquisadores), o grupo de entrevistados desenvolveu táticas de aproveitamento da ocasião, para “captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante” (p.95). Ou seja, o que foi dito nas entrevistas reflete a tática desenvolvida por um grupo que buscou aproveitar o momento de atenção por parte do Estado ao seu festejo para afirmar seu valor e sua identidade. O objetivo final dessa tática seria criar as bases que sustentassem os argumentos do pedido de financiamento da reforma do telhado da capela de Nossa Senhora da Conceição.

Ao descrever a festa de Nossa Senhora da Conceição no passado, a maioria dos entrevistados salientou o brilhantismo da celebração, como um momento em que todos os moradores participavam. Segundo René, cuja família é moradora do morro há várias gerações:

Havia uma participação muito grande dos moradores. Parecia até que cada residência tinha um representante. [...] Porque a comissão na época eram umas dez pessoas, só em época de festa é que aumentava o número de pessoas e tal. Mas havia um rodízio. Então eu me lembro de muitas pessoas, muitas, cada chefe de família aí pelo menos eu acho que participou.<sup>57</sup>

Participar da festa e ajudar na organização foram atitudes salientadas como obrigatórias para todas as famílias. De acordo com René: “Antigamente, eu acho que cada família queria participar, tinha que participar, parece que se não participasse não estava fazendo parte daquele bairro, daquele lugar ali, entende?”<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> Idem, 2009.

<sup>57</sup> Entrevista concedida por AZEVEDO, René. *Entrevista 9* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>58</sup> Idem, 2009.

Contudo, através de uma análise mais aprofundada dos relatos, percebe-se a existência de visões contraditórias e fragmentadas (PORTELLI, 1996). O próprio René, ao mesmo tempo em que destaca a igualdade na participação de todos, deixa escapar que a sua família tinha uma importância maior, o que conferia a ela maior participação na organização da festa e, conseqüentemente, uma diferenciação das outras:

Há uma importância, eu acho, da minha família. Minha família sempre foi muito ligada à igreja, né? Com doações. Inclusive uma das doações importantes que eu me lembro, da minha avó que falava pra mim, que nós demos um órgão pra lá, que a minha mãe tocava órgão e piano e a minha tia também, né? Então elas tocavam esses órgãos, mas eu não quero nem falar da minha família, eu quero falar que eram todos assim.<sup>59</sup>

Apesar de René e outros entrevistados salientarem a igualdade na participação de todos, o que se percebe é que as atribuições de cada pessoa nos preparativos e também durante e depois da festa estavam diretamente relacionadas com a família à qual pertencia. Aqueles que investiam na festa e participavam de sua organização eram residentes nas ruas principais do morro, em sua maioria portugueses e seus descendentes, e se consideravam como de famílias mais “tradicionais”, geralmente possuindo um maior poder aquisitivo por se tratarem de donos de comércio das proximidades. Dona Rosa, cuja avó já vivia no morro quando ela para lá se mudou aos 12 anos de idade, declarou:

Antigamente o pessoal era família portuguesa, família espanhola, era... O pessoal era mais assim, mais tradicional, né? Agora não, tem muita gente de fora, vem muita gente que você vê... Eu fui criada aqui, nasci aqui, e tem muita gente que eu nem conheço! E lá na nossa época, o pessoal se conhece desde pequenininho até. Era um pessoal muito antigo.<sup>60</sup>

Os moradores antigos, tidos por eles mesmos como mais “tradicionais”, possuíam um *status* relacionado tanto com a sua antiguidade no local quanto com a sua origem portuguesa e, mais além, com a sua situação econômica. Ernani, já citado anteriormente e casado com dona Glória, filha de portugueses, relatou sobre sua sogra: “Ela comprou, teve uma porção de propriedades aqui em cima que ela via pra comprar, pra vender, ela falava com seu Joaquim [sogro], seu Joaquim tinha um açougue, né,

---

<sup>59</sup> Ibidem, 2009.

<sup>60</sup> Entrevista concedida por RIBEIRO, Rosa. *Entrevista 6* [ago.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

tinha um dinheiro diferente.”<sup>61</sup>. Esses chefes das famílias “tradicionais” eram respeitados por todos os moradores. Nas palavras de Ernani:

Era um pessoal... Tinha assim, não vou dizer que fosse um chefe, mas tinha aquelas pessoas que, por morar mais tempo, a gente respeitava muito porque era “seu fulano”, “seu beltrano”. Então eles tinham umas certas atitudes que a gente se norteava por aquilo: “Olha, não faz isso assim, o seu fulano não deixou, não sei o quê.” Então a gente seguia. A juventude era mais enquadrada, ainda não era tão solta. Então era assim, era “seu fulano”, era “seu beltrano”. Às vezes tinha briga de rua, o cara ia resolver a briga do outro lá.<sup>62</sup>

De acordo com as falas dos entrevistados, no passado havia uma diferenciação entre aqueles que moravam nas ruas principais do morro e os que viviam nas partes mais baixas, não havendo muito contato entre os dois grupos. Mesmo entre os moradores da parte alta não havia sempre uma unidade e harmonia; o próprio depoimento de Ernani cita as brigas de rua que ocorriam. Os que viviam nas ruas secundárias geralmente eram nascidos no Rio de Janeiro, em locais considerados mais humildes ou ex-moradores desses locais. Esses compareciam durante os festejos, sem no entanto participar de sua organização. Dona Vera, nascida no morro do Tuiuti, no bairro de São Cristóvão, foi morar no Morro da Conceição com seus pais, inicialmente no porão da casa de seu padrinho, e conta que não havia muito contato entre os moradores “de cima” e os “de baixo”:

Engraçado que eu mais jovem, eu quase não vinha cá pra cima, só nas festas, né? Que aqui tinha as festas de Nossa Senhora da Conceição, aí a gente podia vir à vontade, que não tinha problema, né? Mas o pessoal me conhecia de vista, a gente não tinha aquela amizade.<sup>63</sup>

Sobre sua participação nos preparativos dos festejos, dona Vera declarou: “Não, não [participava]. Porque o pessoal daqui, os moradores, faziam tudo, né? A gente só vinha.”<sup>64</sup>

Maria Carolina, portuguesa, se mudou com sua família para o Morro da Conceição com 14 anos de idade, após ter morado no Catumbi e na Tijuca. Apesar de portuguesa, seus pais não faziam parte do grupo dos moradores antigos. Ela declarou: “Eu só vinha pra festa. Na época, o pessoal da parte de baixo não tinha muita... assim,

---

<sup>61</sup> Entrevista concedida por SCHERER, Ernani. *Entrevista 8* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>62</sup> Idem, 2009.

<sup>63</sup> Entrevista concedida por SANTOS, Vera. *Entrevista 3* [ago.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>64</sup> Idem, 2009.

muita intimidade, muita coisa com o pessoal daqui [...]. Então a gente vinha porque vinha para a festa, né?”<sup>65</sup>

Esses relatos destoam daqueles que enfatizam uma vivência comunitária plena e unificada. O que se tem são, na verdade, diferentes níveis de memória, as memórias individuais que são, por vezes, contraditórias e fragmentadas (HALL, 2001). Ao declarar que "todo mundo participava", os moradores “de cima” afirmaram a memória de seu grupo durante as entrevistas, suplantando as memórias individuais, múltiplas e às vezes antagonicas, através de uma espécie de “controle social” (PORTELLI, 1996).

Essa diferença com relação aos moradores “de baixo” se relaciona com as estruturas hierárquicas de poder, marcadas pela antiguidade das famílias e afirmadas durante os festejos. As famílias mais antigas, os *estabelecidos* – fazendo um paralelo com o trabalho de Norbert Elias (2000) – se diferenciavam dos moradores mais recentes e das ruas “de baixo”, os *outsiders*, através principalmente de sua tradicionalidade e sua ascendência portuguesa. Os próprios moradores *outsiders*, assim como no trabalho de Elias, aceitavam essa condição, e só iam aos festejos, não reclamando nenhuma participação mais ativa nem nenhum contato maior com o grupo *estabelecido*. Os preparativos para a festa e sua viabilização possuem significados especiais de diferenciação, que conferiam e reafirmavam o *status* e o poder daquele grupo específico (BOURDIEU, 1983). Ao demonstrar publicamente seu envolvimento com a Festa de Nossa Senhora da Conceição, essas pessoas celebravam a antiguidade e a tradicionalidade de suas famílias, e sua suposta superioridade com relação aos outros<sup>66</sup>.

Segundo René, os preparativos da festa eram organizados por uma comissão, eleita diretamente pela Irmandade. Essa última possuía um representante, o provedor, principal responsável por tudo o que dizia respeito à festa e à capela, geralmente um “seu fulano”, ou “seu ciclano”, nas palavras de Ernani. Na época abordada, seu Ernani era jovem, e possivelmente por isso se distancia dessa hierarquia, que era formada pelos homens mais velhos. O provedor era chefe de alguma família “tradicional”, que tinha contatos, indispensáveis para que se conseguisse a presença de uma banda de música, a

---

<sup>65</sup> SILVA, Maria Carolina. *Entrevista 4* [ago.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro.

<sup>66</sup> A Teoria Geral dos Campos, de Pierre Bourdieu, está expressa nesse sentido, tendo em vista que o Campo contém um universo de posições que se relacionam entre si: os dominantes e os dominados estão em constante disputa, por isso as estratégias de distinção estão sempre presentes.

vinda de artistas e a divulgação. De acordo com Moacyr Polli Rodrigues, que foi provedor num momento mais recente (há cerca de dez anos):

O que eu me lembro bem é que nós tínhamos aqui o provedor, na ocasião; ele tinha um conhecimento muito grande com os fuzileiros navais. E eles traziam todos os anos a Banda dos Fuzileiros Navais e vinham proporcionar aqui a festinha de Nossa Senhora da Conceição.<sup>67</sup>

O cargo de provedor conferia distinção, por ser o principal coordenador dos festejos, e também por possuir contatos com as forças armadas que proporcionava maior grau de *status* pela relação com o poder instituído.<sup>68</sup>

Além das atribuições do provedor, havia aquelas dos membros da irmandade e, conseqüentemente, membros das famílias “tradicionais”. De acordo com depoimento de seu René, tais preparativos eram: bater de porta em porta pedindo doações para auxiliar na festa; enviar cartas-convite para as bandas de música e artistas; montar as barracas e os palanques; enfeitar a rua da capela com bandeirinhas; buscar patrocínios com as casas de comércio da região; buscar a divulgação no Pequeno Jornaleiro<sup>69</sup> ou nas rádios; organizar os leilões de prendas; ornamentar a igreja e os andores da procissão; organizar a primeira comunhão das crianças, entre outros afazeres. De acordo com Ernani:

Olha, a festa aqui, ela era... tinha muitas pessoas com capacidade financeira boa. Meu sogro era uma delas, uma dessas pessoas. Então eles financiavam, ajudavam muito, davam muito dinheiro pra esse negócio todo. [...] Então, o que acontecia: o pessoal armava as barraquinhas na frente das casas, pedia permissão, autorização pro dono pra armar a barraquinha, e as barraquinhas... Na casa ali, quando eu fui barraqueiro, eu vendia, eu fazia churrasquinho, churrasquinho de linguiça, de carne, de galinha, esses negócios assim, eu fazia tudo. Era a minha colaboração com a festa. O que nós arrecadávamos da barraca era pra igreja. Então é diferente de hoje, que a pessoa arrecada pra viver. Mas nós não, aquele pessoal não tinha essa necessidade

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida por RODRIGUES, Moacyr Polli. *Entrevista 13* [dez.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>68</sup> Sobre tal fato, interessa mencionar ainda a existência, no morro, do Quartel Geográfico do Exército. A relação do quartel com os moradores, principalmente à época dos festejos, não foi amplamente explorada nos depoimentos concedidos em 2009.

<sup>69</sup> A Casa do Pequeno Jornaleiro foi fundada em 1940 pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de abrigar e dar formação primária a crianças e adolescentes que distribuíam jornais pela cidade do Rio de Janeiro. Localizada na região portuária, portanto próxima do Morro da Conceição, a instituição era procurada para se pedir apoio na divulgação da festa de Nossa Senhora da Conceição. Mais informações sobre a Casa do Pequeno Jornaleiro em: <<http://fdv.org.br/default.asp>> Acesso em: 28/12/13.

dessa vida. Eles faziam aquilo com intenção da igreja. Nossa Senhora da Conceição era pra igreja.<sup>70</sup>

A participação ativa nos preparativos e na viabilização da festa formava uma rede de significados culturais compartilhados (GEERTZ, 1978), o que permite compreender o espaço festivo como uma arena de disputa, afirmação e diferenciação. De acordo com os entrevistados, a publicização da posição de provedor, de patrocinador ou de auxiliar nos festejos possuía uma função simbólica: a de afirmar seu caráter tradicional e, ao mesmo tempo, a de se diferenciar dos grupos familiares residentes nas ruas mais baixas do Morro da Conceição.

Importa ainda salientar que a exposição dessas atribuições ao público está diretamente relacionada às atividades tidas pelo grupo como masculinas. Eram os homens os principais responsáveis pela organização, o investimento e a divulgação. Durante a festa, eram eles que ficavam nas barraquinhas e também realizavam brincadeiras e leilões. Os entrevistados, ao se recordarem das figuras ilustres que participavam da festa, se lembram dos chefes de família. Segundo René:

Tem pessoas aqui que é impossível, nessas festas, não se lembrarem de pelo menos... Eu talvez seja até injusto em não citar outras pessoas, mas tem o Valter “Barraca”. Era uma pessoa fantástica! [...] E tinha o leiloeiro, o seu Agenor. E o Maninho, também tinha essa figura, o Maninho. Esse homem, ele ganhava, ele deixava ganhar quem ele quisesse. Porque ele arrematava tudo. Se alguém quisesse receber alguma coisa, tinha que pedir pra ele: “Poxa, senão vai ficar muito caro!” Porque qualquer lance ele cobria.<sup>71</sup>

A participação dos homens se relacionava com o espaço público (CAULFIELD, 2000). De acordo com o relato de dona Glória, atual provedora da irmandade e filha de um antigo provedor, a viabilização da festa feita pelos homens chefes de família conferia maior *status* e distinção ao grupo que se considerava mais tradicional. Ela declarou que a festa atual não possui o mesmo brilhantismo de outrora justamente por não mais possuir essa participação masculina tão ativa:

Ah, antigamente tinha muito homem, aqui era um bairro quase de portugueses, e o português, ele é muito católico. Então era fácil botar 20 homens na diretoria.[...] Mas era fácil, eram muitos moradores, muitos senhores assim, que foi acabando. Até o último, que era o seu

---

<sup>70</sup> Entrevista concedida por SCHERER, Ernani. *Entrevista 8* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro.

<sup>71</sup> Entrevista concedida por AZEVEDO, René. *Entrevista 9* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro.

José, ele tocava Ave-Maria manual [colocava o disco para tocar]. Ele abria a igreja às seis horas e tocava a Ave-Maria, tocava tudo.<sup>72</sup>

A participação dos homens na festa era, portanto, tida como importante para os moradores “de cima”. Era mais uma estratégia de afirmação e diferenciação, pois afirmava o espaço público – a rua, o espaço destinado à festa profana – como espaço masculino, organizado pelos chefes das famílias “tradicionais”. As mulheres tinham a sua participação, relacionada com o espaço privado e parte do espaço público – a casa, a igreja. Elas preparavam os pratos doces e salgados e faziam a ornamentação dos andores e da igreja com flores. Contudo, ao lembrar das figuras ilustres, os entrevistados mencionam os homens, aqueles que, publicamente, afirmavam o *status* do seu grupo.

Essas memórias são utilizadas hoje pelo grupo de moradores participantes da festa para manterem a diferenciação com os moradores “novos” ou das partes mais baixas do morro. No entanto, no momento da pesquisa, os entrevistados salientavam que “todos” da comunidade participavam da organização dos festejos, elevando a festa de Nossa Senhora da Conceição à categoria de principal momento de união entre os moradores, o momento em que celebravam não somente sua fé, mas seu pertencimento à comunidade.

## **2. A pesquisa de inventário expressa nas fichas do INRC**

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é a metodologia de pesquisa do IPHAN para os patrimônios imateriais<sup>73</sup>. Sua proposta é inserir os dados coletados na pesquisa em fichas que posteriormente servirão para inclusão das informações numa base de dados. Nesse item do capítulo, desenvolverei uma análise sobre o conteúdo das fichas resultantes do inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, buscando compreender as motivações para a inclusão e a exclusão de certos dados, bem como identificar as demandas do IPHAN e da comunidade expressas no resultado da pesquisa.

No decorrer da análise que será realizada mais adiante, fica claro o engessamento dos objetos que a metodologia do INRC proporciona ao resultado final do

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida por SCHERER, Glória. *Entrevista 7* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro.

<sup>73</sup> Ver capítulo I.

inventário. Outros aspectos que serão abordados são as escolhas dos pesquisadores e do IPHAN em destacar determinados aspectos da pesquisa em detrimento de outros, bem como a forte influência do instituto e dos moradores entrevistados sobre o trabalho dos pesquisadores.

A metodologia do INRC se inicia com o preenchimento da ficha de campo 1 (FC1), que estabelece um mapeamento do que deve ser feito no campo, de acordo com a seguinte ordem: primeiro, elege-se um “sítio”, que, segundo a metodologia, é a abrangência socioespacial de maior influência do bem cultural. O sítio escolhido por mim foi a zona Centro do Rio de Janeiro, que engloba os bairros Centro, Catumbi, Cidade Nova, Gamboa, Paquetá, Santo Cristo e Saúde, esse último onde se localiza o Morro da Conceição.

Em seguida, reúnem-se informações sobre a legislação, bibliografia, mapas, plantas, iconografia, documentos oficiais, relatórios técnicos, levantamentos estatísticos e censos demográficos. Em terceiro lugar, localizam-se pessoas e instituições, preenchendo a ficha Anexo 4- contatos. Em quarto lugar, formula-se um "plano estratégico" ou "mapa-calendário", que nada mais é do que o cronograma das atividades. Numa última etapa, deve-se preencher os formulários (ou fichas do INRC): ficha de identificação de sítio, ficha de identificação de localidades, Anexo2- Registros Audiovisuais, Anexo 3- Bens Culturais Inventariados, e Anexo 1- Bibliografia.

Entre todas as fotografias produzidas pela pesquisa, são escolhidas para entrar nas fichas aquelas que poderiam de certa forma representar com maior riqueza de elementos o bem cultural de cada ficha. A fotografia que escolhi<sup>74</sup> para ilustrar a ficha de sítio (F10) foi a da vista do Centro da cidade, com alguns arranha-céus da avenida Rio Branco, tendo como referência o Morro da Conceição. Importante destacar que a vista do Morro da Conceição que engloba a avenida Presidente Vargas, o edifício da Central do Brasil e o morro da Providência foi deixada de lado nos registros fotográficos. Houve aqui a necessidade de demonstrar a peculiaridade do Morro da Conceição, por se constituir num local que guarda características residenciais apesar da proximidade com o centro comercial e de negócios. Além disso, o desejo dos moradores

---

<sup>74</sup> No decorrer do presente capítulo, quando utilizo o verbo na primeira pessoa do singular, estou me referindo a mim mesma, como pesquisadora, e, quando utilizo a primeira pessoa do plural, me refiro a mim e a Leandro Corrêa.

entrevistados em não terem o morro identificado como uma favela me influenciou na desconsideração da vizinhança com o morro da Providência.



Fotografia retirada da ficha de Sítio (F10). 09/03/10. Foto: Leandro Corrêa.

A ficha possui um espaço para a descrição das características físicas do sítio, como localização; paisagem natural e meio ambiente, e marcos edificados, onde destaquei três bens tombados do morro: o palácio episcopal, a fortaleza da Conceição e a igreja de São Francisco da Prainha, deixando de lado o Jardim do Valongo, que na época se encontrava em mal estado de conservação, e muitos moradores julgavam "perigoso", por lá se encontrarem moradores “novos” indesejados.

No item dedicado à formação histórica, contei a história do Centro do Rio de Janeiro a partir de marcos fundacionais e com foco nos grandes feitos (como a fundação da cidade em 1565 por Estácio de Sá e a transferência da capital de Salvador para a cidade em 1763). Essa parte da ficha me levou a refletir sobre a real finalidade dessa história para a pesquisa, que, ao meu ver, é pouca. Teria sido mais relevante definir o sítio como a zona portuária, e assim focar a história do local relacionando-a com a povoação do morro a partir do século XIX, com a vinda de afrodescendentes e imigrantes portugueses e espanhóis. Além disso, a ficha não oferece um espaço para explicitar as relações entre os moradores e o restante da região, contribuindo para a construção de uma visão sobre o morro como um local isolado do restante da cidade. Minha escolha à época em contar essa versão da história esteve diretamente relacionada à minha situação de pesquisadora contratada pelo IPHAN. Embora não tenha o instituto interferido diretamente nessa escolha específica, a sua influência foi suficiente para que eu procurasse construir um discurso que atendesse às expectativas de seus

representantes. Por ter trabalhado com o instituto desde 2005 e, aos poucos, através das reuniões realizadas com os técnicos do instituto, percebi que a intenção era a de exaltação da festa e da tradição portuguesa.

Uma outra parte da F10 é destinada ao perfil socioeconômico, com dados sobre a população, qualidade de vida, trabalho e renda familiar e educação. Para preenchimento desses campos, recorri à base de dados da Prefeitura do Rio de Janeiro. Outros dados, como plantas, mapas e legislação de proteção patrimonial e ambiental da área também fazem parte da ficha. De acordo com o Manual de Aplicação do INRC, esses dados são importantes para que se estabeleça um mapeamento da situação econômica e social dos indivíduos detentores do bem cultural. Contudo, percebe-se na metodologia uma atenção exagerada a tais dados quantitativos, em detrimento dos espaços destinados aos dados qualitativos e recolhidos em campo. As fichas oferecem mais espaço para os dados quantitativos do que para os qualitativos, não oferecendo uma abertura para análises, mas somente para informações coletadas.

Interessante no preenchimento do final da F10 é a seção “Avaliação e Perspectivas” do local, dividida em “Problemas e Possibilidades” e “Recomendações”. No campo "Problemas e Possibilidades", os problemas que relatei se referem somente ao Morro da Conceição e ao seu entorno, repetindo a retórica do abandono, utilizada também pelos entusiastas da revitalização da zona portuária pela Prefeitura:

O que convenhamos denominar aqui de Zona Centro do Rio de Janeiro apresenta alguns problemas com relação à segurança durante os finais de semana. O entorno do Morro da Conceição, a Praça Mauá e o Largo de Santa Rita se encontram praticamente desertos durante esses dias, enquanto que a maior parte da atenção é dedicada para a região dos Arcos da Lapa, onde bares, restaurantes e boates formam um grande ponto de encontro para os cariocas.

Em seguida, no campo "Recomendações", a revitalização urbana é indicada por mim como solução para o abandono da região:

Recomenda-se uma revitalização cultural e de lazer do entorno do Morro da Conceição, com a devida segurança e estrutura, a fim de despertar o interesse dos consumidores de cultura e entretenimento. Tal feito promoveria ainda o fim da concentração de pessoas em lugares estanques [estagnados] aos finais de semana nesta região.

Finalizei a ficha de sítio com a defesa de uma revitalização da zona portuária, incluindo o Morro da Conceição, a partir do discurso que destaca o abandono do local e

a ameaça ao patrimônio cultural ali existente, e que atenta para o potencial turístico-cultural do lugar. Por estar inserida, desde 2005, em trabalhos com o IPHAN, mesmo não sendo parte do aparelho burocrático, acabei sendo influenciada e repetindo o discurso daquela instituição para a zona portuária. Tal argumento, oriundo de uma instituição federal, estava em consonância com as modificações urbanísticas iniciadas na região em 2009 com o projeto Porto Maravilha, o que confirma a existência de uma aproximação de interesses e discursos entre o poder federal e o municipal.

As fichas de identificação, como são chamadas pela metodologia, são escolhidas de acordo com a natureza do bem inventariado. No caso da Festa de Nossa Senhora da Conceição, a ficha escolhida foi a de identificação de Celebrações (F20). No entanto, apesar dela, decidimos preencher ainda uma outra ficha de identificação: a de Edificações (F30), utilizada para identificar a capela de Nossa Senhora da Conceição. Seu preenchimento foi tido como necessário pela equipe devido às insistentes investidas dos entrevistados em destacar a necessidade de reforma do telhado da capela, como item relevante para a continuidade da celebração.

A F30 apresenta 4 fotografias tiradas pela equipe: uma da fachada, outra da porta de entrada, uma outra do altar e por último do detalhe de uma pintura no teto da capela, representando dois anjos segurando um brasão coroado com a imagem da hóstia sagrada e um cálice dourado. Não há fotografias do estado de conservação precário do telhado nem da fiação elétrica tiradas pela equipe, visto que não tínhamos entre nós um profissional especializado que pudesse analisar a situação. Era necessária, portanto, a análise de um arquiteto ou engenheiro que indicasse as obras e reparos que deveriam ser realizados no local.



Fotografia presente na ficha F30 com vista a partir da porta da capela. 08/12/09. Foto: Leandro Corrêa.



Fotografia presente na ficha F30 da pintura no teto da capela. 08/12/09. Foto: Leandro Corrêa.

Na parte da ficha destinada à descrição arquitetônica, utilizamos informações de um documento<sup>75</sup> de vistoria de um arquiteto do IPHAN, Ricardo Gaspar Kosinski. A vistoria foi solicitada pelo historiador Bartolomeu D'El-rei. No dia 27/05/2009, o historiador encaminhou o pedido de vistoria a Mônica da Costa, assessora de patrimônio imaterial, com o seguinte argumento: "Conforme entendimento com o senhor superintendente, solicito a Vossa Senhoria que designe um técnico para fazer a vistoria no telhado e no forro da igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada no Morro da

<sup>75</sup> Processo número 01500.002293/2009-38.

Conceição". O pedido foi enviado para a arquiteta Meise Caetano Amaral Paes, chefe da divisão técnica, que solicitou ao também arquiteto Ricardo Kosinski que atendesse ao requerimento. Datado de 02/07/2009, o relatório da vistoria técnica realizada entre os dias 29 e 30/06 apresenta as características arquitetônicas da capela, descreve o estado de deterioração do forro e telhado e a falta de proteção da fiação elétrica, alertando para o risco de desabamento e incêndio. Ao final do relatório, o arquiteto Kosinski recomendou:

- 1) Reforma geral da cobertura pois há risco de desabamento;
- 2) Reforma do forro sob o piso do coro e vistoria no barroteamento do piso;
- 3) Revisão geral da instalação elétrica e
- 4) Monitoramento da trinca vertical existente junto ao coro para saber se ela já está consolidada.

Além disso, houve a recomendação de vistoria especializada para avaliar o valor da pintura dos anjos no teto. O documento contém ainda fotografias<sup>76</sup> tiradas pelo próprio arquiteto dos espaços deteriorados do teto e de trincas nas paredes. O resultado da vistoria foi encaminhado no dia 16/07/09 para o historiador Bartolomeu, que no mesmo dia solicitou autorização ao superintendente para encaminhar o relatório à Igreja de Nossa Senhora da Conceição e obteve a anuência. Tal relatório foi anexado à ficha de identificação de edificações. Todo esse trâmite se desenrolou mesmo antes de que a pesquisa de inventário se iniciasse em 28/07/2009, o que comprova que os devotos já haviam entrado em contato com o IPHAN-RJ buscando alguma forma de auxílio para os problemas estruturais da capela, e acabaram conseguindo a atenção do órgão.

Voltando à ficha, a história da capela é contada por mim diretamente ligada à fundação da Devoção Particular a Nossa Senhora da Conceição por famílias de comerciantes portugueses em 1892, tendo início em 1895 a construção da igreja. As fontes que utilizei para contar a história foram os depoimentos dos entrevistados e a documentação da irmandade: atas, livros de irmãos e recortes de jornais. No histórico, eu exaltei a festa de Nossa Senhora da Conceição como o "ritual de maior identificação do grupo de pertencimento à comunidade à qual vive" e, por esse motivo, salientei a urgência de obras de recuperação do telhado e da fiação, sob o risco de descaracterização da festividade. A ficha F30, assim, complementa a documentação de vistoria técnica do arquiteto Ricardo Kosinski, reafirmando a necessidade de reformas

---

<sup>76</sup> As fotografias presentes no relatório do arquiteto Ricardo Kosinski e que constam no material do inventário da festa estão sob a forma de fotocópias (Xerox) e não são bem visualizadas.

no telhado da igreja, desta vez com o argumento segundo o qual a capela constituiria um elemento material essencial para a continuidade da festa de Nossa Senhora da Conceição, defendido como patrimônio imaterial de *toda* a comunidade moradora do morro (grifo meu). Essa postura demonstra, mais uma vez, que eu, como pesquisadora, fui seduzida pelos discursos, tanto dos entrevistados, quanto do próprio IPHAN. Não houve um afastamento necessário à realização da atividade reflexiva com relação ao IPHAN, e ao mesmo tempo me senti na obrigação de dar um retorno à comunidade por ter me auxiliado na pesquisa. Estabeleci uma relação de troca com o objeto e de obrigatoriedade em defender suas demandas (ALONSO, 2001).

A principal ficha do inventário, a de identificação de celebrações (F20) contém os dados da pesquisa acerca da festa de Nossa Senhora da Conceição. A F20 se inicia com algumas fotografias selecionadas por nós, pesquisadores, para ilustrar a festa: uma do bazar da terceira idade; outra dos fieis em oração na ladainha de preparação para a festa, alguns dias antes; outra da procissão, com o andor de Nossa Senhora sendo carregado por mulheres jovens, e, por último, o corte do bolo, símbolo de comemoração, como se fosse o “aniversário” de Nossa Senhora da Conceição.



Fotografia do corte do bolo que consta na ficha F20. 08/12/09. Foto: Leandro Corrêa.



Fotografia da procissão que consta na ficha F20. 08/12/09. Foto: Leandro Corrêa.

Para descrever o local onde ocorre a celebração, dei destaque mais uma vez à necessidade de reformas na capela, buscando reforçar o discurso dos devotos entrevistados. A rua Jogo da Bola, juntamente com a ladeira João Homem, é declarada como uma das principais do morro e por onde passa a procissão. Alguns entrevistados informaram que "antigamente" a procissão descia o morro, mas hoje só passa por essas duas ruas, para que os idosos não sofram com a subida na volta. Interessante essa ligação da rua como representativa do grupo tradicional e determinante para a festa. A ladeira João Homem, ainda que possua moradores tradicionais, não o é tanto quanto a rua Jogo da Bola (COSTA, 2012) e, desta forma, somente seu início é percorrido pela procissão. Portanto, o maior destaque é dado à rua onde se localizada a igreja, e onde residem os moradores mais "antigos" e tidos como portadores da tradição portuguesa e católica.

Descrevi a organização do espaço como feito pelos moradores, ao pendurarem bandeirinhas brancas e azuis (cores de Nossa Senhora, segundo a tradição católica) e, desde 2009, a montagem de um tapete decorativo de flores, sementes e outros elementos aos pés da imagem da Conceição, na praça Major Valo, pela artista plástica Adrianna Eu, moradora da rua Jogo da Bola.

Na F20, contei o histórico da festa a partir da fundação da irmandade, mais especificamente da Devoção Particular a Nossa Senhora da Conceição, em 1892. Na ficha, salientei que, por se tratar de uma organização de famílias de imigrantes portugueses, e não de uma irmandade negra, o grupo não foi perseguido nem condenado pela Igreja Católica, que, a partir da segunda metade do século XIX, desejava minimizar

o caráter profano das festividades promovidas pelos devotos negros<sup>77</sup>. Contudo, o texto que redigi para a F20 lembra também que, durante o século XIX, houve diversas tentativas da Igreja Católica em enquadrar os ritos do catolicismo popular (não somente aquele relacionado às irmandades negras), reformando sua prática e moralizando seus membros e fieis, bem como fortalecendo os vínculos com os sacramentos e com a figura de Jesus Cristo e Nossa Senhora em prol dos santos mais populares<sup>78</sup>. Utilizando como fonte as atas da irmandade<sup>79</sup> e o depoimento do senhor René Azevedo, descrevi a festa de Nossa Senhora da Conceição do início da segunda metade do século XX como um evento com muita pompa, pois muitos moradores com boa situação financeira investiam e faziam doações, proporcionando a presença de cantores, bandas de música, seguranças, divulgação e montagem de barraquinhas. No dia da festa, também ocorria a primeira comunhão das crianças do morro. Por esse motivo muitos idosos devotos da atualidade possuem uma ligação afetiva com a capela, por ter sido o local onde fizeram seu catecismo e sua primeira comunhão.

Ao descrever a festividade no ano da pesquisa de inventário, a classifiquei no texto como "bem mais simples", por se restringir principalmente aos festejos internos ou religiosos, e não se ater aos festejos que possuíssem maior interferência no espaço da rua, como as barraquinhas, shows e leilões de outrora. Três dias antes de 8 de dezembro, a igreja abre para os devotos rezarem ladainhas de preparo espiritual. No dia da festa, a igreja e os andores são ornamentados com flores. Os andores são o de Nossa Senhora da Conceição – que vai à frente, carregado apenas por mulheres vestidas com opas azuis –, em seguida, o andor com o Sagrado Coração de Jesus e o com São Sebastião, ambos carregados por homens vestindo opas vermelhas.

Atualmente, desde 2013, há ainda outro andor, do Menino Jesus carregado por crianças, devido ao pagamento de uma promessa feita por Peri, irmão do artista plástico Marcelo Frazão, Tanto Peri quanto seu irmão Marcelo são moradores da ladeira João Homem. Em 2013, Peri pediu a dona Glória a permissão de incluir, montar e enfeitar o andor para a procissão, além de prover as opas que as crianças que carregariam o andor

---

<sup>77</sup> Informação retirada da obra de ABREU, 1999.

<sup>78</sup> Idem, 1999.

<sup>79</sup> Foram analisados dois livros de atas presentes no arquivo da capela. Um possui as descrições das reuniões ocorridas com os membros da irmandade desde 1903 até 1916. O outro vai do ano de 1930 a 1957. Neles, há a descrição de reuniões que ocorriam antes das festividades, destacando os preparativos e as atribuições que cabiam a cada irmão, e também há as descrições de reuniões que ocorriam após a festa, com a contagem do dinheiro arrecadado com as barraquinhas e doações.

iriam vestir. Interessante que a procissão possa sofrer modificações, desde que sejam aprovadas por dona Glória. As mulheres jovens que carregam o andor principal da procissão são todas parentes de dona Glória. É por ela que passam todas as decisões sobre a procissão e a capela, é dela a palavra final sobre tudo o que se relaciona à festa, e foi através dela que os pesquisadores conseguiram contatos para serem entrevistados. A figura de dona Glória possui reconhecimento e poder, diretamente ligados à ideia de tradição no local.

Na seção da F20 sobre "Narrativas e representações", selecionei trechos das entrevistas sobre a festa. Outras seções são destinadas a elencar as etapas do festejo (preparação, salva de fogos, missa, procissão, finalização); os principais participantes e suas funções (provedor, comunidade, padre e equipe e jovens da comunidade); capital e instalações (capela); matérias-primas e ferramentas de trabalho (flores); comidas e bebidas (bolo); objetos e instrumentos rituais (medalhinhas, andores e imagens); trajes e adereços (opas); músicas e orações (ladainhas e cantos de adoração), atividades após a execução (arrumação da capela). As seções "instrumentos musicais" e "danças" foram preenchidas com "não consta". Na seção destinada à descrição do público da celebração, o descrevi como "toda a comunidade", incluindo ainda antigos moradores que não mais viviam no local e que retornavam para participar da festa.

O inventário conta ainda com as fichas de anexos: o anexo 1- bibliografia, o anexo 2- registros audiovisuais, o anexo 3- bens culturais inventariados, o anexo 4- contatos e as fichas de artefatos isolados. Essas fichas de anexos fazem parte do que, segundo o manual de aplicação do INRC, é chamado de "Levantamento Preliminar". O manual recomenda que tais fichas sejam preenchidas antes da pesquisa de campo, e com o objetivo de guiá-la. No entanto, não houve essa possibilidade no decorrer do trabalho: os anexos acabaram sendo preenchidos no decorrer da pesquisa.

A ficha "Anexo 1- bibliografia" deve conter o resultado do levantamento bibliográfico da pesquisa, composto não somente de livros, mas também de artigos e documentos. É dividida pelo "tipo" de referência bibliográfica: livros e outras publicações não seriadas; publicações seriadas; pequenos impressos (folders, cartazes, etc); e textos inéditos, relatórios técnicos e manuscritos. Todas as referências devem fornecer palavras-chave no campo "assunto", e um local onde elas possam ser encontradas.

No caso do inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, o local onde todos os livros, publicações seriadas e não seriadas podiam ser encontrados ficou descrito como a Biblioteca Nacional. Nesse caso, não houve um rigor para indicar o lugar onde essas obras pudessem ser encontradas, pois isso não foi julgado por nós como relevante para a pesquisa, como o é indicar o local onde se pode encontrar documentação específica ou fontes audiovisuais, por exemplo. Essa informação deve ser julgada relevante para o IPHAN, pois consta na sua metodologia de inventário, mas nós, como pesquisadores, não nos ativemos a esse dado, e não houve um posicionamento contrário a essa nossa atitude por parte da assessoria de patrimônio imaterial do Rio de Janeiro.

Na lista de pequenos impressos, inscrevemos cartazes das festas de 2008 e 2009 (ambos iguais, somente mudando a data); o cartaz do Projeto Mauá, que contém um mapa do Morro da Conceição; recortes de jornais anunciando a festa (encontrados no arquivo da igreja, sem data) e o Livro de Compromisso da Irmandade de 1907. O livro de compromisso é um documento oficial da irmandade onde constam todos os deveres e direitos das pessoas associadas a ela. Ele não consta na seção de “textos inéditos” porque é um documento que pode ser encontrado em outros locais (como no arquivo da Cúria Metropolitana) além do arquivo particular da capela.

Na seção "textos inéditos, relatórios técnicos e manuscritos" incluí os documentos encontrados no arquivo da irmandade, como livros-caixa, atas e estatuto. Não houve a inclusão de textos como o caderno de campo, pois não havia uma total compreensão de que tipo de documentos se encaixariam na descrição "relatórios técnicos", tomando-os como somente aqueles que poderiam, mais à frente, ser consultados e, dessa forma, os cadernos de campo não foram adicionados. Essa compreensão dos tipos de documentos que deveriam ser incluídos nessa seção deveria ter sido passada pela assessoria de patrimônio imaterial. Contudo, a metodologia do INRC era um instrumento novo também para a assessoria, que igualmente tinha dúvidas quanto ao preenchimento das fichas. Dispúnhamos do manual de aplicação do INRC, que muitas vezes não apresentava explicações detalhadas sobre como utilizar a metodologia. Tanto os pequenos impressos quanto os textos inéditos e outros foram colocados como podendo ser encontrados no Arquivo do IPHAN ou da Igreja.

A ficha Anexo 2 divide os registros audiovisuais em dois tipos: fotografia e artes visuais, de um lado, e vídeos, de outro. Nela, deve-se listar não apenas os registros realizados durante a pesquisa de inventário, mas também outros que forem sendo encontrados durante o campo. Por esse motivo, optamos por incluir tais registros feitos pelos moradores através da "cópia": eram realizadas, com a autorização dos detentores, fotografias de suas fotografias. Assim, não somente esses registros estariam listados, mas poderiam ser analisados através dessas cópias. Assim, há cópias de fotografias de festas ocorridas de 2005 a 2008; uma foto da primeira comunhão da senhora Vera Santos, na capela, e da lembrancinha e do livro de orações também da primeira comunhão; uma foto com mulheres membros da irmandade datada de 1895; uma foto com os homens do mesmo ano; fotos de fragmentos de panfletos de festas passadas, sem data. Fora essas, as outras fotografias, produzidas por nós em 2009, apresentam as etapas da festa, partes da capela e itens religiosos que entraram na ficha de artefatos isolados. Em "vídeos", há os vídeos de todas as entrevistas, da preparação da festa, de ladainhas que ocorreram dias antes, da procissão, da missa e dos momentos finais da festividade. Nesse caso, não há cópias de vídeos de festas passadas.

O "Anexo 3- bens culturais inventariados" divide os bens de acordo com as categorias desenvolvidas pela metodologia do INRC: Celebração, Edificação, Forma de Expressão, Lugar ou Ofício. No caso desse inventário, listei bens elencados somente como Celebrações, Edificações e Lugares. Cada bem possui uma ficha onde são especificadas informações, como sua denominação, descrição, condição atual (vigente/integro, memória ou ruína), os registros audiovisuais que foram realizados ou recolhidos durante a pesquisa sobre esse bem específico e listados no Anexo 2 (informando assim o código de localização desses nessa ficha), e os Contatos que se relacionam com o bem em questão (com o código localizador no Anexo 4-contatos).

O objetivo dessa ficha é mapear os bens culturais que se relacionam com o bem objeto da pesquisa de inventário. Ela foi sendo preenchida aos poucos, durante toda a pesquisa, e não somente no levantamento preliminar, como sugere o manual de aplicação do INRC. Isso porque somente após o trabalho de campo, as entrevistas e a pesquisa documental e bibliográfica que pude identificar quais bens da localidade eram mais representativos para o grupo específico de moradores participantes da festa, de acordo com o que os próprios entrevistados destacavam.

Entre as Celebrações, estão listadas: a própria festa de Nossa Senhora da Conceição, o Pagode da Pedra do Sal, o bloco carnavalesco Escravos da Mauá, o Dia Internacional do Samba, o Projeto Mauá e a Festa de São João. As Edificações listadas foram: a Capela de Nossa Senhora da Conceição, o Palácio Episcopal, a Fortaleza da Conceição, a Igreja de São Francisco da Prainha e o Observatório do Valongo. Por fim, como Lugares, foram citados a Praça Major Valo, a Rua do Jogo da Bola, a Pedra do Sal e a Casa de Cultura do Morro da Conceição.

As descrições de cada bem são breves, somente a título de rápida informação. Entre os bens, em sua maioria, o contato relacionado é dona Glória Scherer, indicando assim seu papel central na pesquisa. Os bens como o Pagode da Pedra do Sal, o Dia Internacional do Samba e o bloco Escravos da Mauá possuem dona Vera Santos como contato, por ter sido a principal entrevistada que citou e destacou a importância desses para o cotidiano dos moradores. Cabe salientar que dona Vera reside na parte mais baixa do morro, próximo à Pedra do Sal e, junto com dona Dejanira (moradora do morro da Providência, mas com parentes no Morro da Conceição), formava as únicas negras do grupo de senhoras Eterna Juventude. A partir da localização de sua moradia e do fato de ser negra, não é de se estranhar a menção de dona Vera aos eventos que ocorriam na Pedra do Sal (Dia Internacional do Samba e Pagode) e na base do morro (bloco Escravos da Mauá). Embora seja uma moradora “antiga”, dona Vera possui ligação com as partes mais “baixas” do local e com o cotidiano desses moradores.

A Festa de São João apresenta como contato o senhor Moacyr Polli Rodrigues, e é o único bem caracterizado como “memória”, pois não mais ocorre no local. De acordo com a metodologia do INRC, os bens identificados como “memória” são aqueles que não são mais vigentes no momento da pesquisa, mas que estão presentes nas narrativas dos entrevistados. Juntamente com o senhor René de Azevedo, Moacyr foi o que mais citou essa festividade, fornecendo fotografias antigas e comparando-a com a festa de Nossa Senhora da Conceição, observando que essa última possuía uma conotação mais séria, mesmo com a realização dos festejos profanos. A descrição da Festa de São João por esses dois moradores é rica, e se encontra nas transcrições de suas entrevistas, mas não foi explorada nas fichas do INRC, pois meu entendimento naquele momento foi o de que o destaque maior deveria ser dado à festa de Nossa Senhora da Conceição. Não percebi o quanto talvez essas duas festividades pudessem se conectar de forma a representar mais um fator de sociabilidade do grupo de devotos.

A Capela de Nossa Senhora da Conceição é o bem de maior destaque entre os que elenquei como Edificações, pois era minha intenção frisar a relação entre a manutenção da capela e a permanência da festa ao longo dos anos. Isso devido à insistência dos moradores em falar sobre a necessidade de reforma no telhado, citado por todos durante conversas e até mesmo durante algumas entrevistas. Aos poucos, os moradores conseguiram me convencer e me colocar ao lado deles na defesa pela reforma no telhado.

O Observatório do Valongo, embora faça parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também foi citado pelos entrevistados. Segundo Costa (2012), a presença da universidade no local reforça o discurso dos moradores da parte alta de que o morro não possui características de favela.

A igreja de São Francisco da Prainha não foi mencionada pelos moradores, tendo sido incluída por se tratar de um bem tombado que representa a tradição católica. À época do inventário, essa igreja se encontrava fechada com risco de desabamento do telhado, o que ocorreu poucos anos depois. Atualmente, ela está sendo reformada e restaurada, não pelo IPHAN (como deveria ser, no caso de um bem tombado), mas pelo consórcio Porto Novo, o que comprova mais uma vez a aliança entre o poder federal e o municipal no que tange às intervenções e revitalizações urbanas na região. No dia 16/01/2015, consegui tirar algumas fotografias da igreja e da reforma interna<sup>80</sup>. O funcionário que estava no local me confirmou que a reforma estava sendo feita pela empresa Porto Novo.

Defini a praça Major Valo e a rua Jogo da Bola como Lugares, e estão em destaque no Anexo 3 por serem locais por onde passa a procissão e também espaços de sociabilidade dos moradores da parte alta.

A Casa de Cultura do Morro da Conceição, situada nas imediações da igreja São Francisco da Prainha, foi citada pela dona Glória como o local onde eram oferecidas atividades culturais para os moradores, mas nada mais foi dito, e não houve um aprofundamento sobre esse item. Cabe informar que a orientação que tínhamos da assessoria de patrimônio imaterial era a de conduzir as entrevistas visando ao

---

<sup>80</sup> Por não possuir autorização do IPHAN-RJ nem do consórcio Porto Novo, tais fotografias não foram incluídas no presente trabalho.

preenchimento das fichas. Ou seja, eram as fichas que orientavam como a pesquisa seria feita, e não a pesquisa que iria orientar o que entraria como dados nas fichas.

Após alguns anos, já como moradora, pude perceber que a Casa de Cultura reunia as obras assistencialistas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, a Vlot. Atualmente esses imóveis estão fechados e a Casa foi desativada. Em conversa informal que tive com dona Glória no ano de 2015, ela me informou que os imóveis onde antes ocorriam as obras assistencialistas da Vlot se encontram, nas suas palavras, “invadidos”. A entonação e a própria declaração de dona Glória deixou claro que não há uma simpatia da sua parte com relação aos ocupantes desses imóveis, que fazem parte dos moradores das partes “baixas”.

Já o “Anexo 4-contatos” é dividido em fichas menores, onde devem ser incluídos dados sobre contatos que, num primeiro momento, pareçam ser relevantes para a pesquisa. No entanto, não preenchi o do inventário da festa dessa maneira, incluindo, nesse anexo, somente os contatos daqueles que haviam sido entrevistados. Antigos moradores que não mais viviam no local e que participavam da festividade, e alguns moradores novos que participavam da festa poderiam ter sido incluídos nessa ficha, mas não o foram por uma questão prática de delimitar os informantes somente entre aqueles que participaram das entrevistas.

Em cada pequena ficha do Anexo 4 há um espaço para colocar o nome completo, como a pessoa é conhecida na localidade, se foi entrevistada, endereço, telefone, desde quando mora no local, ocupação, o bem cultural ao qual está relacionada e um espaço para observações. A existência de um campo destinado ao tempo em que a pessoa vive no local reforça a ideia de que o IPHAN se preocupa com os moradores mais antigos.

Incluí ainda outros contatos, sem que se constituíssem pessoas, como a igreja, a Biblioteca Nacional e o arquivo da superintendência do IPHAN. Tais inclusões foram feitas tendo em mente que os dados das fichas deveriam se cruzar, pois, segundo orientação da assessoria de patrimônio imaterial, deveriam entrar futuramente num banco de dados.

Por fim, as fichas de artefatos isolados se destinam ao inventário de objetos importantes para o bem cultural. Elas não faziam parte do manual de aplicação do

INRC, mas foram desenvolvidas devido à necessidade de algum outro trabalho de inventário, e a assessoria de patrimônio imaterial do IPHAN-RJ desejou incluí-las no inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição, levando em consideração o papel relevante das imagens para a crença católica. Essas fichas foram preenchidas por uma museóloga indicada pela assessoria de patrimônio imaterial para fazer esse trabalho, mesmo sem ter participado da pesquisa como um todo. Essa museóloga visitou a capela uma única vez para realizar esse trabalho, que foi pedido pela assessoria com poucos dias para a entrega de todo o material de inventário. Ou seja, essas fichas de artefatos isolados não faziam parte do cronograma inicial e acabaram sendo preenchidas rapidamente devido a uma exigência realizada quando o prazo de entrega era curto. Além disso, seria necessário que a museóloga tivesse participado da pesquisa de campo, bibliográfica e das entrevistas, para que tivesse uma visão mais crítica e abrangente do bem cultural.

A museóloga não aprofundou a discussão sobre a relação dos devotos com as imagens inventariadas, que poderia ter sido uma das abordagens nesse caso. Mesmo com partes da ficha destinadas a tratar do assunto ("relação com o bem cultural", "práticas sociais vinculadas ao artefato", "narrativas associadas ao artefato" e "histórico, transformações e sentidos"), as informações que relacionavam os artefatos com a comunidade foram insuficientes, pois o que o preenchimento destacou foram os aspectos artísticos e de confecção dos artefatos, como autoria, origem étnica, características gerais, dimensões, matérias primas, técnicas de fabricação e estado de conservação. Cada ficha de artefatos isolados contém ainda uma fotografia do item em questão, sendo que cada ficha corresponde a um artefato: Imagem de Nossa Senhora da Conceição (altar), Imagem de Nossa Senhora da Conceição (procissão), Imagem do Sagrado Coração de Jesus, Imagem de São Sebastião, placa da Devoção Particular de Nossa Senhora da Conceição (fundação da Igreja), placa de reconstrução da igreja e vitral do Sagrado Coração de Jesus.

A ficha foi preenchida dando uma atenção demasiada aos aspectos materiais e artísticos dos itens, quase que praticamente ignorando as suas características de mediadores entre os devotos e a divindade, e as suas relações com a comunidade participante da festa e com a própria festa. Tal postura alerta para a dificuldade, não somente dos pesquisadores, mas também do IPHAN (pois as fichas passavam pela revisão dos técnicos da instituição) em desviar o olhar das características materiais dos

objetos e levar em consideração o seu valor simbólico. A imposição para que essas fichas de artefatos isolados fossem preenchidas estava relacionada provavelmente à necessidade de se construir um documento de referência sobre os bens pertencentes à capela que pudesse ser utilizado no caso de ameaça de descaracterização, com o desabamento do telhado. Digo aqui “provavelmente” porque muitas vezes as ordens da assessoria de patrimônio imaterial não vinham acompanhadas de explicações, e não havia uma abertura para um diálogo sobre as brechas da metodologia.

Sobre a relação da comunidade com as imagens, cabe citar um fato relacionado, quando o então superintendente Carlos Fernando Andrade tentou trazer de volta a imagem “original”, da qual os moradores devotos não possuem conhecimento. De acordo com Carlos Fernando, em entrevista a mim concedida, a capela que existia dentro da fortaleza da Conceição foi desativada quando o Quartel Geográfico do Exército (então Serviço Geográfico Militar) tomou posse do edifício em 1917 e, com isso, a imagem que lá ficava, datada do século XVII, foi enviada para o Museu da Cúria de São Paulo e, posteriormente, para o Museu de Arte Sacra de São Paulo. A ideia do superintendente era trazer de volta a imagem para o morro. Em suas palavras:

Ela está no Museu de Arte Sacra de São Paulo, então eu comecei a fazer uma movimentação na época para retornar. Se existe esse movimento da Unesco de você retornar com as obras artísticas dos países, por que não das cidades também? Ainda mais que eu acho que ali tinha uma devoção muito forte com relação a Nossa Senhora da Conceição, que é o nome do local, a comunidade ainda se organiza em torno dela. Então acho que seria uma coisa muito importante.

Durante a festa de Nossa Senhora da Conceição de 2010, da qual participei, já com o inventário finalizado, Carlos Fernando anunciou à comunidade essa iniciativa, a qual foi aceita, mas sem muito entusiasmo. Até o presente momento, a imagem não retornou, e os devotos não se organizaram para exigir a sua volta, conforme prometido. Tal reação dos moradores se verifica talvez porque a referida imagem está relacionada com a capela que foi fundada no século XVI, e não com a capela que existe atualmente na rua Jogo da Bola, datada do século XIX. Suas festas e missas sempre ocorreram na igreja mais nova, e é a ela e às imagens que ali se encontram que os devotos estão ligados. Percebe-se então uma falha de comunicação entre o IPHAN (representado, nesse caso, na figura de Carlos Fernando) e a comunidade, e a tentativa, por parte da instituição, em promover um resgate cultural, ligando o presente dos moradores a um passado colonial português.

A análise detalhada das fichas preenchidas pela equipe para o inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, realizada no presente trabalho, evidenciou a necessidade de flexibilização do formato da metodologia do INRC, que acaba por forçar um engessamento da riqueza e multiplicidade do objeto. Apesar da liberdade que tínhamos no preenchimento das fichas (causada não somente pela falta de orientação, mas também pelo desconhecimento por parte da assessoria de patrimônio imaterial em como preenchê-las), a própria metodologia do INRC, ao incluir as práticas culturais imateriais em fichas, acaba por produzir uma visão estável, sem um aprofundamento sobre seus papéis na conjuntura social. Falcão (2011), em sua tese sobre o registro do jongo, critica a metodologia do INRC por essencializar o objeto de estudo:

A maneira como os dados são exibidos sem referência às fontes consultadas, aos informantes, à situação de coleta, ao coletor e ao modo de obtenção acaba contribuindo para sua essencialização. A informação aparece aqui deslocada e completamente fora do contexto de sua produção, operação que acaba por sobrecodificar os itens apontados. Se nos basearmos apenas nos dados contidos nessas fichas podemos ser levados a entendimento equivocado dos itens apontados. (p.208).

Por outro lado, os cadernos de campo eram mais ricos no que se refere à análise aprofundada do objeto e suas peculiaridades. Um exemplo são as estratégias de diferenciação entre moradores da “parte alta” e da “parte baixa”, algo evidente nos cadernos de campo, mas suprimido das fichas, por não haver um local específico onde essas informações pudessem ser incluídas, e também por não ser de interesse do IPHAN (e também nosso, tanto pela influência do próprio instituto quanto pela dos moradores) que tais conflitos fossem explicitados. Nas fichas preenchidas por nós, o ideal de comunidade unida e estável prevalece, numa tentativa de apresentar uma comunidade sem conflitos, como se essa “boa imagem” do local e de seus habitantes fosse necessária para angariar projetos futuros de salvaguarda. Essa perspectiva também esteve presente em outros projetos de inventário nos quais trabalhei<sup>81</sup>. Tal visão neutra da cultura acaba por desenvolver políticas culturais nas quais os problemas políticos são apagados,

---

<sup>81</sup> No projeto de inventário da Feira de São Cristóvão ocorreu uma situação que ilustra bem essa necessidade de apresentar um objeto estável. Em uma das entrevistas, o diretor cultural da Feira, Carlos Botelho Marabá, havia reclamado de várias questões do local, evidenciando os conflitos que permeavam as relações. Ao saber disso, a assessora de patrimônio imaterial convocou uma reunião com Marabá indicando que ele deveria fazer outra entrevista, pois era necessário que uma “boa imagem” da feira fosse passada ao comitê (que julgava se os bens seriam registrados ou não) em Brasília. Assim, foi feita outra entrevista, e a assessora exigiu que a equipe descartasse a entrevista anterior.

dando a impressão perigosa de que “fosse possível esquivar-se de pagar o preço global de toda mudança em qualquer setor que seja” (CERTEAU, 2012b:200).

Por outro lado, os cadernos de campo não fizeram parte do material que foi entregue ao final do inventário. Parte deles foi incluída algumas vezes nos relatórios mensais da pesquisa. Contudo, após reclamações por parte da assessoria de patrimônio imaterial sobre a extensão dos relatórios, pelo motivo de que os mesmos “não seriam lidos”, passei a escrever relatórios mais curtos, apenas elencando as atividades realizadas em cada mês. De fato, esses relatórios faziam parte de uma formalidade burocrática, e serviam menos para a pesquisa em si e mais para o setor financeiro de liberação dos recursos. Ao comparar os dados contidos nas fichas e nos cadernos de campo, Falcão (2011) mais uma vez critica a descrição contida nas fichas:

Ao comparar esses dados com as informações contidas nos relatórios de campo, nas entrevistas, nos depoimentos, colocando-os em perspectiva a partir de minha própria experiência acompanhando os grupos em eventos, reuniões, encontros, festas, seminários, apresentações, etc., fica evidente que a descrição dos itens é bastante genérica. (p.208).

O formato das fichas da metodologia do INRC, ao aplicar categorias genéricas a bens culturais diferenciados, acaba levando a avaliações superficiais dos objetos de estudo. A análise das fichas do INRC da festa de Nossa Senhora da Conceição, que realizo aqui no presente trabalho, demonstra a redução que a metodologia impôs à pesquisa. Ao instituir espaços estanques e categorias gerais, as fichas mascaram a realidade do campo e impedem o aprofundamento do trabalho reflexivo e crítico. Além disso, a forma como as fichas foram preenchidas (incluindo dados algumas vezes irrelevantes para a pesquisa, ou apenas incluindo-os a título de informação, não realizando nenhum ou pouco tipo de análise) revela uma dificuldade por parte dos de nós, pesquisadores, e dos técnicos do IPHAN-RJ em compreender o formato e as propostas do INRC. Segundo Veena Das & Deborah Poole (2004), as leis e regras presentes nos modelos das instituições não são entendidas pelos próprios indivíduos que representam essas mesmas instituições e que são encarregados da implementação dessas mesmas regulações.

A falta de diálogo dos pesquisadores com a assessoria de patrimônio imaterial no que tange aos métodos da pesquisa pode ser compreendida através do que Bourdieu (2011) denomina “retórica do oficial”: ao serem investidos da missão de interesse geral

e de desinteresse próprio, os burocratas trabalham sem cessar para que seus pontos de vista sejam constituídos como legítimos, ou seja, universais.

As fichas documentam ainda que a dinâmica do processo de patrimonialização envolveu não somente o IPHAN-RJ, mas também os interesses e articulações da prefeitura da cidade. No momento da abertura do inventário, em 2009, o Morro da Conceição e toda a região portuária estava sendo alvo de interesse por parte da prefeitura para a implantação do projeto de revitalização Porto Maravilha. Segundo Correia (2013), os discursos na imprensa e relatórios do Instituto Pereira Passos de 2003 davam como justificativa para a intervenção o fato de a zona portuária se configurar numa área degradada, pouco habitada e, quando habitada, por população de baixo poder econômico. Essa “retórica do abandono” também está presente no resultado da pesquisa de inventário da festa, onde defendo a necessidade de reformas na região. Mais além, o estímulo à valorização de uma atividade cultural relacionada com as famílias herdeiras da tradição portuguesa atesta o meu interesse e o do IPHAN em destacar quais são os “verdadeiros” detentores da memória local, em detrimento daqueles considerados indesejados, numa tentativa em construir a imagem da região. As ações do patrimônio na região portuária são utilizadas, portanto, não somente como forma de reconhecimento e valorização, mas também para realizar mediações políticas. Como observa Canclini (2008), o patrimônio se apresenta como força política a partir do momento em que ele é teatralizado e vivido, através das comemorações, dos monumentos e dos museus.

O interesse explícito do IPHAN-RJ em afirmar a necessidade de revitalização da zona portuária e em valorizar as expressões culturais dos moradores do Morro da Conceição herdeiros da tradição portuguesa – não somente da festa, mas também expresso nas outras iniciativas do instituto, descritas no capítulo II, como a proposta de tombamento do morro, o projeto de realização de um vídeo-documentário, o projeto de arqueologia na fortaleza da Conceição e o projeto de educação patrimonial – marca não somente o jogo de alianças e interesses relacionados com a prefeitura, mas também o uso da patrimonialização como recurso ao fomento do turismo cultural. Nas palavras de Correia (2013):

O patrimônio como recurso serve tanto ao fomento do turismo através de sua visitação quanto à cidadania, com a elevação da autoestima da população ao sentir a preservação de seu passado e da sua imagem, o

que se justifica para além de quaisquer interesses individuais: ‘mesmo o sagrado direito de propriedade – e é evocada em nome de valores coletivos, como interesse público’ (LUZ, 2008:162). Deste modo, como aponta Luz, tais políticas patrimoniais podem construir consensos com facilidade, justificando as intervenções no espaço público. (pp.107-8).

Os interesses do IPHAN-RJ, portanto, coadunavam-se com os da prefeitura da cidade, no sentido de estabelecer uma imagem local relacionada a um passado português e a necessidade de reformas que viessem a proteger os vestígios desse passado da ameaça de degradação, devido ao abandono da região. A exaltação do passado português acompanhada da tentativa em ocultar a diversidade e os conflitos presentes no local leva a uma folclorização das representações coletivas, tendo em vista a produção voltada à rentabilidade econômica e a construção da sociedade do espetáculo (CERTEAU, 2012b).

### **3. O “telhado de vidro”: a Salvaguarda**

No decorrer da pesquisa de inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição, nós tomamos determinadas decisões (como a inclusão de discursos específicos em detrimento de outros) para que não houvesse um conflito com os agentes e instituições envolvidos (no caso, o IPHAN, os moradores devotos e a prefeitura). Mais além, nos encontrávamos na fronteira entre o Estado e sociedade (MITCHELL, 1999), e acabamos influenciados por ambos, o que nos levou a tentar conciliar, no resultado da pesquisa, as demandas e expectativas desses dois agentes.

Ao finalizar o inventário, no dia 16/03/2010, o material entregue foi armazenado na sala da assessoria de patrimônio imaterial, e lá se encontrava até fevereiro de 2014, quando visitei o local pela última vez. Durante a pesquisa para o mestrado, visitei algumas vezes a sede do IPHAN no Rio de Janeiro em busca do material. Na primeira visita, me dirigi ao arquivo da instituição, mas não encontrei nada que se relacionasse com o inventário da festa. A funcionária que me atendeu ainda me alertou sobre a necessidade em pedir à comunidade do Morro da Conceição a autorização para utilizar o material, visto que era propriedade deles, e não do IPHAN. Tal declaração fazia sentido, de acordo com o Manual de Aplicação do INRC. No manual, embora não seja dito abertamente que o material da pesquisa é de propriedade das comunidades

envolvidas, é frisada a necessidade de participação dos sujeitos detentores dos bens no desenvolvimento da pesquisa:

recomendo<sup>82</sup> vivamente que as equipes de campo do inventário incluam, além de especialistas e técnicos, pessoas do lugar que possam futuramente ser os interlocutores do IPHAN no trabalho de manutenção e realimentação desses acervos de informação. (IPHAN, INRC, 2000:35).

Apesar disso, nenhum dos devotos que participaram da pesquisa chegou a visualizar o seu resultado, a não ser dona Glória que, dois anos depois, já minha vizinha, me pediu um exemplar do dossiê do inventário.

Após não ter encontrado o material do inventário, me dirigi à sala da assessoria de patrimônio imaterial e descobri que o mesmo lá se encontrava. Ao questionar o porquê de o material não ter sido enviado para o arquivo, recebi a informação de que o local era desorganizado. Perguntei então como pesquisadores interessados poderiam ter acesso a este e a materiais de outros inventários, ao que me foi respondido que era necessário entrar em contato por e-mail para marcar um horário de visita à sala da assessoria.

Desde o início do meu trabalho com o IPHAN em inventários, os técnicos me informaram que as fichas do INRC possuíam tal formato devido à necessidade de cruzamento de informações para um futuro banco de dados. Dessa forma, o resultado do inventário ficaria disponível para a pesquisa através da internet. No entanto, até o momento, nenhum dos inventários nos quais trabalhei foram incluídos numa base de dados. Um dos bancos de dados do IPHAN é o de Bens Registrados<sup>83</sup>, que contém informações como descrição, fotografias e o dossiê de registro. Mas não há nada sobre os bens que foram somente inventariados.

Essa situação vai justamente de encontro à proposta do próprio IPHAN e da metodologia do INRC, que pretende desenvolver uma pesquisa de inventário não somente para recolher dados que possam contribuir para ações futuras de salvaguarda, mas também de desenvolver um estudo que esteja disponível para a sociedade como um todo.

Denominei a salvaguarda da festa de Nossa Senhora da Conceição de “telhado de vidro” para deixar clara a fragilidade do processo de inventário, no que diz respeito

---

<sup>82</sup> Nesse caso, o sujeito da frase é Antônio Augusto Arantes Neto, idealizador da metodologia do INRC, sobre o qual comentei no capítulo I, ao relatar sobre a criação da metodologia.

<sup>83</sup> O banco de dados dos Bens Culturais Registrados pode ser acessado através do link: <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/indexE.jsf>

às contrapartidas para a comunidade e à relação delicada entre o IPHAN e os detentores dos bens culturais. E também porque a reforma do telhado da capela foi o principal alvo da ação de salvaguarda da festa.

A salvaguarda pode ser entendida como uma série de ações que buscam assegurar a continuidade e a transmissão dos bens inventariados. É o conhecimento gerado durante os processos de inventário e registro que possibilita a elaboração dessas ações, que podem ser desde ajuda financeira até auxílio na organização comunitária e ações de educação patrimonial. De acordo com as recomendações internacionais<sup>84</sup> e com a política de patrimônio imaterial brasileira, as ações de proteção e salvaguarda devem ser elaboradas conjuntamente com as comunidades, e aplicadas com a sua aprovação. Segundo tais documentos, somente dessa forma as ações serão procedentes.

Ao analisar o material de inventário e ao observar a trajetória da pesquisa, fica claro que a ação de salvaguarda de maior expectativa dos entrevistados era a reforma do telhado da capela de Nossa Senhora da Conceição. Contudo, não era possível ao IPHAN realizar tal reforma. Segundo Carlos Fernando Andrade, era necessário que houvesse alguma verba do setor de patrimônio imaterial. Em suas palavras:

O IPHAN não podia fazer a reforma num prédio que não é tombado. Então é uma coisa engraçada. A não ser que eu tivesse uma verba do patrimônio imaterial, pra ir trabalhar então a questão do suporte físico da festa, não é? O que não rolou.

Segundo Falcão (2011), um dos pontos mais delicados da política de patrimônio imaterial é que os instrumentos disponíveis no campo da cultura não podem ser diretamente utilizados para apoio aos indivíduos. Há uma expectativa criada pelos grupos de que o reconhecimento por parte do IPHAN possa de alguma forma gerar outros instrumentos de valorização ou auxiliar na solução de problemas imediatos, muitas vezes relacionados com a precariedade dos serviços públicos. Isso ultrapassa a competência do campo da cultura.

A solução encontrada pelo superintendente foi a de encomendar a reforma do telhado a uma empresa que devia uma multa ao IPHAN. Assim, no lugar do pagamento

---

<sup>84</sup> Os documentos internacionais sobre a salvaguarda são a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989, e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003. Ambas indicam a necessidade de medidas de proteção a práticas culturais ameaçadas.

da multa, essa empresa deveria realizar a reforma do telhado e da fiação da capela de Nossa Senhora da Conceição, de acordo com as instruções dos técnicos do instituto:

Então eu tive uma sorte de ter uma verba de uma empresa que precisava fazer uma compensação. E foi com essa empresa, quer dizer, com recursos não-oficiais, que então foi feita a reforma no telhado e alguma coisa ligada também à eletricidade, à fiação. Eu determinei que vai ter a obra. Mas quem fez foi uma empresa particular paga por uma empresa particular também. Entendeu? Por isso que estou te dizendo, foi uma compensação. (...) a gente acompanhava, fiscalizava, tinha fiscal da obra. (ANDRADE, 2014).

Esse caso ilustra bem o que Mitchell (1999) quis dizer sobre a permeabilidade da fronteira entre Estado e sociedade e sobre a necessidade de manutenção dessa fronteira. A alternativa encontrada pelo superintendente em passar a responsabilidade da reforma do telhado a uma empresa particular ilustra como os mecanismos institucionais nunca se encontram dentro dos limites do que chamamos de Estado ou de “sistema político formal” (p.83). Durante a reforma, uma placa de obra foi colocada na fachada da capela com a logomarca do IPHAN e os dizeres “Salvuarda da Festa de Nossa Senhora da Conceição”, dando a entender que a restauração estava sendo realizada diretamente pelo instituto. A placa e as visitas de técnicos do IPHAN para acompanhar a obra reforçavam a impressão de que era uma atividade realizada pela instituição. Segundo Mitchell (1999):

A linha entre o Estado e a sociedade não é o perímetro de uma entidade intrínseca que pode ser pensada como um objeto independente. É uma linha desenhada internamente, dentro da rede de mecanismos institucionais por meio da qual uma determinada ordem social e política é mantida (tradução livre<sup>85</sup>, p.83)

Essa aparente fronteira entre o Estado e a sociedade, que dava a impressão de que era o IPHAN o realizador da reforma, cria a sensação de que o Estado se constitui num agente autônomo e abstrato que intervém na sociedade, e isso gera recursos de poder (MITCHELL, 1999).

---

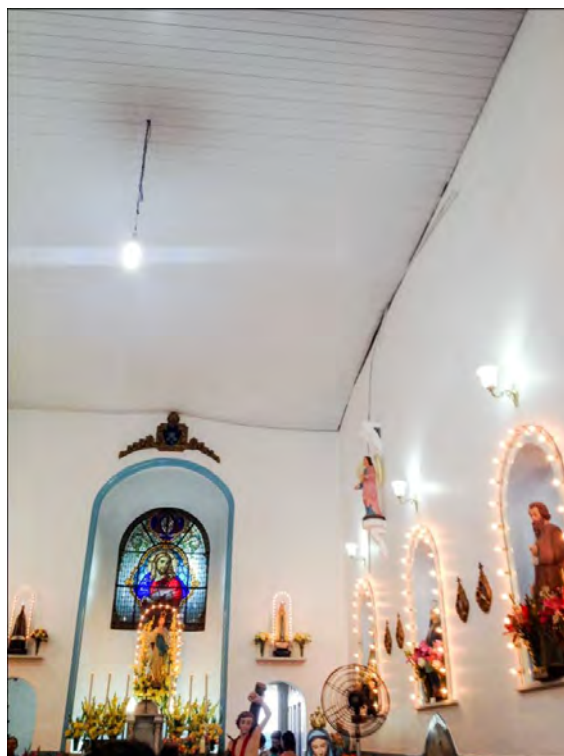
<sup>85</sup> Texto original: “The line between state and society is not the perimeter of an intrinsic entity that can be thought of as a freestanding object or actor. It is a line drawn internally, within the network of institutional mechanisms through which a certain social and political order is maintained.”



Placa da obra do telhado guardada nos fundos da igreja. 08/12/14. Foto: Leandro Corrêa

A reforma do telhado fez parte de um acordo tácito entre o IPHAN e os sujeitos participantes da pesquisa. Bevilaqua & Leirner (2000) defendem que não são somente pressupostos econômicos que permeiam as relações entre as instituições e a população, mas também pressupostos morais, que viabilizam as trocas e os conflitos. Segundo os autores, as leis e normas das instituições não são os únicos fatores que determinam as relações entre a sociedade e esses mesmos institutos, incluindo aí o princípio geral da reciprocidade de Mauss (1988) para fundamentar as relações de troca. Ao aceitarem fazer parte de uma pesquisa que atenderia aos interesses do IPHAN (e dos governos federal e municipal), os moradores pretendiam angariar a reforma do telhado como moeda de troca.

Atualmente, o telhado da capela está se soltando novamente, e alguns dos operários que trabalharam na obra quebraram uma parte do vitral, causando prejuízo para dona Glória e o senhor Ernani, responsáveis pela igreja, e que tiveram que arcar com os custos do conserto. Não sendo mais Carlos Fernando Andrade o superintendente do IPHAN-RJ, os devotos não conseguem pleitear uma solução frente ao instituto. Essa situação se torna ainda mais complexa pela falta de documentação que comprove os mecanismos aos quais se recorreu para a realização da reforma.



Situação do telhado em 08/12/14. Foto: Leandro Corrêa.

Por outro lado, a pesquisa que, à época, buscava reconhecer um bem cultural do grupo de moradores relacionados com a tradição portuguesa, tomando-a como a principal tradição representativa do Morro da Conceição, se encontra guardada num armário empoeirado com pouco acesso à sociedade civil e aos próprios moradores. Mais além, fatores como a luta por reconhecimento de outros grupos que viviam na zona portuária – como foi o caso dos quilombolas da Pedra do Sal, abordado no capítulo II – chamaram a atenção do poder instituído para o potencial turístico e cultural dessas outras memórias.

A situação atual comprova que, embora estratégias e táticas sejam desenvolvidas respectivamente pelo Estado e pela sociedade, o resultado pode não sair como o imaginado. As mudanças na área cultural têm ocorrido ao longo da história por meio dos conflitos sociais e políticos. Apesar da tentativa do Estado em construir uma versão determinada da história e da cultura, ainda assim os mais diferentes grupos se inserem na luta, seja por reconhecimento da sua diversidade, seja por ações concretas, como a reforma de um telhado.

## **Considerações Finais**

Analisar e criticar o próprio trabalho é uma tarefa difícil, mas necessária ao pesquisador, para que se desconstrua o ideal de neutralidade presente nos trabalhos de pesquisa, principalmente naqueles ligados às ciências humanas. Além disso, tal exercício fortalece um olhar mais acurado e um cuidado maior nos trabalhos futuros, embora se saiba que, pelo fato de o pesquisador estar imerso numa determinada conjuntura social, a imparcialidade completa não é possível. Cabe ao pesquisador ter consciência dos fatores que o afetam e que, conseqüentemente, afetarão a pesquisa para que, assim, se consiga chegar a bons resultados.

A presente dissertação me levou a refletir não somente sobre o papel do IPHAN em relação às comunidades alvo de políticas patrimoniais e vice-versa, mas também sobre o meu lugar na fronteira dessa relação, e como essa situação influenciou o resultado da pesquisa de inventário que realizei em 2009.

Por um lado, a imposição do INRC, uma metodologia engessada e engessadora do objeto de pesquisa, acabou levando por vezes a interpretações redutoras. Por outro, a necessidade de apresentar a festa de Nossa Senhora da Conceição como o “principal” momento unificador de “toda” a comunidade do morro demonstra o quanto eu, como pesquisadora, estive preocupada em atender tanto às expectativas do IPHAN quanto às expectativas dos devotos entrevistados no que se refere ao resultado final da pesquisa.

A pesquisa de inventário resultou na defesa da singularidade da festa e numa documentação que expressava a reforma no telhado da capela como determinante para a continuidade da celebração. A reforma foi realizada, através de uma saída extraoficial do superintendente do IPHAN à época, que conseguiu reverter uma multa que uma empresa particular devia ao instituto em prestação de serviço (no caso, o conserto do telhado e da fiação). A salvaguarda da festa não foi feita, portanto, através das vias oficiais (o que, curiosamente, não era possível, pelo fato de a capela não ser tombada pelo instituto), mas sim utilizando um recurso presente na fronteira entre o Estado e sociedade (MITCHELL, 1999). Para Bevilaqua & Leirner (2000), por vezes as instituições operam além daquilo que está prescrito legal e formalmente. Segundo Veena Das & Deborah Poole (2004), as leis não provêm diretamente do Estado como entidade, mas das práticas dos indivíduos que o representam e que, por esse motivo, entendem possuir o direito de atuar dentro e fora da lei, como foi o caso do

superintendente. Essas pessoas conjugam o esfacelamento do Estado e sua constante re-fundação. Ou seja, os indivíduos que representam o Estado ultrapassam os limites da legalidade para o “extra” legal, atuando na vida cotidiana. Para Mitchell (1999), a aparência de que Estado e sociedade são coisas separadas é, em parte, uma maneira segundo a qual uma dada ordem é mantida. Segundo ele, essa separação é, na verdade, uma linha tênue (embora o Estado se valha de mecanismos para que ela pareça bem delimitada), o que fica evidente em momentos como esse do caso da reforma do telhado.

O pouco entendimento dos mecanismos de pesquisa do INRC, tanto por parte dos pesquisadores quanto por parte dos próprios técnicos do instituto, também revela um dos motivos para que as fichas resultantes da pesquisa de inventário demonstrassem uma redução do objeto. Somado a isso, há ainda o distanciamento entre a comunidade e o IPHAN, após a reforma mal feita e no silêncio dos representantes do instituto quanto a tal fato, já que o principal indivíduo que havia se mobilizado, Carlos Fernando Andrade, não era mais superintendente do instituto. Segundo Veena Das & Deborah Poole (2004), a possibilidade de falsificação de documentos, o seu uso fora de contexto e a ilegibilidade dos processos burocráticos (incompreendidos inclusive por aqueles que os devem implementar) faz com que o Estado esteja presente, mas ao mesmo tempo obscuro.

Outro problema latente, tanto na metodologia do INRC quanto nos discursos do poder público, é a utilização do termo “cultura” com intenção de legitimação de discursos. Segundo Falcão (2011), o termo, significando um conjunto de valores, crenças, ideias e significados, passou a ser recorrente no discurso de lutas identitárias dos mais diversos grupos sociais e, apesar de geralmente estar presente nos discursos de resistência e luta, também é utilizado para fundamentar ideias reacionárias ou conservadoras. De acordo com Bourdieu (2011), a concentração do capital econômico pelo Estado, assegurado pelo capital de coerção, é acompanhada pela concentração do capital de informação (do qual o capital cultural é uma dimensão). “O Estado concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma unificação teórica” (p.104-5). Para ele, a cultura é unificadora, pois auxilia o Estado a unificar símbolos e códigos (linguísticos, jurídicos) e a homogeneizar as formas de comunicação. Assim, o Estado consegue moldar as categorias de pensamento e construir a identidade nacional.

O discurso de uma cultura unificadora presente na pesquisa de inventário da festa de Nossa Senhora da Conceição atendia a interesses políticos, tanto do IPHAN quanto da prefeitura do Rio de Janeiro, em valorizar um determinado grupo e suas tradições (no caso, os herdeiros da tradição portuguesa), em detrimento de outros também presentes no Morro da Conceição e zona portuária, identificados a princípio como indesejáveis. Tal discurso, que colocava o Morro da Conceição como portador de autenticidade e tradição a partir da sua herança portuguesa e espanhola, era limitado e não levava em conta a multiplicidade de grupos sociais do local. Ao contrário dessa visão, o espaço do morro é múltiplo e fragmentado, com diferentes espaços e grupos.

O presente trabalho demonstra a aliança entre os poderes federal e municipal, e como pesquisas provenientes do IPHAN e voltadas para a exaltação e a documentação das tradições portuguesas do Morro da Conceição estão intimamente ligadas aos propósitos iniciais do projeto de revitalização Porto Maravilha empreendido pela prefeitura. Segundo Guimarães (2014), esse projeto privilegiava apenas um grupo restrito como herdeiro do patrimônio cultural local, valorizando-o em detrimento de outros considerados indesejados, por serem encarados como “insalubres” e “irregulares”. Tal fato acirrou os conflitos sobre os usos e a posse dos espaços e a movimentação na busca de demarcação identitária e territorial: por um lado, os moradores das “partes baixas” passaram a reivindicar o reconhecimento de uma memória comum, expressa no mito da “Pequena África”, numa luta por manter viva a sua memória. Por outro, o grupo de moradores da “parte alta”, constituído de herdeiros da tradição portuguesa, moradores novos e artistas plásticos, se reuniram em torno de uma estratégia de “vigília” (COSTA, 2012) para se manterem em estado de alerta em relação a qualquer tipo de representante do poder público, buscando evitar assim a turistificação exacerbada do local e a conseqüente alteração de seus costumes e sociabilidades.

No caso do inventário da festa, parte desses moradores aceitou o contato com os pesquisadores, desenvolvendo táticas de exaltação do local de moradia e da festividade frente ao IPHAN, acreditando que, dessa forma, teriam alguma chance de financiamento da reforma do telhado da capela. Estabeleceu-se, assim, uma relação de troca com o poder público: ao mesmo tempo em que permitiram que a pesquisa fosse realizada, os entrevistados esperavam receber como retorno a reforma do telhado. Segundo

Bevilaqua & Leirner (2000), o que se encontra na base de todas as instituições estatais são os mecanismos de troca.

Os pesquisadores, assim como o IPHAN, não estavam preparados para o trabalho de inventário. Houve, sim, uma vontade política de realizar a pesquisa, fortalecendo a memória das raízes portuguesas no Morro da Conceição. Houve, também, a vontade, por parte do superintendente Carlos Fernando Andrade, em realizar a reforma do telhado. Mas não houve um planejamento inicial concreto sobre a pesquisa, e isso porque os próprios técnicos do instituto não possuíam muita noção sobre a metodologia, o que se relaciona com o fato de o próprio IPHAN como instituição federal não ter realizado uma preparação efetiva de seu corpo de burocratas, somente impondo a metodologia de pesquisa. Soma-se a isso a própria metodologia do INRC, que é engessadora e acaba reduzindo o objeto. Ademais, trata-se de uma pesquisa ditada pelo Estado, na qual se buscam resultados predeterminados e pela qual, dessa forma, não existe a possibilidade de se chegar a conclusões distintas das esperadas. A questão gira em torno do problema em se ter um projeto (no caso, sobre a festa de Nossa Senhora da Conceição) onde todo o trabalho investigativo e toda a pesquisa de campo são realizados buscando resultados predeterminados, que, nesse caso, consistiam em valorizar a festa para valorizar a cultura portuguesa no morro. Nenhum dos projetos do IPHAN voltados para o Morro da Conceição em 2009 estava relacionado a qualquer outro grupo da região, a não ser aos herdeiros da tradição portuguesa: não havia interesse sobre os quilombolas, nem sobre os nordestinos que se fixaram no local já no século XX, ou sobre os artistas plásticos, por exemplo.

Desde 2001, com a criação do Plano Porto do Rio (que daria lugar, em 2009, ao Projeto Porto Maravilha), a zona portuária, assim como toda a cidade do Rio de Janeiro, foi lançada como foco para o turismo internacional, relacionado aos megaeventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. A cidade está passando por um processo de reurbanização, sendo a zona portuária uma área de interesse, a partir da qual a história da cidade deve ser contada. Segundo Cifelli & Peixoto (2012), as ações de planejamento urbano buscam dar maior visibilidade à cidade, através da exaltação de suas atividades culturais e da dinamização econômica, revertendo um quadro de degradação física e social dessas áreas. Tais intervenções conferem prestígio político, e buscam aproveitar o potencial turístico de suas referências culturais materiais e imateriais. Em alguns casos, essas áreas são tidas como “degradadas”, em risco,

fortalecendo um discurso de necessidade de intervenções que visem a sua “revitalização”. Tais intervenções valorizam os locais no mercado turístico e imobiliário, principalmente quando são identificados como “patrimônios culturais”, alterando o perfil socioeconômico dos moradores (GUIMARÃES, 2014).

A zona portuária é um território de interesse imobiliário, econômico e cultural e, assim, visto como detentor do legado de contar a nova história da cidade. Por isso, a história da zona portuária também é um foco do interesse do poder público. Inicialmente, a intenção era a de contá-la relacionando-a ao passado português: tanto o passado colonial quanto a vinda dos imigrantes portugueses no século XIX que habitaram a região para trabalhar nas atividades portuárias e no comércio. Não era o foco inicial o aprofundamento sobre a comercialização e escravização de pessoas durante o período colonial e imperial, nem sobre a presença de afrodescendentes na região. Isso levou a uma série de manifestações por reconhecimento por parte de grupos que se identificam como herdeiros das tradições afro do local, apoiadas nas reivindicações do movimento negro. Tais grupos acabaram conseguindo o reconhecimento (sendo o fator mais emblemático nesse sentido a certificação do Quilombo Pedra do Sal pelo governo federal), e passaram a ser também incluídos nas rotas do turismo (com a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana pela prefeitura), que, mais uma vez, reduz a dinâmica cultural local a uma imagem de harmonia. Nesse sentido, omitem-se os conflitos e tensões que são comuns na luta por legitimidade dos diversos grupos. Ou seja, a visão do patrimônio como campo de disputa é sobreposta por uma ótica neutralizadora (PIO, 2014).

Apesar dos interesses, tanto do IPHAN quanto dos moradores que participaram da pesquisa de inventário, uma série de fatores acabou levando a resultados diferentes dos planejados. Não era a intenção, nem do IPHAN e muito menos dos devotos, que a reforma do telhado não desse certo. Assim como não estava nos planos iniciais do poder público que outros grupos existentes na região iriam reivindicar o reconhecimento de sua cultura e identidade. Os entusiastas da requalificação urbana passaram, então, a repensar a construção da história da cidade, apropriando-se dos discursos de luta e transformando-os de acordo com os seus interesses, ou seja, ao mesmo tempo em que reconheceram a diversidade cultural local, reduziram essa diversidade a uma imagem de grupos diversos, mas harmônicos entre si. A prefeitura do Rio e o consórcio Porto

Novo, com o apoio do governo federal, desejam construir uma imagem neutralizadora dos conflitos.

Para que seja feita uma política efetiva de cultura (e também de patrimônio), é necessário que o poder público não somente reconheça a diversidade, mas que tenha em mente que se trata, ali, de grupos sociais distintos que se relacionam, que divergem entre si e também que se movimentam em torno dos seus interesses. A eficácia das ações do poder público está ligada diretamente à redução da padronização e ao reconhecimento das diferenças. O sucesso da relação entre patrimônio e desenvolvimento territorial se dá somente quando os projetos de requalificação se encontram ligados ao sentimento de lugar:

Em que o lugar se torna ele próprio um projeto; onde a noção de território se consolida. Em que a cidade, por exemplo, não é apenas um destino turístico e uma cenografia, mas um destino turístico com uma história para contar. Ou seja: um território. Não é apenas um produto, mas uma experiência capaz de promover formas de interação diversificadas (CIFELLI & PEIXOTO, 2012:51).

Portanto, uma política de patrimônio imaterial e de inventário desse patrimônio deve levar em conta toda uma problematização do território, e o fato de que os grupos não são estanques e se relacionam entre si. No caso do inventário de uma festa, deve-se ter em mente que aquela celebração não está relacionada apenas a um grupo determinado, mas sim que, dentro daquele mesmo território, diferentes grupos podem se identificar com a festividade de diferentes maneiras e intensidades. É necessário que haja uma preparação do corpo de pesquisadores e de técnicos do instituto quanto à metodologia do INRC, e que se faça uma reflexão acerca dos resultados da pesquisa, ou seja, que esses resultados não sejam predeterminados. Dessa forma, a pesquisa será viável de maneira a desenvolver mecanismos de salvaguarda efetivos que atendam da melhor forma possível às necessidades dos grupos envolvidos. Tais mecanismos devem estar assegurados de forma a não haver a necessidade de se recorrer a meios extraoficiais, que, por não estarem registrados em documentos, não garantem uma salvaguarda concreta. Uma política efetiva de patrimônio e de inventário deve ser feita a partir de toda essa reflexão e preparação. Somente dessa forma se poderá realizar uma pesquisa sensata e que verdadeiramente leve a projetos de salvaguarda eficazes.

## Fontes

- ANDRADE, Carlos Fernando Souza Leão de. Entrevista 1 [13/02/14]. Concedida a Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2014. 1 arquivo.mp3 (21 min).
- BRASIL, Decreto Nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 de agosto de 2000.
- CARTA DE FORTALEZA, 1997. In: *Patrimônio Imaterial: o Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4.ed, 2006, p.49-51.
- Dossiê: Projeto de proteção e reabilitação do bem e seu entorno*. Caixa RJ 236/2/01 e Caixa RJ 236/2/02, Série Inventário, notação I. RJ-0937.01. Arquivo Noronha Santos.
- IPHAN. Ministério da Cultura. Portaria 002, de 14 de março de 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=317>
- IPHAN. Ministério da Cultura. Resolução nº001, de 3 de agosto de 2006. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006.
- Inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição. *Processo administrativo número 01500.001345/2009-59*, etiqueta número 284353 / 078. Arquivo da seção de licitações e contratos do Iphan-RJ.
- RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Câmara Municipal. Decreto nº 1269 de 27 de outubro de 1977. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D1269M.PDF>
- RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Câmara Municipal. Lei nº 506, de 17 de janeiro de 1984. Disponível em: <http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/284239/lei-506-84>

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Câmara Municipal. Lei n<sup>o</sup> 1139, de 16 de dezembro de 1987. Disponível em: <http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/281308/lei-1139-87>

RIO DE JANEIRO. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Câmara Municipal. Lei Complementar n<sup>o</sup> 101, de 23 de novembro de 2009. Disponível em: [http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/2010/06/LC101\\_-23112009.pdf](http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/2010/06/LC101_-23112009.pdf)

### Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1982].
- ANDRADE, Mario de. “Anteprojeto elaborado por Mario de Andrade, a pedido do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. 1936”. In: *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, N<sup>o</sup>31. Fundação Pró-Memória, 1980. Pp.55-68. Disponível em: <[portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531](http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531)> (Acesso: 14/04/2014).
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. “O movimento negro contemporâneo.” In: Jorge Ferreira & Daniel Aarão Reis (org.). *Revolução e democracia: 1964...* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 637-669 (As esquerdas no Brasil; v.3).
- ALCÂNTARA, Denise. “Revisita ao Corredor Cultural: resgate do processo de revitalização no Centro Histórico do Rio de Janeiro”, In *Cadernos PROARQ 15*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: UFRJ. N<sup>o</sup> 17, dez.2010. pp-45-56.
- ALONSO, Sara. “Os Tembé e a relação pesquisador-pesquisado”. In: *Revista de História Oral*. V.4. 2001.
- ASKEW, Marc. “The magic list of global status: UNESCO, world heritage and the agendas of the states”. In: LABALDI, Sophia; LONG, Colin (eds). *Heritage and*

- globalization*. LONGAN, William; SMITH, Laurajane (eds). *Series keys and issues in cultural heritage*. London and New York: Routledge, 2010. Pp.19-44
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARBOSA, Antonio A. OSSOWICKI, Tomas M. “Revitalização do porto, IPHAN e políticas culturais no Morro da Conceição”. In: *Minha Cidade*. Rio de Janeiro, Ano 9, 2009. Disponível em:  
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.108/1842>
- BEVILAQUA, Ciméa. LEIRNER, Piero de Camargo. “Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro”. In: *Revista de Antropologia*. Vol.43, N.2. São Paulo: 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: ZOUK, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático”. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11ª edição. Campinas: Editora Papirus, 2011.
- BRITTOS, Valério Cruz. “A televisão no Brasil hoje: a multiplicidade da oferta”. In: Portcom (site), s.d. Disponível em:  
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/f598158a628de8a08b91a34c9ebd7e5b.PDF>  
(Acesso: 02/03/2015)
- CANCLINI, Néstor García. “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, nº 23, 1994, p.94-115.
- \_\_\_\_\_. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. “O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a Lei de 1831”. In: *Heera: revista de história econômica e economia regional*

*aplicada*. Vol.7, Nº13, Jul-Dez. 2012. Pp.95-114. Disponível em:  
<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-Jo%C3%A3o-Daniel-Carvalho1.pdf>

CARRAZZONI, M. E. *Guia dos bens tombados*. 2ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. “Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte”. In: CASTRO, Maria Laura Viveiros de. FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008, p.11-32.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de Fazer. 19ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012a.

\_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. 7ª.ed. Campinas: Papius, 2012b.

CHUVA, Márcia. “Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº34, 2012, pp.147-165.

CIFELLI, Gabrielle; PEIXOTO, Paulo. “Centros históricos e turismo patrimonial: o Pelourinho como exemplo de uma relação contraditória”. In: *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol.XXIV, 2012, pp.35-54.

COELHO, Teixeira. “Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida”. In: *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

CORREIA, Mayã. *Entre portos imaginados: construções urbanísticas pensadas a partir do projeto Porto Maravilha do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado). USP, Departamento de Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

- CORSINO, Célia Maria. “Apresentação”. In: *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- COSTA, Flávia Carolina da. *Morro da Conceição: uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira*. Dissertação (Mestrado). São Carlos: UFSCar, 2012.
- DAS, Veena. POOLE, Deborah. “State and its margins: comparative ethnographies”. In: DAS, Veena. POOLE, Deborah (Eds.) *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fe, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004. P.2-32.
- DEFOURNY, Vincent. “A Unesco e o Brasil: alinhamento histórico nas proposições para o patrimônio imaterial”. In: CASTRO, Maria Laura Viveiros de. FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008, p.7-8.
- DOMINGUES, Petrônio. “Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos”. In: *Tempo*. Vol.12. N.23. p.100-122. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/v12n23a07.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf)> Acesso:26/02/2015.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FALCÃO, Andréa Rizzoto. *Novas demandas, outros desafios: estudo sobre a implementação da política do patrimônio imaterial no Brasil e seus desdobramentos no processo de inventário, registro e salvaguarda do jongo*. (Tese: Doutorado) Rio de Janeiro: UERJ, 2011.
- FIGUEIREDO, Alexandre. “A breve gestão de Antônio Arantes no IPHAN”. In: *Ensaio Patrimoniais*. Antropologia, arquitetura, cultura, história, patrimônio. Desde 2006 (blog). 26 de fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://ensaio patrimoniais.blogspot.com.br/2011/02/breve-gestao-de-antonio-arantes-no.html>> (Acesso: 18/04/2014).
- FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.59-79.

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Brasileira, 1965.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. "Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1988, p.264-275.
- \_\_\_\_\_. "Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso". In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. FGV Ed./Cnpq. RJ: 2002, p.108-123.
- \_\_\_\_\_. "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios". *Horizontes Antropológicos*, vol.11, nº23, Porto Alegre, Jan./Jun. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci_arttext)> (Acesso: 10/12/2013).
- \_\_\_\_\_. "Prefácio: autenticidade e transformações urbanas". In: GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- GRUPO DE TRABALHO PATRIMÔNIO IMATERIAL. "Propostas, experiências e regulamentos internacionais sobre a proteção do patrimônio cultural imaterial". Brasília, 3 de abril de 1998. In: *Patrimônio Imaterial: o Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4.ed, 2006, p.121-129.
- HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARTOG, François. "Tempo e patrimônio". In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

- HOBBSAWM, Eric. “Introdução”, in: *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p.11-25.
- HONORATO, Cláudio de Paula. *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758-1831*. Dissertação (Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós Graduação em História, 2008.
- Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- JAMES, Daniel. “Contos narrados nas fronteiras. A história de Doña Maria, história oral e questões de gênero”. In: BATALHA, Cláudio *et al* (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.287-314.
- KÜHL, Beatris Mugayar. “Notas sobre a Carta de Veneza”. In: *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*. Vol.18, N.2. São Paulo: Jul/Dez 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142010000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000200008)
- LABALDI, Sophia; LONG, Colin. “Introduction”. In: LABALDI, Sophia; LONG, Colin (eds). *Heritage and globalization*. LONGAN, William; SMITH, Laurajane (eds). *Series keys and issues in cultural heritage*. London and New York: Routledge, 2010. Pp.19-44.
- LAVINAS, Laís Villela. “Aloísio Magalhães e a ditadura: desenvolvimento e legitimação”. In: *Anais do Encontro de História Oral*. 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340064051\\_ARQUIVO\\_corrigido.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340064051_ARQUIVO_corrigido.pdf)
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Editora da Unicamp, Campinas, 1990.
- LEITE, Ligia Costa. ESTEVES, Martha de Abreu. “Escola Tia Ciata: a school for street children in Rio de Janeiro”. In: *Environment and urbanization*. Vol.3, N.1, April 1991. Disponível em: <<http://eau.sagepub.com/content/3/1/130.full.pdf+html>> Acesso: 26/02/2015.
- LÉVI-STRAUSS, Laurent. “Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais”. In: *Patrimônio Imaterial: o Registro do*

- Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/ IPHAN, 4.ed, 2006, p.79-82.
- LUZ, Margareth da. “Caminho Niemeyer: os ‘usos’ da cultura em Niterói”. In: *Antropolítica*. N.24. Niterói, 2008. Disponível em: [http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista\\_antropolitica\\_24.pdf](http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_24.pdf)
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MITCHELL, Timothy. “Society, Economy, and the State Effect”. In: STEINMETZ, George (editor). *State/Culture: State-formation after the cultural turn*. 1999. p.76-97.
- MOISÉS, José Álvaro. “Os efeitos das leis de incentivo”. Fonte: *Um olhar sobre a cultura*, de Francisco Weffort e Márcio Souza. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-107-2013-os-efeitos-das-leis-de-incentivo.pdf> (Acesso: 02/03/2015).
- MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a “tábula rasa” e a preservação: cenários para o Porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Unesp, 2004.
- MOTTA, Lia. “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-nacional ao consumo visual global”. In: ARANTES, Antonio A. *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p.257-287.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo (10), dez.1993.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- Patrimônio Imaterial: o Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4.ed, 2006.
- PEIXOTO, P. “O patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas”. In: *Oficina do CES*. 155. 17p. 2000.

- PEIXOTO, Paulo; SANTOS, Myrian S. “Patrimônios mundiais: fragmentação e mercantilização da cultura”. In: PEREIRA, Victor H.A.; PONTES JR, Geraldo;
- PIO, Leopoldo Guilherme. “Cultura, patrimônio e museu no Porto Maravilha”. In: *Revista Intratextos*, 2013, vol.4, n.1, p.8-26.
- \_\_\_\_\_. “Novas tendências na revitalização de áreas ‘históricas’: o caso Porto Maravilha”. In: *IV Seminário Internacional- Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Outubro, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Do Corredor Cultural ao Porto Maravilha: mudança de paradigma?”. In: *V Seminário Internacional-Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. Maio/2014.
- Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n.10, 1992. p.200-212.
- PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). Mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta. AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p.103-130.
- REZENDE, Vera F. “A evolução dos instrumentos de controle do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro: é possível planejar o futuro através da legislação?” In: *Anais do IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*, ANPUR, 2012, pp.888-898.
- Disponível em:  
<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/500/476>
- RISCADO, Julia Erminia. *Preservação do patrimônio nas grandes cidades: Morro da Conceição no Centro do Rio de Janeiro e entorno dos bens tombados (1970-1980)*. Dissertação (mestrado), UNIRIO, 2013.
- RUBINO, Silvana. “A memória de Mário”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N<sup>o</sup> 30. Pp.139-154. 2002.

SANT'ANNA, Márcia. "Relatório final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial". In: *Patrimônio Imaterial: o Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/ IPHAN, 4.ed, 2006, p.15-21.

\_\_\_\_\_. "A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização". In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.49-58.

SANTOS, Myrian S. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. "Museus, liberalismo e indústria cultural". In: *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo, vol.47, N.3, p.189-198, set/dez 2011.

\_\_\_\_\_. "A mundialização e fragmentação do patrimônio". In: CASTRO, Maurício Barros de. *Patrimônios do Brasil*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2013.

SANTOS, Myrian S.; PEIXOTO, Paulo. "Patrimônios mundiais: fragmentação e mercantilização da cultura". In: PEREIRA, Victor H.A.; PONTES JR, Geraldo; SANTOS, Myrian S.; SOUZA, Rogério F. (orgs). *Cultura, memória e poder: diálogos interdisciplinares*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

SIGAUD, Marcia Frota & PINHO, Claudia Maria Madureira de. *Morro da Conceição: da memória o futuro*. Rio de Janeiro: Sextante Artes Editora, Prefeitura do Rio: Instituto Pereira Passos, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2000.

SOARES, Carolina Pereira. *Repensando o patrimônio: novos dilemas e potencialidades nas políticas de preservação*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2006. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO-6WQPQP/disserta\\_o\\_completa.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO-6WQPQP/disserta_o_completa.pdf?sequence=1)

VILAÇA, Marcos; PORTELLA, Eduardo; FALCÃO, Joaquim; FARKAS, Thomas. "Carta da Comissão do Patrimônio Imaterial Brasileiro ao Ministro da Cultura", 1999. In: *Patrimônio Imaterial: o Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4.ed, 2006, p. 73-5.

WRIGHT, Susan. “The politicization of culture”. In: *Anthropology Today*. Royal Anthropological Institute, 1998. Disponível em:  
<http://lucy.ukc.ac.uk/rai/AnthToday/wright.html> Acesso: 23/01/2015.

**ANEXO**

**Fichas do Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais -  
INRC**

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>CELEBRAÇÕES</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q20	---
	UF	SÍTIO.	LOC	ANO	FICHA	NO.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR		SUPERVISOR			

### 2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente.
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.

### 4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.			Nº	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	<input type="checkbox"/> MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.				
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Atividade principal				
ONDE NASCEU	Cidade, estado	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Precisar ano		

### 5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

<b>5.1. COMO PARTICIPA DA CELEBRAÇÃO? O QUE FAZ E DESDE QUANDO?</b> Descrever o que é desempenhado especificamente pelo entrevistado. Ele é organizador da celebração? Participa diretamente do trabalho? Executa uma etapa específica? Qual?
--

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>Q20</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**5.2. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES**

Este campo deve ser usado como complemento dos anteriores; descrever outros fatos relevantes do ponto de vista da relação entre a trajetória pessoal e a profissional.

**5.3. EXISTEM GRUPOS OU ASSOCIAÇÕES LIGADOS A ESTA CELEBRAÇÃO?**

Procurar dar a informação mais precisa possível quanto ao nome e à localização da entidade.

**6. DESCRIÇÃO DA CELEBRAÇÃO**

O item refere-se especificamente à celebração que for considerada **a referência mais importante** para a cultura local.

<b>6.1. ÉPOCA</b>	
<b>DATA</b>	<input type="checkbox"/> <b>DATA FIXA:</b> DIA ___ MÊS _____ Data da atividade principal. <input type="checkbox"/> <b>DATA MÓVEL:</b> Critério para escolha da data.
<b>DURAÇÃO</b>	DE _____ A _____ Dia da semana ou do mês
<b>PERIODICIDADE</b>	<input type="checkbox"/> ANUAL <input type="checkbox"/> OUTRA. QUAL? Critério para fixação da periodicidade.
<b>CELEBRAÇÕES ASSOCIADAS</b>	

<b>6.2. ANOS DE OCORRÊNCIA DA CELEBRAÇÃO DESDE 1990</b>											
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA CELEBRAÇÃO? ASSINALAR E DESCREVER TODOS OS MOTIVOS QUE A JUSTIFICAM.</b>
<input type="checkbox"/> <b>INVOCAÇÃO RELIGIOSA. QUAL(IS)?</b> _____ _____ _____
<input type="checkbox"/> <b>OUTROS (COMÉRCIO, LAZER, CALENDÁRIO, TRABALHO, ETC.)</b> _____ _____ _____

**6.4. QUAIS AS ORIGENS DA CELEBRAÇÃO?**

Quando e como essa celebração começou a ser realizada nesta localidade?

**6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À CELEBRAÇÃO?**

Se houver, gravar e preencher a Ficha de Campo: Registros Audiovisuais.

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	Q20	---
---	----	----	----	----	-----	-----

**7. PREPARAÇÃO**

O que é feito, quem faz e quando?

**8. REALIZAÇÃO**

**8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?**  
 Descrever o desenvolvimento da atividade conforme relatado pelo(a) entrevistado(a), mencionando etapas intermediárias se for o caso.

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
		Pessoas, grupos ou instituições

**8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

**8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

**8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA CELEBRAÇÃO ? QUAIS? CONSOMEM -SE OUTRAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

**8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>Q20</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS? USAM-SE OUTROS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS? OCORREM OUTRAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras executadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS? OCORREM OUTRAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS? USAM-SE OUTROS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.10. APÓS A CELEBRAÇÃO, QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?**  
 Providências como limpeza do local, guarda dos objetos, ferramentas, etc.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

**8.11. QUAL É O PÚBLICO DESTA CELEBRAÇÃO?**  
 O público ou clientela: origem e número aproximado. Quem adquire / compra / recebe tais produtos/serviços?

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	Q20	---
---	----	----	----	----	-----	-----

**8.12. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO E NO PROGRAMA DESTA CELEBRAÇÃO? DESCREVER, INFORMAR SOBRE A ÉPOCA E OS MOTIVOS DAS MUDANÇAS.**

ÉPOCA	OCORRÊNCIA

**9. LUGAR DA CELEBRAÇÃO**

**9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?**

--

**9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A CELEBRAÇÃO?**

Há alguma contribuição para a conservação das instalações? É necessária autorização? Há retribuição ou pagamento de taxas?

**9.3. DESENHO DO LUGAR DA CELEBRAÇÃO**

Indicar no modelo fornecido a localização dos equipamentos, atividades e objetos mencionados, elaborar segundo informado sobre a denominação de cada item indicado.

**10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES**

**10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA CELEBRAÇÃO?**

--

**10.2. HÁ OUTRAS CELEBRAÇÕES NESTA LOCALIDADE?**

CELEBRAÇÃO	ONDE / QUANDO	CONTATO

**11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA**

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>Q20</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA**

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

**13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR**

<b>13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?</b>
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

<b>13.2. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

<b>13.3. FICHAS ANEXADAS</b>
Listar as <i>Fichas de Campo: Registros Audiovisuais</i> e anexá-las a este questionário;

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>CELEBRAÇÕES</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F20	--
	UF	SÍTIO.	LOC	ANO	FICHA	NO.

### 1. LOCALIZAÇÃO

<b>SÍTIO INVENTARIADO</b>	
<b>LOCALIDADE</b>	
<b>MUNICÍPIO / UF</b>	

### 2. BEM CULTURAL

<b>DENOMINAÇÃO</b>	Denominação mais freqüente
<b>OUTRAS DENOMINAÇÕES</b>	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta da anterior.
<b>CONDIÇÃO ATUAL</b>	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA

### 3. FOTOS

Obs.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.

Inserir fotos emblemáticas da atividade, incluindo: uma vista geral do lugar onde ela é realizada; os executantes principais e outros participantes, se possível em atividade; os principais objetos utilizados (campo 8 desta ficha); a situação em que eles são dispostos; o público. Numerar cada foto, acrescentar legendas descritivas e códigos de localização no acervo.
---

### 4. DESCRIÇÃO DO BEM IDENTIFICADO

Descrever o tipo de celebração (festa religiosa, carnaval, rituais associados ao trabalho, calendário, etc.) e as atividades complementares, sintetizando as informações do campo 8 desta ficha. Sendo pertinente, focalizar os textos utilizados (escritos ou improvisados), músicas, letras e orações. Remeter aos registros fotográficos e audiovisuais disponíveis.
---

### 5. DESCRIÇÃO DO LUGAR DA CELEBRAÇÃO

<b>5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>
Sintetizar as informações do campo 9 do questionário. Descrever as edificações e espaços onde ocorre a celebração e dar dimensões; referir aos mapas, plantas e croquis (cf. campo 11 desta ficha) e aos campos 5.2 e 5.3 desta ficha. Identificar a denominação e a função de cada unidade espacial, se houver mais de uma.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>F20</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**5.2. MARCOS NATURAIS E/OU EDIFICADOS**

Descrever os elementos que se destacam para o reconhecimento deste lugar como estando associado à celebração considerada. Identificar sua denominação e seu significado. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais onde ela se desenvolve. Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 13.1 desta ficha a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

**5.3. AGENCIAMENTO DO ESPAÇO PARA A CELEBRAÇÃO**

Enumerar os elementos acrescentados ao espaço previamente existente, de modo a integrá-lo a esta celebração, especialmente mastros e outros marcos simbólicos, ornamentos especiais, palco, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e seu significado. Em se tratando de atividade que implique deslocamento espacial (cortejo, uso simultâneo de mais de um espaço), descrever o trajeto e a evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.

**6. TEMPO**

Sintetizar informações do campo 6.1 e 6.2 do questionário.

<b>DATA</b>	<input type="checkbox"/> <b>DATA FIXA:</b> DIA ___ MÊS _____ Data da atividade principal. <input type="checkbox"/> <b>DATA MÓVEL:</b> Critério para escolha da data a cada comemoração.										
<b>DURAÇÃO</b>	DE _____ A _____ Dia da semana ou do mês.										
<b>PERIODICIDADE</b>	<input type="checkbox"/> ANUAL <input type="checkbox"/> OUTRA ESPECIFICAR _____ Critério para fixação da periodicidade.										
<b>OCORRÊNCIA EFETIVA DESDE 1990</b> Assinalar os anos em que a atividade ocorreu efetivamente.											
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**7. HISTÓRIA**

**7.1. ORIGENS, MOTIVOS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES**

Sintetizar informações de fontes secundárias e dos campos 6.3, 6.4 e 8.12 do questionário.

**7.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES**

Sintetizar informações do campo 6.5 do questionário e das gravações feitas, se houver; nesse caso, citar as *Fichas de Campo: Registros Audiovisuais*.

**7.3. CRONOLOGIA** Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 8.12 do questionário.

DATA	DESCRIÇÃO

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>F20</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**8. ATIVIDADE**

<b>8.1. PROGRAMAÇÃO</b>	
Sintetizar informações do campo 7 e 8.1 do questionário.	
<b>ETAPA</b>	<b>ATIVIDADE</b>

<b>8.2. PRINCIPAIS PARTICIPANTES</b>	
Enumerar os participantes e o papel de cada um. Sintetizar informações do campo 8.1 do questionário.	
<b>STATUS</b>	<b>FUNÇÃO</b>

<b>8.3. CAPITAL E INSTALAÇÕES</b>	
Sintetizar informações do campo 8.2 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável.
<b>FUNÇÃO</b>	Finalidade dos recursos.

<b>8.4. MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO</b>	
Sintetizar informações do campo 8.3 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.
<b>DISPONIBILIDADE</b>	Facilidade ou dificuldade de obtenção.

<b>8.5. COMIDAS E BEBIDAS</b>	
Sintetizar informações do campo 8.4 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>F20</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**8.6. OBJETOS E INSTRUMENTOS RITUAIS**

Sintetizar informações do campo 8.5 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

**8.7. TRAJES E ADEREÇOS**

Sintetizar informações do campo 8.6 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

**8.8. DANÇAS**

Sintetizar informações do campo 8.7 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM EXECUTA</b>	Informar quem é responsável pela execução
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

**8.9. MÚSICAS E ORAÇÕES**

Sintetizar informações do campo 8.8 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar quem é responsável pela execução
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>F20</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**8.10. INSTRUMENTOS MUSICAIS**

Sintetizar informações do campo 8.9 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

**8.11. ATIVIDADES APÓS A EXECUÇÃO**

Estocagem, guarda de equipamentos, instrumentos, figurinos e objetos cênicos; incluir as informações do Campo 8.10 do questionário; preencher uma linha para cada item.

EXECUTANTE	ATIVIDADE

**9. PÚBLICO****DESCRIÇÃO**

Sintetizar informações dos campo 8.11 do questionário: quem é, de onde vem, como participa.

**10. BENS ASSOCIADOS**

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 3 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

**11. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS**

Localizar as atividades e bens considerados (campo 8 desta ficha), identificando os itens descritos no campo 5. Se a atividade implicar deslocamento – cortejo, procissão, etc. –, indicar trajeto e direção usualmente Seguida, ponto de partida e de chegada, bem como os lugares em que se fazem paradas programadas. Utilizar planta baixa indicando os elementos estruturantes do espaço. Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários para uma representação clara do lugar e, se a atividade incluir mais de um lugar, produzir os desenhos correspondentes. Incluir legenda descritiva de cada elemento indicado.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>F20</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

## 12. DOCUMENTOS INVENTARIADOS

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

<b>12.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL</b>
Produzir listagem de itens pertinentes com base no <i>Anexo 1: Bibliografia</i> da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

<b>12.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS</b>
Produzir listagem de itens pertinentes com base no <i>Anexo 2: Registros audiovisuais</i> da Ficha de Identificação do Sítio.

<b>12.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS</b>
Produzir listagem de itens pertinentes com base no <i>Anexo 2: Registros audiovisuais</i> da Ficha de Identificação do Sítio.

## 13. OBSERVAÇÕES

<b>13.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO</b>
Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>13.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA</b>
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

## 14. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

<b>QUESTIONÁRIOS ANALISADOS</b>	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
<b>PESQUISADOR(ES)</b>	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
<b>SUPERVISOR</b>	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
<b>REDATOR</b>	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	<b>DATA</b> Data de conclusão do inventário
<b>RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO</b>	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>EDIFICAÇÕES</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q30	---
	UF	SÍTIO-	LOC	ANO	FICHA	NO.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR		SUPERVISOR			

### 2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.
ENDEREÇO	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR DO PROJETO	
CONDIÇÃO ATUAL	<input type="checkbox"/> ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA
CATEGORIA	<input type="checkbox"/> CIVIL <input type="checkbox"/> MILITAR <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/> INSTITUCIONAL <input type="checkbox"/> INDUSTRIAL <input type="checkbox"/> COMEMORATIVA <input type="checkbox"/> MOBILIÁRIO URBANO OU OBRA DE ARTE
ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO	Data ou época aproximada
PROTEÇÃO EXISTENTE	Indicar instrumento legal em nível federal, estadual ou municipal

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>Q30</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

#### 4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

<b>NOME</b>	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.				<b>Nº</b>	Cf. Anexo 4
<b>COMO É CONHECIDO(A)</b>	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	<b>DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO</b>		<b>SEXO</b>	<input type="checkbox"/> MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO	
<b>ENDEREÇO</b>	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.					
<b>TELEFONE</b>		<b>FAX</b>		<b>E-MAIL</b>		
<b>OCUPAÇÃO</b>	Atividade principal					
<b>ONDE NASCEU</b>	Cidade, estado	<b>DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE</b>	Precisar ano			

#### 5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

<b>QUAL SUA RELAÇÃO COM A EDIFICAÇÃO QUE É TEMA DESTA ENTREVISTA?</b>
Realiza ali alguma atividade? É o proprietário ou responsável por ela?

#### 6. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

OBS.: O CONJUNTO DE CAMPOS QUE FORMAM O *ITEM 6: DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA* NÃO SERÁ OBJETO DE ENTREVISTA, MAS DE ANÁLISE ARQUITETÔNICA. PROCEDER CONFORME SOLICITADO NOS DIVERSOS CAMPOS, RECORRENDO AO MANUAL DO INBI SE NECESSITAR DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS.

<b>6.1. AMBIÊNCIA</b>
Posição na paisagem: entorno, destaque, visibilidade.

<b>6.2. CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS</b>
Descrever a edificação considerando: (1) estilo e época de construção, (2) área, relação com o lote e a rua, (3) plantas baixas, (4) cobertura, (5) fachada, (6) sistema construtivo, (7) detalhes arquitetônicos relevantes.

<b>6.3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b>
Atentar para problemas em relação a cobertura, fundações, estrutura, esquadrias, revestimento e piso.

<b>6.4. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS</b>
Focalizar especialmente aqueles associados ao valor referencial do imóvel.

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>Q30</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**7. SENTIDOS REFERENCIAIS**

<b>7.1. QUAL É A ORIGEM DESTA EDIFICAÇÃO?</b>
Quem construiu, quando e com que finalidade? Se não souber informar, desde quando conhece?

<b>7.2. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTA EDIFICAÇÃO OU ALGUM FATO NELA OCORRIDO?</b>
Em caso afirmativo, registrar e preencher <i>Ficha de Campo: Registros Audiovisuais</i> .

<b>7.3. QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NESTA EDIFICAÇÃO? QUANDO E PORQUE OCORRERAM?</b>

<b>7.4. O QUE TORNA ESTA EDIFICAÇÃO IMPORTANTE NA LOCALIDADE?</b>			
Uso	QUEM	QUANDO	ONDE
Atividade cerimonial ou cotidiana que tenha importância para o lugar	Categoria social em que se enquadram os principais participantes; número	Data/duração/periodicidade	

**8. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES**

<b>8.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA EDIFICAÇÃO?</b>

<b>8.2. HÁ OUTRAS EDIFICAÇÕES IMPORTANTES NESTA LOCALIDADE?</b>		
LOCALIZAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	CONTATO

**9. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA**

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>Q30</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**10. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA**

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

**11. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR**

<b>RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?</b>
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

<b>OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

<b>FICHAS ANEXADAS</b>
Listar as <i>Fichas de Campo: Registros Audiovisuais</i> e anexá-las a este questionário;

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>EDIFICAÇÕES</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F30	--
	UF	SÍTIO-	LOC	ANO	FICHA	NO.

**1. LOCALIZAÇÃO**

<b>SÍTIO INVENTARIADO</b>	
<b>LOCALIDADE</b>	
<b>MUNICÍPIO / UF</b>	

**2. BEM CULTURAL**

<b>DENOMINAÇÃO</b>	Denominação mais freqüente
<b>OUTRAS DENOMINAÇÕES</b>	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta da anterior.
<b>ENDEREÇO</b>	
<b>PROPRIETÁRIO</b>	
<b>AUTOR DO PROJETO</b>	
<b>CONDIÇÃO ATUAL</b>	<input type="checkbox"/> ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA
<b>CATEGORIA</b>	<input type="checkbox"/> CIVIL <input type="checkbox"/> MILITAR <input type="checkbox"/> RELIGIOSA <input type="checkbox"/> INSTITUCIONAL <input type="checkbox"/> INDUSTRIAL <input type="checkbox"/> COMEMORATIVA <input type="checkbox"/> MOBILIÁRIO URBANO OU OBRA DE ARTE
<b>ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO</b>	Data ou época aproximada.
<b>PROTEÇÃO EXISTENTE</b>	Indicar instrumento legal em nível federal, estadual ou municipal.

**3. FOTOS**

**OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.**

Inserir fotos emblemáticas da edificação, registrado: (1) ambiência, (2) fachada, (3) detalhes mais significativos do ponto de vista da arquitetura e (4) aspectos relevantes do ponto de vista dos usos atuais e valores atribuídos pela população. Numerar cada foto, acrescentando legenda descritiva e códigos de localização no acervo.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>F30</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

#### 4. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

Sintetizar informações do campo 6 do questionário.

<b>4.1. AMBIÊNCIA</b>
Posição na paisagem: entorno, destaque, visibilidade.

<b>4.2. CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS</b>
Descrever a edificação, considerando: (1) estilo e época de construção, (2) área, relação com o lote e a rua, (3) plantas baixas, (4) cobertura, (5) fachada, (6) sistema construtivo, (7) detalhes arquitetônicos relevantes.

<b>4.3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b>
Atentar para problemas em relação a cobertura, fundações, estrutura, esquadrias, revestimento e piso.

<b>4.4. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS</b>
Focalizar especialmente aqueles associados ao valor referencial do imóvel.

#### 5. CRONOLOGIA

Sintetizar informações de fontes secundárias, de análise arquitetônica e do campo 7 do questionário; focalizar as principais intervenções ocorridas no edifício e as principais alterações de uso, iniciando pela destinação original.

DATA	DESCRIÇÃO
Data ou época aproximada	Frase sucinta, indicando apenas o fato fundamental. Os comentários pertinentes do ponto de vista das referências culturais serão incluídos no campo 6.1 desta ficha.

#### 6. SENTIDOS REFERENCIAIS

<b>6.1. HISTÓRIA</b>
Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 7.1 do questionário, focalizando os usos passados e a formação dos sentidos atribuídos ao imóvel, em especial os destacados no campo 5 desta ficha.

<b>6.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES</b>
Sintetizar informações do campo 7.2 do questionário e citar as gravações feitas, se houver, pelo número da <i>Ficha de Campo: Registros Audiovisuais</i> .

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>F30</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**6.3. Usos COTIDIANOS**

Atividades atualmente desenvolvidas no imóvel que não tenham um significado diferenciado para os praticantes. Sintetizar informações do campo 7.4 do questionário. Indicar no texto as categorias sociais envolvidas e as atividades executadas: quem faz, o que, como, quando, com quem, para que e onde. Separar as atividades uma a uma em campos distintos e ordenar em seqüência temporal.

**6.4. Usos CERIMONIAIS**

Atividades especiais que atualmente têm lugar no imóvel. Sintetizar informações do campo 7.4 do questionário. Indicar no texto os segmentos sociais envolvidos e atividades: quem faz, o que, como, quando, com quem, para que e onde. Separar as atividades uma a uma em campos distintos e ordenar em seqüência temporal.

**7. BENS ASSOCIADOS**

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 3 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

**8. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS**

Croquis ou plantas de localização, de situação (esta incluindo esquema de cobertura) e baixas dos pavimentos. Se possível, seguir o padrão do INBI.

**9. DOCUMENTOS INVENTARIADOS**

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

**9.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL**

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 1: Bibliografia* da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

**9.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS**

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

**9.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS**

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES</b>	--	--	--	--	<b>F30</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**10. OBSERVAÇÕES**

<b>10.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO</b>
Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>10.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA</b>
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>10.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

**11. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA**

<b>QUESTIONÁRIOS ANALISADOS</b>	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
<b>PESQUISADOR(ES)</b>	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
<b>SUPERVISOR</b>	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
<b>REDATOR</b>	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	<b>DATA</b> Data de conclusão do inventário
<b>RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO</b>	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	<b>Q40</b>	---
	UF	SÍTIO-	LOC	ANO	FICHA	NO.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR			SUPERVISOR		

**2. LOCALIZAÇÃO**

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

**3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL**

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente.
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.

**4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.				Nº	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	<input type="checkbox"/> MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO	
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.					
TELEFONE		FAX		E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Atividade principal					
ONDE NASCEU	Cidade, estado	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE		Precisar ano		

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>Q40</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO**

**5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?**

Descrever o que é desempenhado especificamente pelo entrevistado. Ele é proprietário dos meios de produção? Participa diretamente do trabalho? Executa uma etapa específica (qual?) ou realiza todo o processo sozinho?

**5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?**

Relacionar com a história de vida do(a) entrevistado(a), localizando as datas de acordo com sua idade, se for necessário. Procurar seguir o relato cronologicamente.

**5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?**

Nomes de pessoas e graus de relacionamento com o(a) entrevistado(a). Se for parente, grau de parentesco. Quando ocorreu o treinamento?

**5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES**

Este campo deve ser usado como complemento dos anteriores; descrever outros fatos relevantes do ponto de vista da relação entre a trajetória pessoal e a profissional.

**5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?**

Informar o mais precisamente possível quanto ao nome e à localização da entidade.

**6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**

O item refere-se especificamente à atividade que for considerada a referência mais importante para a cultura local.

<b>6.1. PERIODICIDADE</b>	Indicar data e época em que ocorre.
---------------------------	-------------------------------------

<b>6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990</b>											
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>Q40</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?** Assinalar e descrever todos os motivos que a justificam.

**MEIO DE VIDA** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**PRÁTICA RELIGIOSA** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?**

Quando e como essa atividade começou a ser desenvolvida na localidade? Outros a desempenhavam antes do entrevistado?

**6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?**

Se houver, gravar e preencher *Ficha de Campo: Registro Audiovisual*.

**7. PREPARAÇÃO**

O que é feito, quem faz e quando?

**8. REALIZAÇÃO**

**8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?**

Descrever o desenvolvimento da atividade conforme descrito pelo(a) entrevistado(a), mencionando etapas intermediárias se for o caso.

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
		Pessoas, grupos ou instituições

**8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?**

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>Q40</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

--	--	--

**8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

**8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

**8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

**8.6. HÁ FIGURINOS E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras executadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>Q40</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?**

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?**

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.10. APÓS A ATIVIDADE, QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?**

Providências como limpeza do local, guarda dos objetos, ferramentas, etc.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

**8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?**

Sendo pertinente, enumerar as peças que compõem o repertório do executante.

**8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?**

O público ou clientela: origem e número aproximado. Quem adquire / compra / recebe tais produtos/serviços?

**8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?**

PRINCIPAL <input type="checkbox"/>	COMPLEMENTO <input type="checkbox"/>	NÃO É FONTE DE RENDA <input type="checkbox"/>
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE		

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>Q40</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.**

<b>ÉPOCA</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>

**9. LUGAR DA ATIVIDADE**

**9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?**

--

**9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?**

Há alguma contribuição para a conservação das instalações? É necessária autorização? Há retribuição ou pagamento de taxas?

**9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE**

Indicar no modelo fornecido a localização dos equipamentos, atividades e objetos mencionados, elaborar segundo informado sobre a denominação de cada item indicado.

**10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES**

**10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?**

--

**10.2. HÁ OUTRAS FORMAS DE EXPRESSÃO CARACTERÍSTICAS DESTA LOCALIDADE?**

<b>FORMA DE EXPRESSÃO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>CONTATO</b>

**11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA**

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>Q40</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

**12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA**

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

**13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR**

<b>13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?</b>
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

<b>13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).</b>
Observar indiretamente, conversando com outras pessoas e procurando indícios tais como prestígio, notoriedade, etc.

<b>13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	<b>F40</b>	--
	UF	SÍTIO-	LOC	ANO	FICHA	NO.

**1. LOCALIZAÇÃO**

<b>SÍTIO INVENTARIADO</b>	
<b>LOCALIDADE</b>	
<b>MUNICÍPIO / UF</b>	

**2. BEM CULTURAL**

<b>DENOMINAÇÃO</b>	Denominação mais freqüente da atividade
<b>OUTRAS DENOMINAÇÕES</b>	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta da mais freqüente.
<b>CONDIÇÃO ATUAL</b>	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA

**3. EXECUTANTE**

OBS.: PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O(A) ENTREVISTADO(A) VER ANEXO 4: CONTATOS.

Em se tratando de atividade de grupo, informar o nome da instituição e preencher apenas os campos pertinentes.

<b>NOME</b>	Nome mais usado	<input type="checkbox"/> MASCULINO	Nº Cf. Anexo 4
		<input type="checkbox"/> FEMININO	
<b>OCUPAÇÃO</b>	Atividade principal	<b>DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO</b>	
<b>RELAÇÃO COM O BEM</b>	<input type="checkbox"/> MESTRE <input type="checkbox"/> PRODUTOR <input type="checkbox"/> PÚBLICO <input type="checkbox"/> APRENDIZ <input type="checkbox"/> VENDEDOR <input type="checkbox"/> EXECUTANTE <input type="checkbox"/> OUTRO _____		

**4. FOTOS**

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO**

-- -- -- -- F40 --

Inserir fotos emblemáticas das práticas envolvidas por esta forma de expressão, incluindo: uma vista geral do lugar onde elas são realizadas; os executantes principais e outros participantes, se possível em atividade; os bens patrimoniais considerados (campo 5 desta ficha); a situação em que eles são apresentados ou vendidos. Numerar cada foto e acrescentar legendas descritivas e códigos de localização no acervo.

**5. DESCRIÇÃO DO BEM IDENTIFICADO**

Sintetizar informações do questionário no seu conjunto, particularmente as que se encontram detalhadas nos campos 7 e 8 desta ficha. Descrever o gênero da atividade (cênica, música, literatura oral, gravura, escultura, etc.), seus produtos (livros, impressos, telas, peças artesanais, apresentações públicas, etc.) e temas mais característicos; o grupo e seus participantes (número, Sexo e idade), incluindo a função de cada um. No caso de atividade cênica (peça teatral, apresentação de dança, ópera, circo, autos ou folguedos populares), focalizar o texto, quando houver, tanto escrito quanto improvisado; a música; o tempo de duração da apresentação; o público (número, sexo e idade). No caso de dança, descrever também os movimentos mais característicos em relação a suas qualidades (tais como peso e fluência) e dinâmicas, além do uso do espaço (desenhos e trajetórias). Fornecer descrição física dos produtos dessas atividades, quando for o caso, considerando matéria prima, dimensões, detalhes, modelos e temas característicos. Remeter aos registros fotográficos e audiovisuais disponíveis.

**6. DESCRIÇÃO DO LUGAR DA ATIVIDADE****6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS**

Sintetizar as informações do campo 9 do questionário. Descrever o espaço ou a(s) edificação(ões) em que ocorrem as atividades consideradas e dar indicação de dimensões (cf. plantas, mapas e croquis referidos no campo 14 desta ficha). Fornecer a denominação e a função de cada um deles, se houver mais de um. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos patrimoniais considerados (campo 11 desta ficha). Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

**6.2. MARCOS NATURAIS E/OU EDIFICADOS**

Descrever os elementos que se destacam na paisagem ou na edificação para o reconhecimento deste lugar como estando associado à atividade considerada. Identificar sua denominação e significado. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos considerados (campo 6 desta ficha). Remeter às *Fichas de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

**6.3. AGENCIAMENTO DO ESPAÇO PARA A ATIVIDADE**

Enumerar os elementos que integram o espaço previamente existente a esta atividade, especialmente marcos simbólicos, ornamentos especiais, palco, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e significado. Em se tratando de atividade que implique deslocamento espacial (cortejo, uso simultâneo de mais de um espaço cênico), descrever trajeto e evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.

**7. TEMPO**

Sintetizar informações do campo 6.1 e 6.2 do questionário.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>F40</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

<b>7.1. PERIODICIDADE</b>	Indicar Quando a atividade ocorre, se sazonal, o ano todo, etc.
---------------------------	---

<b>7.2. OCORRÊNCIA EFETIVA DESDE 1990</b>											
Assinalar os anos em que a atividade ocorreu efetivamente.											
<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**8. BIOGRAFIA**

<p>Refere-se à história do executante individual ainda que este trabalhe com uma equipe de apoio. Informar sobre a função do executante principal na atividade; como, quando, onde e com quem aprendeu essa arte; formação de novos executantes; sintetizar informações dos campos 5.1 a 5.4 do questionário.</p>
---

**9. ATIVIDADE**

<b>9.1. ORIGENS, MOTIVOS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES</b>
Sintetizar informações de fontes secundárias e dos campos 6.3, 6.4, 8.14 do questionário.

<b>9.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES</b>
Sintetizar informações dos campos 6.5 e 13.2 do questionário e das gravações feitas, se houver; nesse caso, citar os números das <i>Fichas de Campo: Registros Audiovisuais</i> .

<b>9.3. CRONOLOGIA</b>	
Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 8.14 do questionário.	
<b>DATA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>F40</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**10. PRODUTOS PATRIMONIAIS**

<b>10.1. REPERTÓRIO OU PRINCIPAIS PRODUTOS</b>
Principais atividades desenvolvidas pelo executante ou grupo, inclusive a(s) considerada(s) relevante(s) como referência cultural do grupo. Sintetizar informações do campo 8.11 do questionário.

<b>10.2. PROCESSO DE TRABALHO E COMERCIALIZAÇÃO</b>	
Considerar a produção e a apresentação e/ou venda do produto da atividade; sintetizar informações dos campos 8.1 e 8.12 do questionário.	
<b>ETAPA</b>	<b>ATIVIDADE</b>

<b>10.3. PRINCIPAIS PARTICIPANTES</b>	
Enumerar os participantes e o papel de cada um. Sintetizar informações do campo 8.1 do questionário.	
<b>STATUS</b>	<b>FUNÇÃO</b>

<b>10.4. CAPITAL E INSTALAÇÕES</b>	
Sintetizar informações do campo 8.2 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável.
<b>FUNÇÃO</b>	Finalidade dos recursos.

<b>10.5. MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO</b>	
Sintetizar informações do campo 8.3 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.
<b>DISPONIBILIDADE</b>	Facilidade ou dificuldade de obtenção.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>F40</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**10.6. COMIDAS E BEBIDAS**

Sintetizar informações do campo 8.4 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

**10.7. OBJETOS E INSTRUMENTOS RITUAIS OU CÊNICOS**

Sintetizar informações do campo 8.5 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

**10.8. FIGURINOS E ADEREÇOS**

Sintetizar informações do campo 8.6 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

**10.9. DANÇAS**

Sintetizar informações do campo 8.7 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM EXECUTA</b>	Informar quem é responsável pela execução
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>F40</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**10.10. MÚSICAS E ORAÇÕES**

Sintetizar informações do campo 8.8 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar quem é responsável pela execução
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

**10.11. INSTRUMENTOS MUSICAIS**

Sintetizar informações do campo 8.9 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

**10.12. ATIVIDADES APÓS A EXECUÇÃO**

Estocagem, guarda de equipamentos, instrumentos, figurinos e objetos cênicos; incluir as informações do campo 8.10 do questionário; preencher uma linha para cada item.

<b>EXECUTANTE</b>	<b>ATIVIDADE</b>

**11. DESTINAÇÃO DO PRODUTO**

Sintetizar informações dos campos 8.12 e 8.13 do questionário.

<b>PARA USO PRÓPRIO</b> <input type="checkbox"/>	<b>VENDE</b> <input type="checkbox"/>	<b>TROCA</b> <input type="checkbox"/>	<b>OUTRO</b> <input type="checkbox"/>	<b>ESPECIFICAR</b>	
<b>PARTICIPAÇÃO NA RENDA FAMILIAR</b>	<b>SIM</b> <input type="checkbox"/>	<b>NÃO</b> <input type="checkbox"/>	<b>PRINCIPAL FONTE DE RENDA</b> <input type="checkbox"/>	<b>COMPLEMENTO</b> <input type="checkbox"/>	
<b>MODO DE COMERCIALIZAÇÃO</b>	<b>DIRETO</b> <input type="checkbox"/>	<b>INTERMEDIÁRIO</b> <input type="checkbox"/>	<b>COOPERATIVA / ASSOCIAÇÃO</b> <input type="checkbox"/>		

**12. PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES**

Sintetizar informações do campo 5.5 do questionário.

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO**

--	--	--	--	<b>F40</b>	--
----	----	----	----	------------	----

**13. BENS ASSOCIADOS**

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 1 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

**14. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS**

Localizar as atividades referidas nos campos 6 e 10.12 desta ficha. Se a atividade implicar deslocamento – danças, cortejos, etc. –, indicar trajeto e direção usualmente seguida, ponto de partida e de chegada, bem como os lugares em que se fazem paradas programadas. Utilizar planta baixa indicando os elementos estruturantes do espaço. Ocorrendo mais de um lugar de trabalho, apresentação ou venda de produtos, elaborar os desenhos correspondentes. Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários para uma representação clara do lugar. Incluir legenda descritiva de cada elemento indicado.

**15. DOCUMENTOS INVENTARIADOS**

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

**15.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL**

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 3: Bibliografia* da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

**15.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS**

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 4: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

**15.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS**

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 4: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

**16. OBSERVAÇÕES****16.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO**

Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO</b>	--	--	--	--	<b>F40</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

<b>16.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA</b>
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>16.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

**17. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA**

<b>QUESTIONÁRIOS ANALISADOS</b>	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
<b>PESQUISADOR(ES)</b>	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
<b>SUPERVISOR</b>	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
<b>REDATOR</b>	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	<b>DATA</b> Data de conclusão do inventário
<b>RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO</b>	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>LUGARES</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q50	---
	UF	SÍTIO-	LOC	ANO	FICHA	NO.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR		SUPERVISOR			

**2. LOCALIZAÇÃO**

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

**3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL**

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente.
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.

**4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.			Nº	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	<input type="checkbox"/> MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.				
TELEFONE	FAX		E-MAIL		
Ocupação	Atividade principal				
ONDE NASCEU	Cidade, estado	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Precisar ano		

**5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO**

QUAL SUA RELAÇÃO COM O LUGAR QUE É TEMA DESTA ENTREVISTA?
Realiza ali alguma atividade? É o proprietário/responsável pelo lugar?

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES</b>	--	--	--	--	Q50	---
---	----	----	----	----	-----	-----

**6. DESCRIÇÃO DO LUGAR**

**6.1. DESENHO DO LUGAR**

---

**6.2. OBSERVAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O DESENHO**

---

**6.3. QUAIS OS PRINCIPAIS MARCOS NATURAIS E EDIFICADOS DO LUGAR?**

Descrever mencionando as principais características arquitetônicas.

**6.4. QUAIS OS PRINCIPAIS MARCOS CENOGRÁFICOS E RITUAIS DO LUGAR?**

Descrever mencionando as principais características.

**6.5. COMO SE FORMOU ESTE LUGAR?**

---

**6.6. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTE LUGAR OU ALGUM FATO NELE OCORRIDO?**

Em caso afirmativo, registrar e preencher *Ficha de Campo: Registros Audiovisuais*.

**6.7. QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NESTE LUGAR? QUANDO E PORQUE OCORRERAM?**

---

**6.8. O QUE TORNA ESTE LUGAR IMPORTANTE NA LOCALIDADE?**

Uso	QUEM	QUANDO	ONDE
Atividade cerimonial ou cotidiana que tenha importância para o lugar	Categoria social em que se enquadram os principais participantes; número	Data/duração/periodicidade	

**6.9. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DESTA LUGAR?**

---

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES</b>	--	--	--	--	<b>Q50</b>	---
---	----	----	----	----	------------	-----

## 7. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

<b>7.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTE LUGAR?</b>

<b>7.2. HÁ OUTROS LUGARES CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?</b>		
<b>LUGARES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>CONTATO</b>

## 8. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

## 9. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

## 10. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

<b>10.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?</b>
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

<b>10.2. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>LUGARES</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F50	--
	UF	SÍTIO..	LOC	ANO	FICHA	NO.

### 1. LOCALIZAÇÃO

<b>SÍTIO INVENTARIADO</b>	
<b>LOCALIDADE</b>	
<b>MUNICÍPIO / UF</b>	

### 2. BEM CULTURAL

<b>DENOMINAÇÃO</b>	Denominação mais freqüente
<b>OUTRAS DENOMINAÇÕES</b>	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta de 2.1.
<b>CONDIÇÃO ATUAL</b>	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA

### 3. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.

Inserir fotos emblemáticas do lugar, incluindo pelo menos uma vista geral, um registro de cada um do(s) ponto(s) focal(is) ou detalhes mais significativos mencionados no campo 4 desta ficha. Numerar cada foto e acrescentar legenda descritiva e códigos de localização no acervo.

### 4. DESCRIÇÃO DO BEM IDENTIFICADO

<b>4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>
<p>Descrever a área abrangida pelo lugar e suas fronteiras simbólicas, bem como suas subdivisões relevantes (tais como zonas de transição e zonas de uso especializado), conforme os campos 6.1, 6.2 e 6.9 do questionário. Dar indicação de dimensões. Enumerar as principais referências espaciais pertinentes (utilizando as denominações locais, se possível) e descrever sua localização (cf. plantas, mapas e croquis do campo 8 desta ficha). Considerar separadamente, se necessário, as várias configurações espaço-temporais geradas pelas atividades descritas no campo 6 desta ficha. Se estas forem atividades que impliquem deslocamento (cortejo, uso simultâneo de mais de um espaço), descrever trajeto e evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.</p>

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES</b>	--	--	--	--	<b>F50</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**4.2. MARCOS NATURAIS E/OU EDIFICADOS**

Sintetizar as informações do campo 6.3 do questionário. Enumerar os elementos da paisagem natural e edificada (inclusive arqueológicos) que se destacam para o reconhecimento deste lugar. Identificar sua denominação e significado. Considerar separadamente, se for o caso, as várias configurações espaço-temporais geradas pelas atividades descritas no campo 6 desta ficha. Para a descrição arquitetônica e histórica das edificações, remeter às *Fichas de Identificação* correspondentes deste inventário, ou, se estas não forem disponíveis, sintetizar informações produzidas por outros inventários, remetendo, para uma descrição mais completa do bem, a aqueles documentos. Se não houver trabalho de identificação já realizado, indicar no campo 10.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

**4.3. AGENCIAMENTO DO ESPAÇO PARA USOS DIFERENCIADOS**

Sintetizar as informações do campo 6.8 do questionário. Enumerar os elementos acrescentados ao espaço previamente descrito e que o integram às atividades mencionadas no campo 6 desta ficha, especialmente marcos simbólicos, ornamentos especiais, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e significado.

**5. FORMAÇÃO DO LUGAR**

**5.1. ORIGENS, MOTIVOS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES**

Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 6.5 do questionário.

**5.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES**

Sintetizar informações do campo 6.6 do questionário e das gravações feitas, se houver; nesse caso, citar os números das *Fichas de Campo: Registros Audiovisuais* correspondentes.

**5.3. CRONOLOGIA**

Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 6.7 do questionário; focalizar as principais mudanças ocorridas nos usos e na estruturação físico-arquitetônica do lugar.

DATA	DESCRIÇÃO

**6. USOS ATUAIS**

**6.1. Usos COTIDIANOS**

Sintetizar informações do campo 6.8 do questionário. Indicar no texto segmentos sociais envolvidos e atividades: quem faz, o que, como, quando, com quem, para que e onde. Separar as atividades uma a uma e campos distintos e ordenar em seqüência temporal.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES</b>	--	--	--	--	<b>F50</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

<b>6.2. USOS CERIMONIAIS</b>
Sintetizar informações do campo 6.8 do questionário. Indicar no texto segmentos sociais envolvidos e atividades: quem faz, o que, como, quando, com quem, para que e onde. Separar as atividades uma a uma e campos distintos e ordenar em seqüência temporal.

**7. BENS ASSOCIADOS**

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 1 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

**8. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS**

Em se tratando de edificação, utilizar planta baixa e perspectivas. Sendo espaço aberto, indicar seus elementos estruturantes (edificações, mobiliário, vegetação, etc.), localizando as atividades descritas no campo 6 desta ficha. Utilizar tantos desenhos Quantos forem necessários para uma representação clara das várias configurações espaço-temporais geradas por essas atividades. Incluir legenda descritiva de cada elemento indicado. Incluir todos os itens mencionados no campo 4 desta ficha.
--

**9. DOCUMENTOS INVENTARIADOS**

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

<b>9.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL</b>
Produzir listagem de itens pertinentes com base no Anexo 3: <i>Bibliografia</i> da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

<b>9.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS</b>
Produzir listagem de itens pertinentes com base no Anexo 4: <i>Registros audiovisuais</i> da Ficha de Identificação do Sítio.

<b>9.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS</b>
Produzir listagem de itens pertinentes com base no Anexo 4: <i>Registros audiovisuais</i> da Ficha de Identificação do Sítio.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES</b>	--	--	--	--	<b>F50</b>	--
--	----	----	----	----	------------	----

**10. OBSERVAÇÕES**

<b>10.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO</b>
Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>10.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA</b>
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>10.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

**11. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA**

<b>QUESTIONÁRIOS ANALISADOS</b>	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.
<b>PESQUISADOR(ES)</b>	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.
<b>SUPERVISOR</b>	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.
<b>REDATOR</b>	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.
<b>RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO</b>	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.
	<b>DATA</b> Data de conclusão do inventário

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q60	---
	UF	SÍTIO-	LOC	ANO	FICHA	NO.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR		SUPERVISOR			

**2. LOCALIZAÇÃO**

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

**3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL**

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente.
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.

**4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.				Nº	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	<input type="checkbox"/> MASCULINO <input type="checkbox"/> FEMININO	
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.					
TELEFONE		FAX		E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Atividade principal					
ONDE NASCEU	Cidade, estado	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE		Precisar ano		

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>Q60</b>	---
--	----	----	----	----	------------	-----

**5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO**

**5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?**

Descrever o que é desempenhado especificamente pelo entrevistado. Ele é proprietário dos meios de produção? Participa diretamente do trabalho? Executa uma etapa específica (Qual?) ou realiza todo o processo sozinho?

**5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?**

Relacionar com a história de vida do(a) entrevistado(a), localizando as datas de acordo com sua idade, se for necessário. Procurar seguir o relato cronologicamente.

**5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?**

Nomes de pessoas e graus de relacionamento com o(a) entrevistado(a). Se for parente, grau de parentesco. Quando ocorreu o treinamento?

**5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES**

Este campo deve ser usado como complemento dos anteriores; descrever outros fatos relevantes do ponto de vista da relação entre a trajetória pessoal e a profissional.

**5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?**

Informar o mais precisamente possível quanto ao nome e à localização da entidade.

**6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE**

O item refere-se especificamente à atividade que for considerada a referência mais importante para a cultura local.

<b>6.1. PERIODICIDADE</b>	Indicar data e época em que ocorre.
---------------------------	-------------------------------------

<b>6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990</b>											
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>Q60</b>	---
--	----	----	----	----	------------	-----

**6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE?** Assinalar e descrever todos os motivos que a justificam.

**MEIO DE VIDA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**PRÁTICA RELIGIOSA** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?**

Quando e como essa atividade começou a ser desenvolvida na localidade? Outros a desempenhavam antes do entrevistado?

**6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?**

Se houver, gravar e preencher Ficha de Campo: Registro Audiovisual.

**7. PREPARAÇÃO**

O que é feito, quem faz e quando?

**8. REALIZAÇÃO**

**8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?**

Descrever o desenvolvimento da atividade conforme descrito pelo(a) entrevistado(a), mencionando etapas intermediárias se for o caso.

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
		Pessoas, grupos ou instituições

**8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?**

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>Q60</b>	---
--	----	----	----	----	------------	-----

--	--	--

**8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

**8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

**8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

**8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?**  
 Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras executadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>Q60</b>	---
--	----	----	----	----	------------	-----

**8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?**

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?**

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

**8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?**

Providências como limpeza do local, guarda dos objetos, ferramentas, etc.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

**8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?**

--

**8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?**

O público ou clientela: origem e número aproximado. Quem adquire / compra / recebe tais produtos/serviços?

**8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?**

PRINCIPAL <input type="checkbox"/>	COMPLEMENTO <input type="checkbox"/>	NÃO É FONTE DE RENDA <input type="checkbox"/>
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE		

**8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.**

ÉPOCA	OCORRÊNCIA

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>Q60</b>	---
--	----	----	----	----	------------	-----

--	--

## 9. LUGAR DA ATIVIDADE

<b>9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?</b>

<b>9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?</b>
Há alguma contribuição para a conservação das instalações? É necessária autorização? Há retribuição ou pagamento de taxas?

<b>9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE</b>
Indicar no modelo fornecido a localização dos equipamentos, atividades e objetos mencionados, elaborar segundo informado sobre a denominação de cada item indicado.

## 10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

<b>10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?</b>

<b>10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?</b>		
<b>OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>CONTATO</b>

## 11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

## 12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
------------	---------	----------------

<b>QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>Q60</b>	---
--	----	----	----	----	------------	-----

Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

**13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR**

<b>13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?</b>
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

<b>13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).</b>
Observar indiretamente, conversando com outras pessoas e procurando indícios tais como prestígio, notoriedade, etc.

<b>13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO</b>  <b>OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F60	--
	UF	SÍTIO.	LOC	ANO	FICHA	NO.

**1. LOCALIZAÇÃO**

<b>SÍTIO INVENTARIADO</b>	
<b>LOCALIDADE</b>	
<b>MUNICÍPIO / UF</b>	

**2. BEM CULTURAL**

<b>DENOMINAÇÃO</b>	Denominação mais freqüente da atividade
<b>OUTRAS DENOMINAÇÕES</b>	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta da anterior.
<b>CONDIÇÃO ATUAL</b>	<input type="checkbox"/> VIGENTE / ÍNTEGRO <input type="checkbox"/> MEMÓRIA <input type="checkbox"/> RUÍNA

**3. EXECUTANTE**

OBS.: PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O (A) ENTREVISTADO(A) VER ANEXO 4: CONTATOS.

Em se tratando de atividade de grupo, informar o nome da instituição e preencher apenas os campos pertinentes.

<b>NOME</b>	Nome mais usado	<input type="checkbox"/> MASCULINO	Nº Cf. Anexo 4
		<input type="checkbox"/> FEMININO	
<b>OCUPAÇÃO</b>	Atividade principal	<b>DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO</b>	
<b>RELAÇÃO COM O BEM</b>	<input type="checkbox"/> MESTRE <input type="checkbox"/> PRODUTOR <input type="checkbox"/> PÚBLICO <input type="checkbox"/> APRENDIZ <input type="checkbox"/> VENDEDOR <input type="checkbox"/> EXECUTANTE <input type="checkbox"/> OUTRO _____		

**4. FOTOS**

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>F60</b>	--
---	----	----	----	----	------------	----

Inserir fotos emblemáticas da atividade, incluindo: uma vista geral do lugar onde ela é realizada; os executantes principais e outros participantes, se possível em atividade; os produtos patrimoniais considerados (campo 5 desta ficha); a situação em que eles são vendidos ou expostos, se for o caso. Numerar cada foto e acrescentar legendas descritivas e códigos de localização no acervo.

**5. DESCRIÇÃO DO BEM IDENTIFICADO**

Sintetizar informações do questionário no seu conjunto, particularmente as que se encontram detalhadas no campo 10 desta ficha. Descrever o gênero da atividade, diferenciando, no caso da produção de bens, segundo os tipos da principal matéria prima utilizada (exemplo: palha, cerâmica, madeira, couro, metal, cana, mandioca) e, no caso de serviços, por especialidades (exemplo: parteira, benzedeira, destilador de pinga, construtor de casa, carpinteiro, cozinheiro, pescador). Fornecer descrição física dos produtos dessas atividades, quando for o caso, considerando matéria prima, dimensões, detalhes, modelos e temas característicos. Referir-se às técnicas empregadas bem como à divisão do trabalho. Remeter aos registros fotográficos e audiovisuais disponíveis.

**6. DESCRIÇÃO DO LUGAR DA ATIVIDADE**

**6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS**

Sintetizar as informações do campo 9 do questionário. Descrever o espaço ou a(s) edificação(ões) em que ocorrem as atividades consideradas e dar indicação de dimensões (cf. plantas, mapas e croquis referidos no campo 14 desta ficha). Fornecer a denominação e a função de cada um deles, se houver mais de um. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos patrimoniais considerados (campo 10.1 desta ficha). Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

**6.2. MARCOS NATURAIS E/OU EDIFICADOS**

Descrever os elementos que se destacam na paisagem ou na edificação para o reconhecimento deste lugar como estando associado à atividade considerada. Identificar sua denominação e significado. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, de apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos patrimoniais considerados (campo 10.1 desta ficha). Remeter às *Fichas de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

**6.3. AGENCIAMENTO DO ESPAÇO PARA A ATIVIDADE**

Enumerar os elementos que integram o espaço previamente existente a esta atividade, especialmente marcos simbólicos, ornamentos especiais, palco, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e significado. Em se tratando de atividade que implique deslocamento espacial (cortejo, uso simultâneo de mais de um espaço cênico), descrever trajeto e evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.

**7. TEMPO**

Sintetizar informações do campo 6.1 e 6.2 do questionário.

<b>7.1. PERIODICIDADE</b>	Indicar quando a atividade ocorre, se sazonal, o ano todo, etc.
---------------------------	---

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>F60</b>	--
---	----	----	----	----	------------	----

<b>7.2. OCORRÊNCIA EFETIVA DESDE 1990</b>											
<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**8. BIOGRAFIA**

Refere-se à história do executante individual ainda que este trabalhe com uma equipe de apoio. Informar sobre a função do executante principal na atividade; como, quando, onde e com quem aprendeu esse ofício; formação de novos executantes; sintetizar informações dos campos 5.1 a 5.4 do questionário.

**9. ATIVIDADE**

<b>9.1. ORIGENS, MOTIVOS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES</b>
Sintetizar informações de fontes secundárias e dos campos 6.3, 6.4 e 8.14 do questionário.

<b>9.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES</b>
Sintetizar informações dos campos 6.5 e 13.2 do questionário e das gravações feitas, se houver; nesse caso, citar os números das <i>Fichas de Campo: Registros Audiovisuais</i> correspondentes.

<b>9.3. CRONOLOGIA</b>	
Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 8.14 do questionário.	
<b>DATA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>

**10. PRODUTOS PATRIMONIAIS**

<b>10.1. REPERTÓRIO OU PRINCIPAIS PRODUTOS</b>
Principais atividades desenvolvidas pelo executante ou grupo, inclusive a(s) considerada(s) relevante(s) como referência cultural do grupo. Sintetizar informações do campo 8.11 do questionário.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>F60</b>	--
---	----	----	----	----	------------	----

**10.2. PROCESSO DE TRABALHO E COMERCIALIZAÇÃO**

Considerar a produção e a apresentação e/ou venda do produto da atividade; sintetizar informações dos campos 8.1 e 8.12 do questionário.

ETAPA	ATIVIDADE

**10.3. PRINCIPAIS PARTICIPANTES**

Enumerar os participantes e o papel de cada um. Sintetizar informações do campo 8.1 do questionário.

STATUS	FUNÇÃO

**10.4. CAPITAL E INSTALAÇÕES**

Sintetizar informações do campo 8.2 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável.
<b>FUNÇÃO</b>	Finalidade dos recursos.

**10.5. MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO**

Sintetizar informações do campo 8.3 do questionário; preencher um bloco para cada item.

<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.
<b>DISPONIBILIDADE</b>	Facilidade ou dificuldade de obtenção.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>F60</b>	--
---	----	----	----	----	------------	----

<b>10.6. COMIDAS E BEBIDAS</b>	
Sintetizar informações do campo 8.4 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

<b>10.7. OBJETOS E INSTRUMENTOS RITUAIS</b>	
Sintetizar informações do campo 8.5 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

<b>10.8. TRAJES E ADEREÇOS</b>	
Sintetizar informações do campo 8.6 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

<b>10.9. DANÇAS</b>	
Sintetizar informações do campo 8.7 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM EXECUTA</b>	Informar quem é responsável pela execução
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>F60</b>	--
---	----	----	----	----	------------	----

<b>10.10. MÚSICAS E ORAÇÕES</b>	
Sintetizar informações do campo 8.8 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar quem é responsável pela execução
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

<b>10.11. INSTRUMENTOS MUSICAIS</b>	
Sintetizar informações do campo 8.9 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
<b>DESCRIÇÃO</b>	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
<b>QUEM PROVÊ</b>	Informar sobre a origem e quem é responsável
<b>FUNÇÃO / SIGNIFICADO</b>	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

<b>10.12. ATIVIDADES APÓS A EXECUÇÃO</b>	
Estocagem, guarda de equipamentos, instrumentos, figurinos e objetos cênicos; incluir as informações do campo 8.10 do questionário; preencher uma linha para cada item	
<b>EXECUTANTE</b>	<b>ATIVIDADE</b>

**11. DESTINAÇÃO DO PRODUTO**

Sintetizar informações dos campos 8.12 e 8.13 do questionário.

<b>PARA USO PRÓPRIO</b> <input type="checkbox"/>	<b>VENDE</b> <input type="checkbox"/>	<b>TROCA</b> <input type="checkbox"/>	<b>OUTRO</b> <input type="checkbox"/>	<b>ESPECIFICAR</b>
<b>PARTICIPAÇÃO NA RENDA FAMILIAR</b>	<b>SIM</b> <input type="checkbox"/>	<b>NÃO</b> <input type="checkbox"/>	<b>PRINCIPAL FONTE DE RENDA</b> <input type="checkbox"/>	<b>COMPLEMENTO</b> <input type="checkbox"/>
<b>MODO DE COMERCIALIZAÇÃO</b>	<b>DIRETO</b> <input type="checkbox"/>	<b>INTERMEDIÁRIO</b> <input type="checkbox"/>	<b>COOPERATIVA / ASSOCIAÇÃO</b> <input type="checkbox"/>	

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>F60</b>	--
---	----	----	----	----	------------	----

## 12. PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES

Sintetizar informações do campo 5.5 do questionário.

## 13. BENS ASSOCIADOS

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 3 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

## 14. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Localizar os itens mencionados nos campos 6 e 11 desta ficha. Se a atividade implicar deslocamento (exemplo: extração de matéria prima), indicar trajeto usual, ponto de partida e de chegada, bem como lugares em que se fazem paradas programadas. Utilizar planta baixa, indicando os principais elementos estruturantes do espaço. Ocorrendo mais de um lugar de trabalho, apresentação ou venda de produtos, elaborar os desenhos correspondentes. Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários para uma representação clara do lugar. Incluir legenda descritiva de cada elemento indicado.

## 15. DOCUMENTOS INVENTARIADOS

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

**15.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL**

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 1: Bibliografia* da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

**15.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS**

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

**15.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS**

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER</b>	--	--	--	--	<b>F60</b>	--
---	----	----	----	----	------------	----

**16. OBSERVAÇÕES**

<b>16.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO</b>
Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>16.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA</b>
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

<b>16.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES</b>

**17. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA**

<b>QUESTIONÁRIOS ANALISADOS</b>	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
<b>PESQUISADOR(ES)</b>	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
<b>SUPERVISOR</b>	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
<b>REDATOR</b>	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	<b>DATA</b> Data de conclusão do inventário
<b>RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO</b>	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

<b>INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS</b>  <b>FICHA DE CAMPO</b>  <b>REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS</b>	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	FC2	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

### 1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

### 2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

ENTREVISTADO		Nº Cf. Anexo 4
QUESTIONÁRIO	Código do questionário.	

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

CATEGORIA	VÍDEO <input type="checkbox"/> <span style="margin-left: 200px;">SOM <input type="checkbox"/></span>
LOCALIZADOR	Código ou título do registro.
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.

### 4. DESCRIÇÃO

Informar o gênero de que se trata (poesia, conto, canção, oração, etc.), descrever a situação em que ocorreu a gravação (durante uma apresentação pública, em apresentação especial para a gravação com ou sem público, etc.) e fornecer outras informações que descrevam o material gravado não incluídas nos campos abaixo.
---

### 5. FONTE

Onde, quando e com quem o entrevistado aprendeu.
--

### 6. SENTIDO

Importância para a comunidade e/ou para a pesquisa; bem cultural a que se refere.
---

<b>FICHA DE CAMPO :</b>	--	--	--	--	<b>FC2</b>	--
<b>REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS</b>						

**7. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS**

<b>PESQUISADOR(ES)</b>	Nome do autor do registro.	
<b>SUPERVISOR</b>	Técnico encarregado do supervisão da pesquisa de campo.	
<b>PREENCHIDO POR</b>	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	<b>DATA</b> Data do registro
<b>RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO</b>	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	